UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DAYSE VILAS BOAS PINTO

O CONCEITO DE FORMAÇÃO DA ATITUDE ECOLÓGICA: Problematizando o discurso e a prática de um Programa de Educação Ambiental Governamental – AmbientAÇÃO

Rio Grande, RS

Março, 2013

DAYSE VILAS BOAS PINTO

O CONCEITO DE FORMAÇÃO DA ATITUDE ECOLÓGICA: Problematizando o discurso e a prática de um Programa de Educação Ambiental Governamental – AmbientAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – PPGEA FURG – como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação Ambiental.
Linha de Pesquisa: Fundamentos da Educação Ambiental – FEA
Orientador: Prof. Dr. Humberto Calloni

Rio Grande, RS
Março, 2013

P659c Pinto, Dayse Vilas Boas
O conceito de formação da atitude ecológica: problematizando o discurso e a prática de um Programa de Educação Ambiental Governamental – AmbientAÇÃO / Dayse Vilas Boas Pinto. - 2013.
126 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande - Mestrado em Educação Ambiental, 2013.
Orientador: Prof. Dr. Humberto Calloni.

1. Formação da atitude ecológica 2. Educação Ambiental 3. Gestão ambiental 4. Mandala reflexiva I. Calloni, Humberto II. Título.

CDU 504:37

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Cibele V. Dziekaniak CRB 10/1385

DAYSE VILAS BOAS PINTO

O CONCEITO DE FORMAÇÃO DA ATITUDE ECOLÓGICA: PROBLEMATIZANDO O DISCURSO E A PRÁTICA DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL GOVERNAMENTAL - AMBIENTAÇÃO

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:

Dr. Humberto Calloni
(Orientador - FURG)

Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto
(PPGEA/FURG)

Dr. Antonio Fernando Silveira Guerra
(UNIVALI)

A Deus, que quando criou a terra viu tudo o que havia feito, e tudo havia ficado muito bom.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte de toda vida, pela oportunidade que me deu de fazer parte dos seus maravilhosos planos, por se lembrar de mim, e pelo seu favor, mesmo sendo eu tão falha e imperfeita. Obrigada pela firme certeza e esperança de que todas as coisas cooperam para o meu bem.

Agradeço ao professor doutor Humberto Calloni pela pronta acolhida como orientador na continuidade desta pesquisa, pela confiança, atenção, compreensão e por toda ajuda na desafiadora tarefa de me formar pesquisadora.

Aos professores da banca examinadora, professor doutor Antônio Fernando Silveira Guerra pelas importantes contribuições para esta pesquisa que abriram meus horizontes e ajudaram no meu amadurecimento e ao professor doutor Francisco Quintanilha Veras Neto por sua impressionante capacidade de articulação do conhecimento e por fazê-lo com tanta humildade.

À professora doutora Virginia Maria Machado, por me incentivar a prosseguir. Agradeço pela orientação tão presencial na configuração desta pesquisa. Obrigada especialmente pela acolhida na Vivenda Esperança, convite que me deu coragem para voltar a Rio Grande, por me propiciar espaço e tempo para buscar o equilíbrio, por me deixar desfrutar da alegre companhia do Marcus, da Bebel, do Dino e da Quilha, e também por me oferecer sempre um bom café.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, em especial ao professor Alfredo Guilhermo Martin Gentini, por suas poderosas microintervenções na minha formação e à professora Elizabeth Brandão Schmidt, pelo carinho. Agradeço ao secretário Gilmar F. Conceição, pela atenção e acolhida.

À Comissão de Aperfeiçoamento do Ensino Superior – CAPES, pela bolsa de estudos, provisão financeira que possibilitou que essa formação fosse levada a termo.

Aos gestores da OSCIP Ambiente Brasil Centro de Estudos, à equipe coordenadora do AmbientAÇÃO, aos integrantes das comissões setoriais e aos servidores do Governo de Minas, pela disponibilidade de compartilharem um pouco do seu dia a dia na Cidade Administrativa de Minas Gerais, por todo o tempo e atenção. De nada valeria tanto estudo se não houvesse pessoas envolvidas nele, que deram vida a esta dissertação e me deram novo ânimo.

Agradeço aos meus pais, por mostrarem apoio incondicional ao sonho de tanto tempo que se tornou realidade, e por me apoiarem antes mesmo de eu sonhar. Ao meu pai, Otacilio, por tanto investimento durante toda a formação que me trouxe até o mestrado, mostrando que sempre vale à pena investir na educação. À minha mãe, Crisolita, pelo carinho e por sempre prover em casa o ambiente criativo, cheio de cores e materiais diversos, onde pude criar e me expressar. Tudo fez parte desse processo. Obrigada também por me deixarem ir e por me deixarem voltar.

Agradeço às minhas irmãs: Keyla, pelo companheirismo, amizade e cumplicidade que temos aprofundado nesses últimos anos. Por ir a Rio Grande e por voltar lá, para me cuidar quando tanto precisei. Obrigada pelas transcrições das entrevistas gigantescas, e por tantas coisas mais, foram tantos os favores! Sem a sua ajuda seria impossível. À Karyne, a primeira a explorar comigo a nova terra do Sul e à Meyke, por ter aberto caminhos como percussora na trilha acadêmica.

Agradeço ao Rio Grande, cidade do extremo Sul do Brasil que tem fronteira para o mundo, e ao Cassino onde pude me sentir em casa. Apesar das diferenças culturais, essa terra se revelou acolhedora aos forasteiros. Vou sentir falta dos extremos no tempo, no clima e nas paisagens que o Sul proporciona. Já sinto.

Aos colegas da turma, pela rica parceria! Vocês me fizeram querer ficar por mais tempo em Rio Grande. São tão especiais, cada um por sua participação, que já não os chamo colegas, e sim amigos.

À Karine, “irmã por parte de mãe e pai orientadores”. Gaúcha, como fui premiada por ter você ao meu lado desde o início! Obrigada pela amizade sincera que espero que dure por muitos e muitos anos. Obrigada pelo carinho e pela companhia constante nos meus dias, por me guiar pelo Cassino e pela cidade e por mostrar que os rio grandinos são tão amados! Também pelos inúmeros favores.

À Carol, carioca, pela presença nas angústias e nos tempos de cabana quando resistimos bravamente ao inverno e à entrada das frentes frias no extremo Sul. Obrigada por todas as nossas longas e muitas conversas questionadoras e reflexivas sobre nossas pesquisas, que ajudaram a clarear as coisas em tempos de crise.

À Julia, Curi, que, não por acaso, desde o início me causou boa impressão. Ao longo do tempo se revelou tão doce e querida que foi capaz de transformar os simples almoços no R.U. e cafezinhos do C.C. em valiosos e esperados momentos

de encontro. Obrigada por cada hospedagem, por guardar minhas coisas e pelo apoio constante.

À Carmen, Carmencita, pela maturidade que me serviu de exemplo. Obrigada pelas tantas caronas, cuidados e boas conversas que fizeram meu tempo em Rio Grande bem bom.

À Melina e ao Rômulo, Mel e Mano, mineira e carioca. Obrigada por mostrar que a gente pode, sim, dar intimidade aos amigos.

Ao Washington, bicho do mar de dentro. Obrigada por provar que é possível conquistar títulos mantendo a humildade e a simplicidade.

À Saiô, baiana. Obrigada por seu sotaque e presença sempre alegre que fez o nosso intercâmbio cultural ainda mais rico.

À Giovana, bailarina. Obrigada por me ouvir e me fazer desejar uma vida mais dançante.

À Priscila, vegana e veterana, por manter a amizade à distância ativa, com cartas que alegraram meus dias.

Às queridas Gitana e Raquel, calouras, a quem desejei ter conhecido antes para poder conviver mais, obrigada por serem ouvidos quando eu precisei e me ajudar a encontrar forças para prosseguir.

E ao Yoisell, cubano, por me mostrar que a vida pode mudar inúmeras vezes e de maneiras tão inesperadas, e que para seguir em frente é preciso respirar fundo, tirar de dentro tudo o que não é bom e sempre focar o lado positivo das situações.

Também outras pessoas foram acrescentadas à minha vida e enriqueceram esse processo: Zoraia, obrigada por todos os cafés com cuca, pelo acolhimento, cuidado e carinho. Erika por me deixar invadir sua casa e quarto, Toninho pela música e acolhida em Pelotas, e ao Jefferson pelas caronas e favores.

À Fernanda Nascimento, por me receber em sua casa de um modo mineiro e gaúcho ao mesmo tempo, que me deu tranqüilidade de chegar a Rio Grande e me estabelecer por lá, e por me deixar conviver com a Fran.

À Valéria Bertotti, companheira de cabana, por me acolher não uma, mas duas vezes, e por cada oportunidade de conversas francas.

E muitas outras pessoas fizeram parte dessa minha jornada e igualmente merecem reconhecimento:

Às amigas “lá de muito tempo atrás”, que estão presentes até hoje: desde os anos de Colégio Batista Mineiro, Anaeli, amiga agora mestre, pela companhia e

sincera amizade que a distância de forma alguma impediu que se aprofundasse. Obrigada pela ajuda ainda no processo seletivo, por estar sempre por perto, pelos conselhos, por me dar ânimo na fase final, quando tanto precisei. Desde o Curso de Pedagogia, na Universidade do Estado de Minas Gerais, Renata, obrigada por me ajudar a desejar e a viver uma vida mais saudável e bem nutrida, fundamentais a essa etapa tão desgastante. E Viviane, obrigada por toda a torcida e por me incentivar a ir tão longe, sabendo que era necessário.

Agradeço aos queridos do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Marketing e Estratégia da Universidade Federal de Minas Gerais – NUME UFMG. Ao prof. Carlos Alberto, aos doutorandos, mestrandos e às queridíssimas gerações de bolsistas de IC e de ICJúnior, por fazerem parte dos cinco anos que atuei como bolsista de apoio técnico. Também ao prof. Márcio Augusto, pela confiança; à Karina, pela indicação; à Kelly Morais pela ajuda tão oportuna e preciosa; à Mariana Florentino, pelo impulso que me encorajou a ir para uma terra distante e os contatos iniciais em Rio Grande, que me deram tranqüilidade de me aventurar por lá; e aos meus queridos Gustavo Mendes, por acreditar que eu era qualificada, e Adriano Faria, por me lembrar que nunca devemos parar de fazer planos. É impossível mensurar a importância de vocês nesse processo.

À Igreja Batista do Coração, especialmente ao pastor Tcharley e à sua esposa Karina, por mostrar que devemos sempre alimentar o nosso descontentamento santo e manter o foco em Deus. A todos e a cada um dos queridos da família do Coração que ficaram em Belo Horizonte me sustentando em oração. Às amigas Lili, pelas visitas tão preciosas lá no Sul, Rachel, pelas imprescindíveis traduções de abstracts, e à Mary, Raquel e Marco pelos vários empréstimos de livros nas bibliotecas.

À Primeira Igreja Batista de Rio Grande, especialmente ao pastor Ladislau e sua esposa Ciméia, por me acolherem em família desde o início, lá ainda em 2010. E aos queridos amigos: Bel, Elisângela, Carlos, Raquel, Marcos, Lucas, Carol e Rodrigo de Bem, Cláudia, Sérgio, Verônica, Eduardo e Duda, pela amizade e encorajamento na minha estadia no Sul. Também aos amigos da Toca do Estudante, queria ter conhecido vocês antes! Obrigada a todos por me deixarem fazer parte e ter motivos para sentir o aperto por ter que partir.

Vocês todos foram na minha vida bençãos do Maravilhoso Conselheiro, Deus Poderoso, Pai Eterno e Príncipe da Paz! A Ele toda a honra e toda glória!

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos. Fernando Pessoa

RESUMO

Esta pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – PPGEA FURG –, foi configurada a partir da Mandala Reflexiva com o objetivo de visualizar o seguinte problema socioambiental: o desconhecimento dos impactos da aplicação da gestão ambiental e da Educação Ambiental hoje. O foco da análise neste estudo de caso foi o Programa de Educação Ambiental do Governo de Minas: AmbientAÇÃO. A questão principal de pesquisa foi assim expressa: Em que medida o discurso e a prática do Programa AmbientAÇÃO anunciam o ideal expresso no conceito de formação da atitude ecológica? Esse conceito foi desenvolvido por Carvalho (2004). Como subquestões de pesquisa, foram investigados: Qual é o discurso oficial de Educação Ambiental do Programa?, Qual é a proposta de avaliação utilizada pelo Programa? e, A formação da atitude ecológica pode ser observada no relato dos servidores?. Como metodologia para análise crítica de vários aspectos do AmbientAÇÃO, como seu discurso, o material, a visão dos gestores e dos servidores envolvidos, foram realizadas a análise documental da cartilha do Programa, entrevistas com dois gestores, três integrantes de comissões setoriais e com oito servidores do Governo de Minas. A análise dos dados foi com base na técnica análise do discurso. Os resultados indicam que o discurso do Programa expressa uma Educação Ambiental voltada para a disciplinarização do comportamento na Cidade Administrativa enquanto a prática do Programa demonstra intenções de ir além, o que pode ser percebido no relato de alguns dos envolvidos.

Palavras-chave: Formação da atitude ecológica, Educação Ambiental, Gestão Ambiental, Mandala Reflexiva.

ABSTRACT

The concept of ecological attitude formation: Problematizing the discourse and practice of an Environmental Education Governmental Program – AmbientAÇÃO

This research, developed in Postgraduate Program in Environmental Education at the Federal University of Rio Grande – PPGEA FURG –, was set based on the Reflective Mandala having as its goal to visualize the following socioenvironmental problem: the ignorance on the impacts of the application of environmental management and Environmental Education nowadays. The focus in this case study analysis was the Program of Environmental Education from Minas Government: AmbientAÇÃO. The main issue of the research was expressed as following: In what measure the discourse and practice of the AmbientAÇÃO Program announce the ideal expressed in the concept of ecological attitude formation? This concept was developed by Carvalho (2004). As sub-questions of the research were investigated: What is the official discourse of Environmental Education in the Program?, What is the evaluation proposal used by the Program?, and Can the formation of Ecological Attitude be observed in the employees sayings?. As methodology having in mind the critical analysis of many aspects of AmbientAÇÃO, such as its discourse, material, managers and employees vision, the documental analysis of the Program's primer, interviews with two managers, three members of sectorial committees and eight employees of the government took place. The analysis of the data was based on the technical analysis of discourse. The results indicate that the discourse of the Program express an Environmental Education focused on the disciplinarization of behavior in the Cidade Administrativa while the pratice of the Program demonstrates intent to go beyond, what can be perceived in the sayings of some of those involved.

Key Words: Formation of Ecological Attitude, Environmental Education, Environmental Management, Reflective Mandala.

RESUMEN

El concepto de formación de actitud ecológica: Problematizando el discurso y la prática de un Programa de Educación Ambiental Gubernamental – AmbientAÇÃO

Esta investigación, dessarollada en el Programa de Posgrado em Educación Ambiental de la Universidad Federal de Rio Grande – PPGEA FURG –, fue configurada a partir de la Mandala Reflexiva con el fin de visualizar el siguiente problema socioambiental: el desconocimiento de los impactos de la aplicación de la gestión ambiental y de la Educación Ambiental hoy. El foco del análisis en este estudio de caso fue el Programa de Educación Ambiental del Gobierno de Minas: AmbientAÇÃO. La cuestión principal de investigación fue así expresada: ¿En qué medida el discurso y la práctica del Programa AmbientAÇÃO anuncian el ideal expresado en el concepto de formación de la actitud ecológica? Ese concepto fue desarrollado por Carvalho (2004). Como subpreguntas de búsqueda, fueron investigados: ¿Cuál es el discurso oficial de Educación Ambiental del Programa?, ¿Cuál es la propuesta de la evaluación utilizada por el Programa? y, ¿La formación de actitud ecológica se puede observar en los informes de los servidores? Como metodología para análisis crítico de los diversos aspectos del AmbientAÇÃO, como su discurso, el material, la visión de los administradores y servidores implicados, fueran realizados el análisis documental de la cartilla del Programa, entrevistas con dos administradores, tres miembros de los comités sectoriales y ocho servidores del Gobierno de Minas. El análisis de los datos se basa en la técnica de análisis del discurso. Los resultados indican que el discurso del Programa expresa una Educación Ambiental para disciplinar el comportamiento en la Cidade Administrativa, mientras la práctica del Programa demuestra intenciones de ir más allá, lo que se puede percibir en los informes de algunos de los involucrados.

Palabras-clave: Formación de actitud ecológica, Educación Ambiental, Gestión Ambiental, Mandala Reflexiva.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mandala Reflexiva 18
FIGURA 2 - Foto aérea da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves 27
FIGURA 3 - Foto da fachada do prédio Gerais com o lago em primeiro plano 28
FIGURA 4 - Foto do espaço interno da CAMG 31
FIGURA 5 - Bileco, o mascote do Programa 32
FIGURA 6 - Capa da Cartilha do AmbientAÇÃO 55

LISTA DE SIGLAS

AmbientAÇÃO	Programa de Educação Ambiental em Prédios Públicos de Minas Gerais
CA e CAMG	Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPAM	Coordenadoria de Políticas Ambientais
DEOP	Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais
EA	Educação Ambiental
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FIA	Fórum Interinstitucional do AmbientAÇÃO
LEV	Local de Entrega Voluntária
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PE	Projeto Estruturador
SEGOV	Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Ambiental
SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SLU	Superintendência de Limpeza Urbana
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17
O problema e os objetivos 19
Metodologia 20
A Mandala Reflexiva 20
O estudo de caso 23
Instrumentos de coleta de dados 24
Os sujeitos da pesquisa 25
A análise dos dados 26
A organização do texto da dissertação 27
CAPÍTULO 1 – O PROGRAMA AMBIENTAÇÃO 28
1.1 Aspectos gerais do Programa, público-alvo, breve histórico 28
1.2 Nova etapa para o Programa, um novo lugar 30
1.3 A legislação observada pelo Programa 33
1.4 O Programa: objetivos, metodologia e conteúdos 34
1.5 A equipe responsável pelo Programa 36
CAPÍTULO 2 – PROBLEMATIZANDO O AMBIENTAÇÃO 38
2.1 Problematizando a educação que se diz ambiental 38
2.2 Uma outra Educação Ambiental 41
2.3 A definição de alguns termos 46
2.3.1 A questão da parceria do Governo com a OSCIP 47
2.3.2 Consumismo, resíduos sólidos e reciclagem 50
2.3.3 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável 56
2.4 Problematizando o discurso de Educação Ambiental do AmbientAÇÃO 59
2.4.1 A cartilha do AmbientAÇÃO 59
2.4.2 Problematizando o discurso da Cartilha do AmbientAÇÃO 66
2.5 Trabalhando a subquestão de pesquisa relacionada à avaliação do Programa 68
2.5.1 Avaliação na literatura 68
2.5.2 A avaliação realizada pelo Programa 71
CAPÍTULO 3 – INTERAÇÕES 79
3.1 As interações estabelecidas 79
3.2 A Educação Ambiental no discurso da gestora da OSCIP 81
3.3 O Programa de acordo com a visão dos integrantes das comissões setoriais 83
3.4 O Programa de acordo com a visão dos servidores entrevistados 91
CONSIDERAÇÕES 104
REFERÊNCIAS 108

APÊNDICES 112
Apêndice A Memorial – Da construção do problema 113
Apêndice B Roteiro de entrevista com a gestora da OSCIP 119
Apêndice C Roteiro de entrevista com os servidores integrantes de comissões setoriais do Governo de Minas 120
Apêndice D Roteiro de entrevista com os servidores do Governo de Minas 121
ANEXOS 122
Anexo 1 Questionário Índice de Satisfação das Comissões Setoriais em relação à OSCIP 123
Anexo 2 Relatório dos questionários aplicados pela OSCIP 125

INTRODUÇÃO

Atualmente, programas de Educação Ambiental se multiplicam em diversos ambientes da sociedade, tendo como justificativa o discurso da atual crise ambiental, o que revela que a preocupação com as questões ligadas à degradação do meio ambiente vem crescendo.

No entanto, algumas dessas iniciativas de entidades públicas, empresas, associações e instituições de ensino, têm se mostrado, até o momento, ambíguas, restritivas, reducionistas e pouco capazes de considerar os problemas socioambientais de forma sistêmica, ao invés de considerar as complexas interações que compõe essa dinâmica.

Esses programas de Educação Ambiental que se multiplicam nas empresas por vezes estão cumprindo leis de medidas compensatórias ou são uma tentativa de alcançar privilégios no que diz respeito à carga tributária. Freqüentemente a essência de tais programas reflete a cultura imediatista e consumista na qual estamos imbricados, que resulta na intensa geração de resíduos sólidos e tende a enfocar demasiadamente na gestão dos resíduos ao invés de visar a uma outra forma de viver e conceber as relações socioambientais.

Tais programas de Educação Ambiental têm como proposta minimizar os impactos negativos do ser humano sobre o meio ambiente. Por apresentar ferramentas que favorecem o comportamento tido como correto, o ambiente dessas empresas se torna propício para a prática dessas ações. Mas e quando os envolvidos saem do ambiente ideal e voltam para suas casas? Como se portam? Fazem alguma alteração no seu dia a dia que indiquem que foram educados ambientalmente?

Fazer indagações nesse sentido indica que a análise do material de um projeto de Educação Ambiental é uma proposta pertinente, pois a forma como um tema é tratado define tanto a concepção pedagógica quanto o entendimento sobre a questão ambiental que estão sendo assumidos na proposta. Problematizar o discurso de tais programas traz à tona o que está por detrás dele, e problematizar as suas práticas possibilita que sejam estabelecidas as relações entre o seu discurso e a sua prática. Uso a palavra problematizar no sentido de voltar a reflexão para o que

está sendo dito e o que está sendo feito, identificando se estão em coerência, e a que estão coerentes.

Por adotar a Mandala Reflexiva proposta por Machado (2009), utilizei também o conceito definido pela autora que afirma que um problema socioambiental é todo problema importante, que exige solução urgente e interfere na qualidade de vida, quanto às relações sociais e ambientais, das pessoas que convivem em um determinado contexto.

Identifiquei como sendo um problema socioambiental o desconhecimento dos impactos da aplicação da gestão ambiental e da Educação Ambiental, hoje. Tal fenômeno se apresenta como um problema socioambiental porque, se por um lado multiplicam-se os projetos e programas em escolas dos diversos níveis de ensino, em empresas, instituições públicas e organizações não-governamentais, com a premissa da crise ambiental, por outro, ainda são poucas as análises dos impactos de intervenções socioambientais divulgadas, em comparação à quantidade de programas consolidados, que visem a um processo crítico em sua Educação Ambiental, apesar de alguns estudos somarem esforços nesse sentido.

Reconheço que os impactos das intervenções socioambientais estão relacionados a questões culturais, à mudança de valores e novas atitudes, e, exatamente por isso, não são facilmente medidos. Entendo que se essa Educação Ambiental não interfere positivamente na vida dos sujeitos envolvidos, por exemplo, se as ações educativas que se dão nas instituições e são abraçadas por seus funcionários não extrapolam o horário de trabalho, ficando restritas ao ambiente onde são propostas, então o alcance dessa Educação Ambiental é muito pequeno e limitado. Uma Educação Ambiental que não interfira efetivamente no agir fora das paredes de onde se dá, não é uma educação transformadora.

Como educadora ambiental, busco a Educação Ambiental produtora de aprendizagens significativas, ao invés da que apenas foca o comportamento, que é mecânica e apenas provê conteúdos e informações. Nessa busca, proponho que a análise das intervenções socioambientais seja tida como contribuição para o processo de planejamento dessa Educação Ambiental capaz de contribuir com a transformação da realidade.

Porém, na análise da repercussão das intervenções socioambientais compreendo que é possível adquirir comportamentos pontuais considerados ecologicamente corretos sem desenvolver uma atitude ecológica no sentido pleno

(CARVALHO, 2004). Assim, percebo a necessidade de investigar a repercussão da Educação Ambiental na vida privada dos que nela estão envolvidos.

Tomo como base o conceito de Carvalho (2004:177) de *atitude ecológica*:

> "Essa atitude poderia ser definida, em seu sentido mais amplo, como a adoção de um sistema de crenças, valores e sensibilidade éticas e estéticas orientado segundo os ideais de vida de um sujeito ecológico[1] – um modo de ser relacionado à adoção de um estilo de vida ecologicamente orientado; um modo específico de ser no mundo, em outras palavras, é um 'jeito ecológico de ser'".

Como uma proposta de análise, esta investigação se deu com base na problematização de vários aspectos de um programa de Educação Ambiental, a saber, o Programa AmbientAÇÃO: Educação em prédios públicos de Minas Gerais, como seu discurso e material e enfocou tanto a visão dos gestores quanto a dos servidores envolvidos.

O problema e os objetivos

Apresento então, como questão principal de pesquisa:

Em que medida o discurso e a prática do Programa AmbientAÇÃO anunciam o ideal expresso no conceito de formação da atitude ecológica?

Como subquestões de pesquisa investiguei:

- Qual é o discurso oficial de Educação Ambiental do Programa?
- Qual é a proposta de avaliação utilizada pelo Programa?
- A formação da atitude ecológica pode ser observada no relato dos servidores?

O objetivo geral foi definido como:

Visualizar o problema socioambiental do desconhecimento dos impactos da aplicação da gestão ambiental e da Educação Ambiental hoje, tendo como foco de estudo de caso o Programa AmbientAÇÃO.

Os objetivos específicos foram:

[1] De acordo com Carvalho (2004), sujeito ecológico é um modo de ser relacionado à adoção de um estilo de vida ecologicamente orientado; um modo específico de ser no mundo, em outras palavras, é um "jeito ecológico de ser".

- Analisar, a partir do sentido de formação da atitude ecológica (CARVALHO, 2004), qual o discurso do AmbientAÇÃO;
- Identificar que tipo de avaliação é utilizada no Programa e como ela é feita;
- Verificar o que os sujeitos afirmam ter aprendido com o Programa;
- Verificar se os sujeitos afirmam adotar alguma prática incentivada pelo Programa em outros tempos e espaços que não os da Cidade Administrativa.

Metodologia

Nos próximos subtítulos faço uma breve descrição da metodologia utilizada: na configuração desta pesquisa, ainda lá no início, foi usada a Mandala Reflexiva proposta por Machado (2009). Para o estudo de caso (YIN, 2010), a coleta de dados foi por meio da pesquisa documental e entrevistas, e a análise das entrevistas de acordo com a técnica análise do discurso (ORLANDI, 2004).

A Mandala Reflexiva

A construção de uma participação efetiva e a visão sistêmica da realidade são desafios para educadores ambientais comprometidos com a Educação Ambiental Reflexiva (MACHADO, 2009). E, no esforço de alcançar esse comprometimento, a problematização desta pesquisa foi configurada com o uso da Mandala Reflexiva, especialmente na fase inicial da pesquisa, até a qualificação dela. A Mandala, como mostra a FIG. 1, é

> um diagrama heurístico para a configuração do pensamento sistêmico e da resolução de problemas socioambientais para produção do conhecimento sistêmico. Constitui-se de cinco elementos: Identificação do Problema; Contexto; Problematização; Resolução; Emergência. Cada elemento é configurado separadamente, porém, sempre conectado aos demais. (MACHADO, 2007:192)

FIGURA 1 – Mandala Reflexiva
FONTE: MACHADO, 2009.

De acordo com Machado (2009) a Identificação do problema consiste em definir o contexto a ser analisado. Neste caso, o problema socioambiental identificado foi o desconhecimento dos impactos positivos da aplicação da gestão ambiental e da Educação Ambiental hoje. E na Identificação do problema, para estudo de caso, foi delimitada a investigação sobre os impactos do Programa AmbientAÇÃO fora da Cidade Administrativa de Minas Gerais.

A Identificação do problema precisa atender aos aspectos epistemológicos, institucionais e pedagógicos, porque em qualquer contexto há um modo de ver o mundo, um perfil de organização e uma pedagogia (MACHADO, 2009). Nesse caso, o aspecto epistemológico é a cultura imediatista e consumista que resulta na geração de uma enorme quantidade de resíduos, questão que não é resolvida pela coleta seletiva, que é apenas um paliativo. O aspecto institucional é o próprio Programa em si, o seu discurso e suas linhas de ação. O aspecto pedagógico é a metodologia do AmbientAÇÃO e sua abordagem com os servidores.

O Contexto diz respeito ao Espaço-Tempo que abarca os sujeitos envolvidos no problema identificado. Machado (2009) afirma que,

> Basicamente se pressupõe que haverá uma investigação para conhecer os Sujeitos, detalhar onde o problema ocorre e qual a história deste, bem como a história dos Sujeitos. O contexto ajuda a delimitar o campo operacional da

> investigação. É importante que o estudo do contexto auxilie o pesquisador a definir, com os sujeitos envolvidos, a história do problema e se aqueles sujeitos reconhecem o problema identificado. (MACHADO, 2009:232)

Para este estudo foi eleito o Programa AmbientAÇÃO desde a sua criação, pois o seu processo de desenvolvimento é importante para o seu entendimento, e delimitado o recorte de 2010 ao início do ano de 2013, quando o Programa foi reavaliado para sua implantação e expansão. O espaço definido foi o da Cidade Administrativa de Minas Gerais. Os sujeitos envolvidos diretamente neste estudo de caso foram dois gestores da OSCIP Ambiente Brasil, três integrantes de comissões setoriais e oito servidores do Governo de Minas que trabalham na CAMG. Mas isso não exclui todos os outros envolvidos nesse processo, pois fazem parte do Contexto, de uma forma geral.

Na Problematização, estão presentes as Ideias Prévias que devem considerar as informações iniciais e, se houverem, algumas hipóteses ou intuições. Machado (2009) afirma que as primeiras impressões podem ser desfeitas quando a definição dos Conceitos-chave é realizada e descobrem-se equívocos conceituais, divergências teóricas e as possibilidades de complementaridades: são as Conexões. Esse processo ajuda a definir os Procedimentos Metodológicos, o conjunto de instrumentos da análise. E as Filosofias e as Ciências devem ser livres, como pressupõe o Pensamento Sistêmico, tendo como foco o conceito associado ao problema estudado.

A Resolução envolve a Interação com os sujeitos que é essencial já na problematização, pois “de nada adianta tentar resolver um problema se os envolvidos não o reconhecem como problema” (MACHADO, 2009:233). Por isso, a meu ver, o tipo de pesquisa mais adequado para a Mandala Reflexiva é a pesquisa-ação, onde pesquisador e os sujeitos envolvidos têm objetivos e metas comuns e trabalham juntos na transformação das ações e das práticas institucionais.

A Resolução permeia todo o processo, uma vez que o pesquisador com pretensão de verdade tem mesmo a vontade de apresentar uma proposta que realmente auxilie na resolução do problema identificado. Portanto, “a Proposta deve considerar todo o processo, incluindo as Emergências que devem ser anotadas e refletidas durante a investigação desde o início” (MACHADO, 2009:233). A interação que tive com os envolvidos se deu por meio de contato por *e-mail* e nas entrevistas presenciais. Quanto maior a inserção do pesquisador no contexto a ser estudado,

maior a possibilidade de interagir e aprofundar no contexto. Dados os tempos e espaços em uma grande capital como Belo Horizonte é, não foi possível que eu me envolvesse tanto com o Programa AmbientAÇÃO como eu pretendia e, por isso, o que anteriormente propus como uma pesquisa-ação, se tornou um estudo de caso.

Na Mandala Reflexiva, as Emergências são propriedades sistêmicas geradas a partir das conexões feitas pelo pensador heurístico entre os elementos da Mandala Reflexiva. São eventos, fatos, acontecimentos, *insights* conceituais ocorridos, intuições heurísticas que emergem durante o processo de reflexão. Quanto mais tempo e dedicação o pesquisador dedicar à recursão reflexiva, e ao estudo dos conceitos relacionados, possivelmente mais Emergências surgirão (MACHADO, 2009). E elas poderão se tornar questões orientadoras da pesquisa, se o pesquisador julgar que sejam interessantes.

Permeando todo o processo de configuração se dão as reconfigurações da Mandala Reflexiva, tantas quanto necessárias. De acordo com Machado (2007:201),

> ao adotar a Mandala Reflexiva o usuário criativo precisa estar disposto a rever o que registrou e "a passar a limpo" o que já fez para aparar arestas, rever conceitos, rever os sujeitos, retomar ideias, peneirar procedimentos. Buscar permanentemente o nexo do que está procurando e do que está encontrando. É preciso exercitar e encontrar tempo para pensar sobre.

Um breve memorial do caminho percorrido desde a primeira configuração da minha Mandala Reflexiva está nos APÊNDICES. Faço uma narrativa de como as minhas ideias prévias foram sendo confrontadas e amadurecidas, das emergências que surgiram desse processo de recursão e reconfiguração das mandalas, que envolveram reflexões e discussões.

Aos interessados em conhecer e/ou aplicar a Mandala Reflexiva em sua pesquisa recomendo o estudo de Machado (2009), pela impossibilidade de aprofundá-la aqui.

O estudo de caso

Com a impossibilidade de essa pesquisa ser realizada no formato da pesquisa-ação, realizei um estudo de caso sobre o Programa AmbientAÇÃO, porém não objetivando a crítica pela crítica, mas sim com fins pedagógicos, me dispondo a compartilhar os resultados com a coordenação do Programa de forma a contribuir de alguma forma para a melhoria dele.

Robert Yin (2010) afirma que o método do estudo de caso é especialmente adequado quando procuramos compreender, explorar, explicar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores, sendo que o investigador tem pouco controle sobre os eventos e quando o enfoque está sobre a dinâmica de um fenômeno social contemporâneo no contexto da vida real, que exige uma descrição ampla e profunda. O autor afirma que a utilização de múltiplas fontes de dados na construção de um estudo de caso permite a análise de um conjunto mais diversificado de aspectos do fenômeno.

O Programa AmbientAÇÃO se configura como um caso por se enquadrar nas diretrizes da política pública de meio ambiente do Governo do Estado de Minas Gerais. É um programa inédito, que por sua trajetória tem se revelado sólido e tem tido resultados mensuráveis. É também comparável ao Programa A3P do Governo Federal. Portanto, se constitui um modelo a ser replicado em diferentes instituições.

Instrumentos de coleta de dados

A pesquisa documental do material usado na divulgação do AmbientAÇÃO foi feita com base na cartilha AmbientAÇÃO Educação Ambiental em Prédios Públicos de MG: conceitos e procedimentos, 2ª edição, publicada em janeiro de 2012. A Cartilha é um documento oficial do Governo de Minas usada para divulgação do Programa tanto entre os servidores quanto para o público externo.

Para a interação com os envolvidos no Programa, foram realizadas quatro entrevistas com base em roteiros semi-estruturados (APÊNDICES B, C e D): com dois gestores da OSCIP e com integrantes de comissões setoriais, sendo que uma entrevista foi individual e uma em dupla, e a terceira entrevistada veio a convite da integrante a quem eu estava entrevistando. Também foram realizadas oito breves entrevistas com servidores do Governo de Minas.

Sobre a etapa de entrevistas com os servidores do Governo de Minas cabe o comentário que uma amostra de oito indivíduos em um universo de quase 17 mil servidores não é, de maneira alguma, representativa. Por outro lado, o método estudo de caso recomenda que a amostra de sujeitos não seja muito extensa, a fim de que as análises dos dados sejam possíveis e aprofundadas. Ciente disso, fiz

essa aproximação com o intuito de ilustrar a minha pesquisa e indicar possíveis caminhos para a continuação dos estudos.

Os sujeitos da pesquisa

A interação com os sujeitos da pesquisa se deu da seguinte forma: estive em contato inicial com o gestor da OSCIP Ambiente Brasil Centro de Estudos, a quem procurei desde o início do processo de seleção no mestrado (no segundo semestre de 2010) com a intenção de propor um estudo do Programa AmbientAÇÃO. Na fase de coleta de dados (em outubro de 2011) o entrevistei usando algumas perguntas do roteiro semiestruturado. Esse contato me foi muito útil e a maioria das informações que usei do relato dele foram sobre o histórico do Programa, no qual ele trabalha desde a concepção.

A interação com a gestora da OSCIP Ambiente Brasil foi por meio de indicação, uma vez que a gestora que responde pelo Governo não poderia atender a minha demanda, ela me pôs em contato com a gestora da OSCIP que fez uma completa explanação do Programa e respondeu todas as perguntas do meu roteiro (entrevista realizada em outubro de 2011).

Essa gestora entrevistada sugeriu que eu entrevistasse dois integrantes de comissões setoriais de diferentes instituições, pois eles são os responsáveis por colocar em desenvolvimento o Programa no seu setor de trabalho. O contato com esses integrantes se deu por meio da gestora e sua equipe e foram escolhidos de acordo com a disponibilidade de tempo naquela ocasião. Esse contato com sujeitos de diferentes níveis hierárquicos trouxe riqueza de dados à pesquisa. Para as entrevistas (realizadas também em outubro de 2011) elaborei outro roteiro de perguntas.

E como etapa final da coleta de dados (no início de 2013) entrevistei oito servidores do Governo que são alocados em instituições onde o AmbientAÇÃO foi implementado. Como critério de escolha, para possibilitar uma maior riqueza de opiniões, solicitei que a coordenação me colocasse em contato com pelo menos um servidor de uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi implementado ainda na fase piloto, um servidor de uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi implementado antes de a instituição ser transferida para a CAMG, um servidor de uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi implementado na CAMG há mais tempo, e um servidor de uma

instituição onde o AmbientAÇÃO foi recém implementado na CAMG. Os outros quatro servidores entrevistados são conhecidos meus, convidados para colaborarem com a minha pesquisa. Coincidentemente, dois deles trabalham na mesma instituição.

A análise dos dados

A análise dos dados foi feita com a técnica análise do discurso, com base em Orlandi (2004). De acordo com a autora, a análise das entrevistas é “o processo que conduz à explicitação da compreensão do fenômeno pelo pesquisador” (2004:71). A autora afirma que o pesquisador tem algum conhecimento e compreensão do problema que são provenientes dos seus referenciais teóricos e da sua experiência pessoal, e anteriores à realização da entrevista. O pesquisador deve cuidar para que essa subjetividade e a expectativa dos resultados interfira o mínimo no processo de coleta de dados, atentando à fala do entrevistado e ao seu meio, os aspectos físicos, sociais, as interações durante a entrevista etc.

Orlandi (2004:72) revela que a compreensão do fenômeno se modifica no decorrer do processo da pesquisa e é aprofundada na análise dos dados. Por isso a compreensão da maneira como o fenômeno se insere no contexto do qual faz parte é tão importante. A transcrição das falas deve ser registrada, tanto quanto possível, tal como se deu, processo que também faz parte da análise. Após essa etapa, algumas “limpezas” podem ser feitas na transcrição de modo a deixar o texto mais fluido. Porém, escolhi apresentar os trechos das entrevistas em sua versão integral por ter acatado, junto ao meu orientador, a sugestão de suprimir nos Apêndices as transcrições das entrevistas que eram muito extensas.

De acordo com a autora, as leituras e releituras do texto completo das entrevistas permite a elaboração das sínteses. As categorias que vão ser construídas são reflexo da experiência pessoal, das teorias do conhecimento, das crenças e valores do pesquisador, e auxiliam para uma melhor compreensão do fenômeno.

As categorias que orientaram a análise crítica para avaliação do Programa em questão foram: a minha análise do discurso escrito do Programa, na tentativa de identificar quais concepções de Educação Ambiental e gestão ambiental estão presentes ali; a minha análise do Programa na prática como um todo; a análise do

que os gestores pensam do Programa; a minha análise do que os gestores pensam do Programa; a análise do que os servidores do Governo de Minas integrantes das comissões setoriais pensam sobre o Programa; a minha análise do que os servidores integrantes das comissões setoriais pensam do Programa; a análise do que os servidores do Governo de Minas pensam sobre o Programa; a minha análise do que os servidores pensam do Programa.

A organização do texto da dissertação

Nessa introdução apresentei o elemento da Mandala Reflexiva Identificação do Problema, propondo o estudo das suas bases epistemológica, institucional e pedagógica. Poderia ter escolhido organizar esse texto de diversas formas e com múltiplas divisões, como há no ambiente acadêmico. Elegi fazê-lo de acordo com os elementos da Mandala Reflexiva que orientaram a configuração dessa pesquisa.

No Capítulo 1, apresento o AmbientAÇÃO – Programa de Educação Ambiental em Prédios do Governo de MG – o histórico do Programa, que na Mandala corresponde ao elemento Contexto/Sujeitos, no seu espaço e tempo.

No Capítulo 2, está a fundamentação teórica, os termos e os conceitos eleitos para a pesquisa. É o elemento Problematização, onde aparecerão as ideias prévias, os conceitos-chave, as conexões, filosofias, ciências e os procedimentos metodológicos. Trabalho as duas primeiras subquestões de pesquisa que envolvem a análise do material e do discurso do Programa de acordo com o meu parâmetro.

No Capítulo 3, trago no elemento Resolução: o relato das interações propostas na Mandala, e nele trabalho a terceira subquestão da pesquisa, pois envolveu a parte de interação com os gestores da OSCIP, integrantes das comissões setoriais e servidores do Governo.

No capítulo das Considerações, teço algumas breves conclusões que foram resultado desse processo de problematização e reflexão.

Nos APÊNDICES estão o meu memorial e os roteiros de entrevistas elaborados.

Nos ANEXOS estão o questionário utilizado pelos gestores do Programa para avaliar o AmbientAÇÃO e o relatório do questionário aplicado por eles.

CAPÍTULO 1
O PROGRAMA AMBIENTAÇÃO

Neste capítulo apresento o caso do AmbientAÇÃO – Programa de Educação Ambiental em Prédios Públicos de Minas Gerais, iniciando com a descrição de seus aspectos gerais e um breve histórico do mesmo.

1.1 Aspectos gerais do Programa, público-alvo, breve histórico

O AmbientAÇÃO é um Programa de Educação Ambiental em Prédios Públicos de Minas Gerais, o que o caracteriza como um espaço de educação não formal. De acordo com Guerra *et al*. (2010) a Educação Ambiental não-formal é uma tentativa educacional organizada e sistemática realizada fora dos espaços institucionalizados do sistema formal do ensino, e o AmbientAÇÃO se encaixa nessa definição.

O Programa tem como público-alvo os servidores públicos mineiros – funcionários das Secretarias de Estado, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Prefeituras.

De acordo com um dos gestores coordenadores que foi entrevistado, o Programa foi idealizado por uma demanda da Secretaria de Governo à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por meio de um ofício que solicitava o apoio da SEMAD para que fosse implantada a coleta seletiva no complexo da sede do Governo. Uma vez que o Estado exigia dos empreendimentos e dos empreendedores que se instalavam em Minas, e também dos municípios, ações de proteção ambiental, de melhoria da qualidade ambiental, foi em um momento de auto-avaliação que o Órgão Ambiental do Estado reconheceu a necessidade de ser exemplo a ser seguido na área de boas práticas e ter credibilidade nas questões ambientais.

O AmbientAÇÃO foi então concebido no segundo semestre de 2003 pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, por meio da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, órgão que tem a função de executar a política de proteção, conservação e melhoria da qualidade ambiental e de promover e realizar ações, projetos e programas de pesquisa para o

desenvolvimento de tecnologias ambientais. Foram delineadas as linhas de ação, o foco e a atuação do Programa que precisaria ser ajustado e a metodologia testada na base do erro e do acerto para que, posteriormente, a proposta pudesse ser replicada. O *slogan* Educação Ambiental em Prédios do Governo de Minas Gerais foi a logomarca pensada para ser apropriada por qualquer instituição.

Em janeiro de 2004 o AmbientAÇÃO foi implantado como projeto-piloto no prédio da FEAM onde trabalhavam cerca de 500 servidores para ser testado de forma que a Fundação tivesse, então, condições de orientar o Palácio do Governo e a SEGOV na implementação de um projeto de coleta seletiva, como demandado no ano anterior. O Programa passou a integrar o Projeto Estruturador 17 – Gestão Ambiental Minas Gerais Século XXI, na ação: P538 – Comunicação, Educação e Extensão Ambiental, o que, segundo o discurso do Programa, contribuiu para o seu fortalecimento possibilitando a aquisição de itens de suporte às campanhas propostas, como a confecção de material educativo, cartilhas, adesivos e sinalizações essenciais para o desenvolvimento das campanhas.

Com o término do Projeto Estruturador 17, o SISEMA passou a gerenciar quatro projetos estruturadores, dentre eles, o PE 45 – Resíduos Sólidos, sob responsabilidade da FEAM, e nele o AmbientAÇÃO se consolidou como uma ação específica, fortalecendo-se ainda mais como um Programa de Governo (AMBIENTAÇÃO, 2012). Começaram a ser desenvolvidos os indicadores de avaliação de desempenho do Programa nas instituições. De acordo com o gestor entrevistado, esse processo de monitoramento dos resultados foi o que possibilitou que a alta administração compreendesse a importância do AmbientAÇÃO a ponto de iniciar a sua expansão.

A partir de 2005 teve início o processo de expansão do Programa com a implantação em outros prédios do SISEMA e em outras instituições do Governo em 13 municípios de Minas, e publicada a primeira edição da cartilha do Programa. Em 2006 foi publicado o Manual de Implantação do AmbientAÇÃO. No final desse ano o Programa ganhou o prêmio Excelência em Gestão Pública da Secretaria de Planejamento na categoria de Ideias Inovadoras Implementáveis, reforçando que era passível de ser implementado em outros prédios.

Em 2006 o Programa foi instalado, finalmente, no Palácio do Governo e, de acordo com o gestor, passou a ser apresentado para diversas instituições como um produto não de modismo, ou como algo supérfluo, mas como uma necessidade. No

ano de 2007, cinco novas instituições abraçaram o Programa. Com a publicação da Lei estadual 16.689 e da política de apoio e incentivo à coleta de lixo, o Programa ganhou argumento. Foi instituída a comissão gestora e o Termo de Adesão que define as atribuições dos envolvidos e também a constituição de uma comissão setorial para coordenar as ações no âmbito da instituição. A partir desse ano, começou a ser realizado anualmente o Fórum Interinstitucional do AmbientAÇÃO, o FIA.

Em 2008 foi assinada a parceria entre a FEAM e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP Ambiente Brasil Centro de Estudos, para o desenvolvimento do Programa. Também foi lançado o Sistema Integrado de Gestão AmbientAÇÃO – SIGA. E nesse ano mais de 16 novas instituições implementaram o Programa em seus prédios.

Em 2009 o AmbientAÇÃO se expandiu para 15 novas instituições. De acordo com o gestor entrevistado, se antes a coordenação tinha que fazer esforço “para vender o produto”, agora o Programa passou a ser demandado de tal forma que foi difícil se expandir com a garantia de ter a mesma identidade e a mesma padronização em todas as instituições. Foi elaborada uma metodologia para cálculo de ganhos ambientais e econômicos a partir do Programa e produzido o curso à distância “Formação de multiplicadores do Programa AmbientAÇÃO”, para atender à demanda.

1.2 Nova etapa para o Programa, um novo lugar

Em 2010 as metas do Programa AmbientAÇÃO foram inseridas no Acordo de Resultados das instituições. A partir de então, todas as instituições públicas pactuam, com a Secretaria de Planejamento, metas de desempenho, metas específicas e metas comuns, dentre as quais está a redução do custo com a área/meio das despesas com papel, energia e etc. Iniciou-se a implantação do AmbientAÇÃO na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, comumente chamada de Cidade Administrativa de Minas Gerais – CAMG.

Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o novo centro do Governo de Minas foi inaugurado em março de 2010, pelo então governador Aécio Neves. Localizado na capital Belo Horizonte, tem a capacidade de agregar, em uma área construída de

265 mil metros quadrados, mais de 17 mil pessoas, entre servidores públicos, empregados públicos, prestadores de serviços, estagiários e bolsistas.

De acordo com o *site* oficial do Governo[2], a criação da CAMG fez parte do Choque de Gestão do Governo, associando a busca de melhorias na qualidade do serviço público e das condições de trabalho dos servidores, e teve como premissa a economia para os cofres públicos, calculada em R$ 100 milhões por ano, justificada pelo fim de gastos com os aluguéis de 53 imóveis antes usados, a drástica diminuição das despesas com telefonia e dados, e com a concentração da estrutura de 57 órgãos e entidades do Governo. Na FIG. 2 uma foto aérea da CAMG.

FIGURA 2 - Foto aérea da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
FONTE: Bruno Magalhães, 2010.

De acordo com o *site* oficial do Governo, todos os seis prédios da CAMG foram construídos com sistemas inteligentes para economizar recursos naturais. Dentre os quais destaco: os 60 elevadores são controlados por uma central automatizada, racionalizando o uso de acordo com a demanda, reduzindo o número de viagens, de filas e consumo de energia; a fachada dos prédios é revestida com vidro de máximo desempenho, que propicia a redução de gastos com refrigeração; na iluminação o uso de dimerizadores possibilita a alteração da intensidade da luz conforme a iluminação externa; nos vasos sanitários, o sistema a vácuo reduz em

[2] http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/12340-cidade-administrativa/5794/5040

85% o consumo de água em relação à descarga convencional e economiza cerca de 55 mil litros por dia; é feita a coleta de águas pluviais para irrigar os jardins; e, foi exigida a utilização de madeiras certificadas de reflorestamento para a produção dos itens mobiliários licitados.

Além dessas e outras medidas divulgadas pelo Governo, durante o processo de licenciamento da CAMG, o AmbientAÇÃO foi apresentado como uma medida mitigadora para contribuir na minimização dos impactos ambientais negativos com a utilização do complexo, que supera em número de pessoas muitos municípios mineiros – dos 853 municípios de Minas, 80% deles têm população inferior a 20 mil habitantes.

Essa pesquisa enfocou o Programa apenas na CAMG, que já é um universo bastante extenso, sendo excluídos os outros prédios públicos do Governo de Minas. Na FIG. 3 uma foto da fachada de um dos prédios da Cidade Administrativa, que tem 14 andares, com 7 mil metros quadrados cada, e um pavimento aberto, com linhas arquitetônicas próprias e paisagismo.

FIGURA 3 - Foto da fachada do prédio Gerais com o lago em primeiro plano
FONTE: http://www.governo.mg.gov.br/impnoticia.aspx?cod=818

Já na CAMG, em 2011 foi realizado o 5º Fórum Interinstitucional AmbientAÇÃO e também produzidos dois jogos educativos para computador: o Escritório Eficiente e o Desafio AmbientAÇÃO. Nesse ano o Programa foi vencedor na 2ª Edição do Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza e

cerca de 20 novas instituições tiveram o Programa implementado em suas dependências.

Em 2012 o Programa continuou a sua divulgação em diversos eventos e realizou a 6ª edição do Fórum Interinstitucional AmbientAÇÃO. Ainda em expansão para integrar todas as instituições instaladas na CAMG, a comissão gestora do Programa foi adaptando e desenvolvendo novos procedimentos, estratégias de comunicação e mobilização, intervenções técnicas e monitoramento, em um esforço para atingir todos os servidores e visitantes.

Com a instalação de todas as instituições que tinham previsão de mudança para a Cidade Administrativa, o Programa foi implementado em 100% delas, uma vez que a nova estrutura é padronizada, todos os recursos estão à disposição da instituição e o contato com a comissão coordenadora é facilitado pela proximidade física. Também o indicador de implantação do Programa está inserido no acordo de resultados das instituições, portanto todas precisam assinar o termo de adesão e constituir a comissão setorial para os trabalhos junto aos servidores de sua lotação.

A meta da FEAM é que até 2014 o Programa esteja em 100% das instituições públicas do Estado.

1.3 A legislação observada pelo Programa

O AmbientAÇÃO cumpre a Deliberação Normativa da Coordenadoria de Políticas Ambientais – COPAM 52/2001, de 14 de dezembro de 2001, que convoca os municípios para o licenciamento ambiental de sistema adequado de disposição final de lixo e dá outras providências. Segue a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA 275/2001 que estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos: azul para papel, vermelho para plástico, amarelo para metal, verde para vidro e cinza para não-recicláveis.

Mas a respeito desse código, o Programa esclarece que pode ser feita a opção pelo sistema de recolhimento binário, que adota apenas dois recipientes para coleta de resíduos: um para os recicláveis e outro para os orgânicos, simplificando assim a infra-estrutura necessária para implementação de um processo de coleta seletiva. O Programa sugere que as instituições que fazem essa opção utilizem o seu modelo de coleta simplificada que faz a separação entre recicláveis, papel e não-recicláveis. O papel é destinado a um coletor separado. para evitar que seja

molhado ou melado quando misturado com outros materiais recicláveis, como latinhas de refrigerante, por exemplo.

O AmbientAÇÃO obedece ao Decreto Federal 5.940, de 25 de outubro de 2006 e a Lei Estadual 16.689/2007, de 11 de janeiro de 2007, que estabelece no Art. 4º-A que “os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado instituirão coleta seletiva de lixo” e doarão os materiais recicláveis para associações e cooperativas de catadores. Entretanto, a criação do Programa AmbientAÇÃO em 2003 é anterior ao decreto da própria legislação estadual que em 2006 instituiu a coleta seletiva nas instituições públicas. Por ter quatro anos desde a sua criação e execução até a Lei ser criada, o Programa se consolidou como uma gestão de resíduos bem estruturada que pode ser replicada em outras instituições, e o Estado se tornou um exemplo a ser seguido.

O Programa observa a Lei 9.605/98, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências e a Lei 18.031/09, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual Resíduos Sólidos.

Leva em conta as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis previstos na Lei 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Um dos motivadores da presente pesquisa é que o AmbientAÇÃO cumpre a Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e o Programa destaca o seu Art. 2º que diz que “A educação ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

1.4 O Programa: objetivos, metodologia e conteúdos

O Programa desenvolve duas linhas de ação que foram parâmetro para a análise crítica dessa pesquisa. São elas: Consumo Consciente e Gestão de Resíduos, “de maneira a fomentar a prática dos 5Rs (...) e orientar a coleta seletiva, por meio de ações contínuas de sensibilização e mobilização dos funcionários da administração pública de Minas Gerais” (AMBIENTAÇÃO, 2012:19).

A linha de Consumo Consciente objetiva a redução do desperdício e do volume de resíduos nos setores, com o uso racional dos recursos naturais, e principalmente incentiva a não-geração de resíduos. A linha de Gestão de Resíduos foca no reaproveitamento e na reutilização do material que pode ser destinado para outro fim ou setor, e também na coleta seletiva simplificada, onde são separados os materiais recicláveis do papel e dos materiais não-recicláveis. Na FIG. 4 uma foto do espaço interno da CAMG, com as ilhas de trabalho organizadas no formato de baias, e pode-se ver um dos coletores usados.

FIGURA 4 - Foto do espaço interno da CAMG
FONTE: http://minassustentavel.wordpress.com

Ambas as linhas de ação – Consumo Consciente e Gestão de Resíduos – fomentam a prática dos 5Rs: repensar, considerado o primeiro passo para o consumo sustentável, que é avaliar os valores e princípios que guiam as ações; recusar, que é aprender a usar os recursos naturais para satisfazer as reais necessidades, sem consumismo; reduzir, rever hábitos diariamente para evitar o desperdício e a geração de resíduos; reutilizar, se preciso reformar, restaurar, compartilhar, doar, trocar, com o objetivo de reaproveitar o material em outra função; e, reciclar, transformar materiais já usados em novos produtos por meio de processo artesanal ou industrial (AMBIENTAÇÃO, 2012:19).

Nos materiais produzidos e distribuídos pelo Programa, tais como comunicações pela *intranet*, *banners*, *folders* etc., as orientações e dicas são

transmitidas pelo Bileco, o mascote do Programa (FIG. 5). De acordo com o Programa, o personagem comunica a mensagem da importância da reciclagem de ideias e atitudes (AMBIENTAÇÃO, 2011).

FIGURA 5 - Bileco, o mascote do Programa
FONTE: Site do AmbientAÇÃO.

1.5 A equipe responsável pelo Programa

O AmbientAÇÃO é de responsabilidade da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM – que, para o Programa, no período da realização dessa pesquisa, contava com uma equipe de dez pessoas: a gestora do Governo, quatro funcionários e cinco estagiários que dão suporte ao AmbientAÇÃO, mas têm também outras atribuições.

De 2008 a 2012 o AmbientAÇÃO foi desenvolvido pela Ambiente Brasil Centro de Estudos, entidade privada que atua em uma área típica do setor público, e é financiada pelo Estado para que suporte iniciativas sem retorno econômico, caracterizada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. O termo de parceria assinado entre a FEAM e a Ambiente Brasil foi um acordo de cooperação entre as partes e constitui uma alternativa ao convênio entre OSCIPs e órgãos do Governo para a realização de projetos.

A equipe multidisciplinar da OSCIP que trabalhou no Programa no período foi composta por uma gestora formada em Administração e especialista em Gestão de Pessoas e em Gestão Ambiental, um gestor formado em Relações Públicas com especialização em Gestão Ambiental, por um biólogo, um geógrafo, profissionais da área da comunicação, dentre outros. Na Cidade Administrativa ficavam alocados quatro funcionários da Ambiente Brasil, os demais trabalhavam em outros pólos da OSCIP e tinham também outras designações.

Quando uma instituição assina o termo de adesão ao AmbientAÇÃO fica obrigada a constituir uma comissão que trabalhará no sentido de facilitar a implementação do Programa nas suas dependências. Essa comissão, chamada setorial, deve ter no mínimo três integrantes que serão treinados e se reunirão periodicamente com a coordenação do AmbientAÇÃO em um trabalho conjunto para viabilizar o desenvolvimento do Programa nas instituições. De acordo com o gestor da OSCIP entrevistado, o Programa não é engessado, tem uma proposta básica sim, mas é adaptado pelas comissões setoriais de acordo com o perfil dos servidores e da instituição, garantindo a sua execução e melhoria permanente.

Nesse capítulo apresentei o elemento Contexto/Sujeitos, no seu espaço e tempo, com base na Mandala Reflexiva. No Capítulo 2 apresento o referencial teórico eleito para a pesquisa e as duas primeiras subquestões de pesquisa, a saber, “Qual é o discurso oficial de Educação Ambiental do Programa?” e “Qual é a proposta de avaliação utilizada pelo Programa?”. A terceira subquestão, “A formação da atitude ecológica pode ser observada no relato dos servidores?”, preferi desenvolver no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

PROBLEMATIZANDO O AMBIENTAÇÃO

Neste capítulo apresento os estudos feitos para essa pesquisa, com a definição de termos e as conexões. No processo de recursão e estudos demandado na Mandala Reflexiva, foram ficando mais claros os conceitos-chave que deveriam ser eleitos para a pesquisa. Por isso algumas ideias-prévias foram sendo colocadas de lado ao longo do processo e outros conceitos foram surgindo de acordo com as Emergências. Com base na Mandala Reflexiva esse é o elemento Problematização, onde surgem as ideias prévias, os conceitos-chave, as conexões, filosofias, ciências e os procedimentos metodológicos.

2.1 Problematizando a educação que se diz ambiental

Como educadora ambiental, problematizo a educação que se diz ambiental e que está, na verdade, apenas preocupada com a mudança de comportamento dos indivíduos. Essas formas de ensino ambiental são reduzidas ao uso funcionalista de técnicas informativas (VARGAS, 2003:122). Guimarães (2006b) sintetiza a Educação Ambiental mecânica que é mecânica porque se baseia nos seguintes argumentos: basta ensinar o conhecimento do que é ecologicamente correto (conteudista), para que o educando, compreendendo esse ensinamento (racionalista), transforme seu comportamento, passando a agir corretamente (comportamentalista).

Também problematizo com o autor a educação comportamentalista que se baseia em dar (transmitir) ao educando os conhecimentos (aspecto cognitivo) necessários e acredita que assim estaria ainda provocando nele uma sensibilização (aspecto afetivo) pela questão ambiental, que resultaria na transformação do seu comportamento incorreto (GUIMARÃES, 2006a:25).

Guimarães (2006b:14, 2006a:24) afirma que um educador pode até ter uma intenção sincera de contribuir na superação dos problemas ambientais, mas “estar atrelado a uma visão (paradigmática) fragmentária, simplista e reduzida da

realidade” e por isso manifesta inconscientemente “uma compreensão limitada da problemática ambiental e que se expressa por uma incapacidade discursiva que informa uma prática pedagógica fragilizada de educação ambiental”. Por causa dessa visão e compreensão limitadas, suas práticas acabam por reproduzir uma educação conteudista, racionalista e comportamentalista, e o “padrão tradicional de educação, referenciado pelos mesmos paradigmas, que reforça aspectos de um processo pedagógico focado no indivíduo”. Essa educação ambiental presa à armadilha paradigmática tende à reprodução de práticas educativas consolidadas e “se mostra pouco eficaz para intervir significativamente para a superação dos problemas e a construção de uma nova sociedade ambientalmente sustentável” (GUIMARÃES, 2006b:14, 2006a:24). A meu ver, essa educação ambiental se mostra precária para os dias atuais.

Há também a educação ambiental que eu chamaria apocalíptica, que utiliza uma pedagogia do medo e restringe-se apenas à difusão da percepção sobre a gravidade dos problemas ambientais e suas conseqüências para o meio ambiente, enfatizando a ameaça à vida humana na terra e que caminhamos para um terrível fim. Guimarães (2006a:16) mostra que essa perspectiva não é suficiente nem capaz de intervir no processo de transformações socioambientais em prol da superação da crise da atualidade.

Nesse sentido, Layrargues (2004:12) afirma que a Educação Ambiental não pode ser considerada como algo à parte da dinâmica social, pois, se assim for, nós, educadores ambientais, corremos o risco de promover ações educativas pouco críticas da realidade, mesmo que bem-intencionadas, mas que resultam em posturas politicamente conservadoras. O autor mostra que

> A fragilização da educação ambiental seria a continuidade da persistente contradição entre o discurso e a prática do educador, que manifesta o desejo de efetuar uma educação ambiental emancipatória e crítica, articulada com o exercício da cidadania, mas acaba reproduzindo a ideologia hegemônica em suas ações, quando na sua prática evidencia uma incipiente abordagem interdisciplinar, sempre centrada na perspectiva comportamentalista focada no indivíduo, objetivando uma finalidade conteudística e informativa meramente de transmissão de conhecimento do professor ao aluno, normalmente realizada em atividades pontuais descontextualizadas da realidade socioambiental. (LAYRARGUES, 2004:13)

Loureiro (2006:149) também chama a atenção para essa dinâmica contraditória da educação, que por um lado reproduz as culturas e as relações

sociais vigentes, e por outro é meio pela qual se dá a reflexão crítica e a instauração de processos emancipatórios.

Infelizmente essa fragilização e essa dinâmica contraditória têm sido, freqüentemente, percebidas nas práticas, projetos e programas de Educação Ambiental que têm se multiplicado em espaços formais e não formais. Muitas vezes há um discurso de ir além, mas as metodologias enfocam apenas o comportamento e revelam "abordagens reduzidas e simplificadoras na análise/compreensão dos problemas ambientais e as conseqüentes propostas de solução/ação, muito recorrentes nas discussões ambientais" (GUIMARÃES, 2006b:11). Carvalho (2004) também denuncia a educação ambiental que

> Em vez de dar a seus membros a possibilidade de agir e interferir, a sociedade de massas trata-os como indivíduos isolados dos quais espera certos tipos de comportamentos, impondo padrões preestabelecidos e esforçando-se por "normalizar", no sentido de padronizar a conduta dos grupos sociais. (CARVALHO, 2004:188)

Guimarães (2006a), conceituando a educação ambiental conservadora mostra como ela é limitada:

> Essa educação ambiental se faz conservadora por estar presa à armadilha paradigmática, entre outras múltiplas determinações deste modelo hegemônico; por voltar-se para um processo educativo focado no indivíduo e na transformação de seu comportamento; por não vincular e perceber as práticas educativas como uma intervenção individual e coletiva no processo de transformações socioambientais. É essa educação ambiental que percebo vir predominantemente se difundindo nos espaços educacionais, e particularmente nas escolas. Conservadora até porque limitada e incapaz de transformações significativas da realidade socioambiental, já que estrutura a compreensão e a ação do seu fazer pedagógico nos mesmos referenciais paradigmáticos constituintes e constituídos historicamente deste e por este modelo societário gerador dessa grave crise ambiental. (GUIMARÃES, 2006a:26)

Sabemos que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção (FREIRE, 1996:22), e a aprendizagem em seu sentido radical vai muito além do provimento de conteúdos e informações, não se atém à ênfase da indução ou mudança de comportamentos, no que fazer e como fazer certo, nem na transmissão de uma série de procedimentos ambientalmente corretos (CARVALHO, 2004:69). A autora salienta:

> Considerando toda a complexidade que envolve as situações de aprendizagem, é interessante ser cauteloso com uma EA que, ao enfatizar a indução ou mudança de comportamentos, nem sempre alcança a formação de uma atitude ecológica. No sentido de uma identificação dos alunos com as causas ecológicas. Cabe reconhecer que gerar comportamentos individuais ordeiros, preocupados com a limpeza de uma área ou com a economia de recursos ambientais como a água ou a energia elétrica, pode ser socialmente

> desejável e útil, mas não significa necessariamente que tais comportamentos sejam integrados na formação de uma atitude ecológica e cidadã. (CARVALHO, 2004:180-181)

Nesse sentido, Reigota (2009:14) afirma que o componente “reflexivo” da e na Educação Ambiental é tão importante quanto os elementos “participativos” ou “comportamentais”. Pois, se o foco está apenas no comportamento, não estamos promovendo o espaço de ensino e aprendizagem necessário para uma educação que resulta em aprendizagens significativas, “que seja capaz de contribuir com a transformação de uma realidade que, historicamente, se coloca em uma grave crise ambiental” (GUIMARÃES, 2004:25).

E Vargas (2003:122) afirma que aprendizagem ambiental supõe a crítica à educação como mecanismo político ligado às relações de saber, poder, negociação e autonomia. Se quisermos promover essa Educação Ambiental, essa aprendizagem ambiental, precisamos romper com a Educação Ambiental conservadora, conteudista, informativa, mecânica e comportamentalista. Precisamos buscar outra Educação Ambiental.

2.2 Uma outra Educação Ambiental

Como educadores ambientais realmente comprometidos com a mudança positiva na sociedade, devemos buscar uma Educação Ambiental que gera processos de formação de uma atitude ecológica que institui novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos (CARVALHO, 2004:180). Um educar que envolve

> a capacidade compreensiva (relativa à apreensão por um sentido e alcançado pela inteligência) e interpretativa (sucintamente, síntese entre conhecimento racional e compreensão), historicamente situadas na leitura e atuação no mundo. Envolve a ação capaz de nos levar a identificar problemas e participar das decisões que afetam a vida coletiva e individual, em cada momento histórico e contexto cultural (Carvalho, 2004, *apud* LOUREIRO, 2006:133).

Esse educar resulta na formação de um sistema de valores que será internalizado como uma visão de mundo orientadora dos posicionamentos do sujeito sobre como relacionar-se com o ambiente, entendido como uma rede de relações entre sociedade e natureza. Carvalho (2004:180) enfatiza que se há o “desenvolvimento de capacidades e sensibilidades para identificar e compreender os problemas ambientais, para mobilizar-se, no intuito de fazer-lhes frente”, essa

atitude ecológica e cidadã se refletirá onde se dá o ensino e em outros espaços e circunstâncias da vida do sujeito.

> O grande desafio da EA é, pois, ir além da aprendizagem comportamental, engajando-se na construção de uma cultura cidadã e na formação de atitudes ecológicas. Isso supõe a formação de um sentido de responsabilidade ética e social, considerando a solidariedade e a justiça ambiental como faces de um mesmo ideal de sociedade justa e ambientalmente orientada. A formação de atitude orientada para a cidadania ecológica vai gerar novas predisposições para ações e escolhas por parte das pessoas. Nesse caso, mais do que apenas de comportamentos isolados, estaremos em face de um processo de amadurecimento de valores e visões de mundo mais permanentes. (CARVALHO, 2004:181-182)

Essa sim é a Educação Ambiental que creio que devemos almejar, a que extrapola as quatro paredes onde se dá e vai muito além, é refletida e resulta em responsabilidade ética, responsabilidade social, solidariedade e justiça ambiental nas relações socioambientais que são “permeadas por contradições, problemas e conflitos que tecem a intrincada rede de relações entre os modos de vida humanos e suas formas peculiares de interagir com os elementos físico-naturais de seu entorno, de significá-los e manejá-los” nos quais estamos imbricados (CARVALHO, 2004:163).

E para construir essa Educação Ambiental é preciso combater aquela outra, a que devemos rejeitar, os seus princípios – ou, eu diria, a sua falta de princípios – e o seu sistema. Portanto, concordo com Guimarães (2006b:14) e com ele rejeito a ideia de que podemos transformar a sociedade transformando primeiro o indivíduo, pois não é na soma de uma maioria de indivíduos transformados, com comportamentos ecologicamente corretos, que teremos como resultado final uma sociedade transformada e capaz de superar os problemas, uma sociedade ecologicamente correta. Portanto, concordo com o autor que é um equívoco

> Associar as causas dos problemas a um desvio comportamental, do indivíduo e/ou do sistema social e, sendo um desvio no comportamento, a solução apontada era a denúncia do erro e a transmissão da informação do comportamento correto para o indivíduo, na perspectiva de que no somatório de indivíduos com atitudes ecologicamente corretas, teríamos a solução do problema; ou seja, uma sociedade “ecologicamente correta”. (GUIMARÃES, 2006a:24)

A sociedade não é apenas o resultado da soma dos indivíduos que a compõem (GUIMARÃES, 2006b:13), vai muito além, é resultado de todas as relações socioambientais que se dão nela, de todos os aspectos econômicos, políticos, culturais dentre outros que a compõe. Se compreendemos isso e percebemos que a educação que reproduz e não promove mudança é insuficiente,

veremos que é preciso trabalhar a favor da cidadania e da emancipação dos sujeitos, se queremos ver uma sociedade realmente melhor. Então é preciso buscar e promover uma Educação Ambiental crítica com a “compreensão do processo educativo como ato político no sentido amplo, isto é, como prática social cuja vocação é a formação de sujeitos políticos, capazes de agir criticamente na sociedade” (CARVALHO, 2004:186). Uma Educação Ambiental que implique a

> prática de transformação desta realidade, a partir da construção de uma nova percepção que se reflete em uma prática diferenciada – teoria e prática, ação e reflexão na práxis dialógica da diversidade na unidade e da unidade na diversidade. Mas em uma práxis que, para causar transformações significativas, deve superar as perspectivas individualizantes se realizando no coletivo e pelo coletivo. (GUIMARÃES, 2006a:27)

Concordo plenamente com o autor quando afirma que o comprometimento de cada indivíduo em “fazer a sua parte” é um passo importante e fundamental para um processo de transformação, seria como uma das etapas, porém ele alerta que

> somente quando associado ao compromisso e à compreensão de que individualmente somos impotentes diante de estruturas de poder tão consolidadas que fazem com que a realidade se conserve como está, mantendo os privilégios sociais e a dinâmica econômica”. (GUIMARÃES, 2006b:15)

E com ele, friso isso. Montibeller-Filho (2001:219) concorda nesse sentido, e afirma que o alcance prático das ações voluntaristas e individualizadas, o “cada um fazendo a sua parte” é relativamente pequeno, mas isso não retira sua evidente importância como efeito-demonstração e na consolidação da consciência ecopolítica. Essa evidente importância é que me chama a atenção, é, sim, importante, cada um fazer sua parte, ao contrário do que alguns educadores ambientais acadêmicos afirmam.

Carvalho (2004:186-187) por sua vez, reforça que a internalização de um ideário ecológico emancipador não se dá apenas por um convencimento racional sobre a urgência da crise ambiental.

> A consciência dos riscos e a informação objetiva são importantes, mas desde que sejam acionadas em um contexto de relações de aprendizagem no qual se favoreça, sobretudo, a capacidade de ação dos sujeitos no mundo e sua vinculação afetiva com os valores éticos e estéticos dessa visão de mundo. (CARVALHO, 2004:187).

Portanto, uma vez que é necessário mais do que a soma de cada uma das partes para a transformação da atual realidade social, se faz necessária a constituição de um “movimento coletivo conjunto”:

> Movimento em uma perspectiva interativa das partes/indivíduos entre si, que assume a dimensão política do enfrentamento com sinergia, porque gera uma pressão que vai além da soma das partes. É um movimento articulado, com identidade e intencionalidade, que se estabelece nas relações. Possibilitar que nossos educandos vivenciem esse processo é trabalhar na formação de cidadãos engajados, constituindo um ambiente educativo (que não é o espaço escolar, mas que se constitui sim nas relações que se estabelecem) em que, no exercício de sua cidadania ativa, em seus aspectos coletivo e político, possam se transformar atuando coletivamente na transformação da realidade. (GUIMARÃES, 2006b:15-16)

Montibeller-Filho (2001:218) trabalha o conceito de politização que “compreende a ação da sociedade civil no sentido de construir políticas públicas”. A politização é importante pela implicação da postura da pessoa – se individual ou coletiva – diante da questão ambiental. Seria o reflexo desse movimento coletivo conjunto defendido por Guimarães (2006b), a Educação Ambiental que transcende de seu aspecto puramente comportamental, para chegar a outras esferas e compromissos, como a política e a cultura (ZERBINI, 2004:2). E Loureiro (2006:109) complementa: “É a ação de mudança individual associada à ação política que pode vincular este movimento das pessoas a transformações societárias, levando-nos a outras condições planetárias de vida”.

Montibeller-Filho (2001:218) mostra que o oposto da politização é o voluntarismo, que “implica ações individuais perante determinado problema que tem alcance coletivo”. Seria o cada um fazer a sua parte, a aprendizagem comportamental ecologicamente correta, muito freqüente nas propostas de Educação Ambiental na busca de soluções para a problemática do meio ambiente. O autor afirma que o voluntarismo é um protesto desesperado, uma espécie de resistência passiva que se transforma num ato de auto-afirmação, de renúncia a salvar o mundo. Afirma que o voluntarismo só surte efeito se associado a políticas públicas, e analisa:

> No caso ambiental, por exemplo, a ação individual de evitar produzir lixo; separá-lo; economizar energia; locomover-se menos de automóvel, tudo isto individualmente, proporciona uma “boa consciência”, ou ao menos uma “consciência melhor”, mas “ao mesmo tempo reforça o desamparo, na medida em que a eticização se coloca no lugar da politização de questões ecológicas” (Altvater, 1995:247). O indivíduo, ao mesmo tempo gerador de danos ambientais e sensível à questão da poluição do meio ambiente, estará dessa forma lidando com a contradição que se lhe apresenta: transforma o

> problema numa questão ética, e então eticiza as ações ecológicas. O lado negativo reside em que tal procedimento é contraproducente. De acordo com Altvater, "a eticização só não é contraproducente quando se consegue generalizar os princípios éticos interindividualmente (ou internacionalmente), formulando-os de modo autoconsistente e convertendo-os em tema político. A mera eticização, ao contrário, reforça as tendências individualizantes despolitizadas" (Altvater 1995:247, *apud* MONTIBELLER-FILHO, 2001:218-219)

Portanto, educadores ambientais que pretendam práticas que transcendam da esfera do individual para o coletivo, gerando um movimento coletivo conjunto, resultando na consolidação da consciência ecopolítica e da politização para a construção de políticas públicas, precisam ter claro que "a dinâmica dialógica, participativa e emancipatória não é de um para o outro ou pelo outro. É coletiva e leva à aprendizagem dos envolvidos e ao entendimento crítico da realidade propiciando uma ação transformadora" (LOUREIRO, 2006:149).

Carvalho (2004:184) afirma que é possível adquirir comportamentos pontuais ambientalmente "corretos" e exibi-los sem recuar do compromisso com um pacto solidário e ecológico global, sem desenvolver uma atitude ecológica no sentido pleno. Nesse sentido, enfatizo a necessidade de investigar a repercussão, no sentido do ato de repercutir, refletir ou fazer sentir indiretamente sua ação ou influência (FERREIRA, 2006), da Educação Ambiental, porque se a Educação Ambiental não transita entre a vida pública e a vida privada dos que nela estão envolvidos, deixa dúvidas quanto à validade de seu processo transformador.

O conceito de atitude ecológica, proposto por Carvalho (2004), expressa o que eu tendia a pesquisar. É um conceito simples, mas nem por isso menos profundo, que abarca o sentido de apropriação de saberes e a prática deles por parte do indivíduo em todos os espaços onde transitar.

Portanto, tomo como base o conceito de Carvalho (2004:177) de atitude ecológica: "Essa atitude poderia ser definida, em seu sentido mais amplo, como a adoção de um sistema de crenças, valores e sensibilidade éticas e estéticas orientado segundo os ideais de vida de um sujeito ecológico".

E a noção de sujeito ecológico, expresso pela autora em poucas palavras é "um modo de ser relacionado à adoção de um estilo de vida ecologicamente orientado; um modo específico de ser no mundo, em outras palavras, é um 'jeito ecológico de ser'".

A escolha desse conceito trouxe clareza para o meu entendimento e mais tranqüilidade de continuar com o desenvolvimento da pesquisa. Logo, outras definições e aprofundamentos se mostraram urgentes, e as apresento a seguir.

2.3 A definição de alguns termos

Para ajudar na compreensão de alguns termos muito utilizados no campo da Educação Ambiental, o que podemos chamar de termos estruturantes, busquei auxílio no Glossário elaborado por Loureiro (2012:107-121). Os termos foram definidos livremente, o que em nada impede a sua legitimidade, dada a autoridade do autor resultante da sua longa trajetória na área. Estas definições atuais trouxeram um auxílio prático para o meu entendimento de:

> *Cidadania*: remete à existência do indivíduo em sociedade, segundo normas estabelecidas no âmbito do Estado e em cada país. Cidadão é aquele que possui direitos reconhecidos e garantidos pelo Estado, responsabilidades pessoais e perante o outro, e que atua politicamente na definição dos rumos que se quer para a vida social. (LOUREIRO, 2012:110)

Entendo que é preciso atentar para o conceito desse termo, relacionando-o à análise do material que farei. O autor destaca que cidadania é atuar “politicamente na definição dos rumos que se quer para a vida social”, e isso extrapola, e muito, a ideia do senso comum de que cidadão é aquele que possui direitos e deveres.

Outros termos definidos pelo autor em seu glossário são:

> *Conhecimento*: remete à organização lógica de representações, teorias, conceitos e hipóteses e se refere a algo existente. O conhecimento é o que se conhece de outro, permitindo uma determinada ação intencional para atender a certos fins. É a base da ação consciente no mundo. (LOUREIRO, 2012:111)

> *Informação*: é o que resulta do processamento e organização de dados, gerando uma alteração significativa (de intensidade ou qualidade) em quem a recebe, seja pessoa, máquina, sistema social, ecossistema etc. Logo, a informação não é o conhecimento. A informação é a base para a produção do conhecimento, mas não se confunde com ele. (LOUREIRO, 2012:115)

Talvez possam parecer óbvias essas definições, mas pela pluralidade de significados que têm recebido nos projetos e programas de Educação Ambiental se fez necessário defini-las e salientar que a informação é apenas a base para a produção do conhecimento.

Outros dois importantíssimos termos presentes em praticamente todos os projetos e programas de Educação Ambiental são:

> *Sensibilização*: um dos conceitos mais utilizados e, ao mesmo tempo, mais imprecisos que existem na educação. Para uns, refere-se ao tornar sensível pela emoção; para outros se refere a um processo inicial de transmissão de informações que faça com que o outro fique mais atento acerca de algo; outros tantos generalizam como qualquer processo que resulte em apropriação pelos sentidos, o que envolve transmissão, construção e compreensão de informações. Na Educação Ambiental normalmente se utiliza nos dois primeiros sentidos, mas sem que haja muita clareza nas implicações disso. Enfim, é um conceito que se for utilizado como objetivo exige que quem o escolheu diga claramente o que se pretende com isso. (LOUREIRO, 2012:119)

> *Conscientização:* processo de tomada de consciência (do eu e do mundo) por meio do diálogo, problematização da realidade, reflexão, conhecimento e intervenção nas condições existentes. Não há conscientização de um para o outro, mas entre pessoas que interagem e atuam na realidade. A consciência é que se refere à individualidade. (LOUREIRO, 2012:111)

Como afirma Loureiro (2012), é preciso clarificar qual o sentido damos a um termo quando vamos utilizá-lo. Em outra obra o autor mostra que a conscientização se dá na relação entre o "eu" e o "outro", pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente. "A ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida" (LOUREIRO, 2006:29).

A definição de termos, e a reflexão sobre eles, ajuda que não sejam usados de forma indiscriminada, como é tão comum vermos nos discursos escritos nos projetos e programas de Educação Ambiental e na fala dos seus educadores. O educador ambiental precisa refletir sobre eles, sobre as suas práticas e sobre qual tipo de Educação Ambiental tem promovido. Clarificados, esses conceitos vão auxiliar, e muito, na análise do material do Programa AmbientAÇÃO.

A partir de agora, passo à problematização de algumas questões relativas ao Programa, de outros conceitos utilizados, apresento algumas conexões e o estudo da literatura da área.

2.3.1 A questão da parceria do Governo com a OSCIP

Uma importante questão sobre a qual se revelou necessário refletir é a forma como o Programa é gerido e executado: o Governo de Minas propõe o seu desenvolvimento por meio da contratação de uma Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

A Lei 9790/99, conhecida como a Lei do Terceiro Setor, traz a possibilidade das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos serem qualificadas, pelo

Poder Público, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, e poderem com ele firmar parcerias, desde que os seus objetivos sociais e as normas estatutárias atendam aos requisitos da lei.

Simplificadamente, pode-se dizer que OSCIPs são ONGs criadas pela iniciativa privada que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, e um deles é que o estatuto da instituição seja analisado e aprovado pelo Ministério da Justiça, especialmente nos quesitos de normas de transparência administrativas. Em contrapartida, as OSCIPs podem celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, uma alternativa aos convênios que proporcionam maior agilidade e razoabilidade em prestar contas, dividindo com a sociedade civil o encargo de fiscalizar o fluxo de recursos públicos em parcerias. Em uma parceria firmada, a OSCIP utilizará recursos públicos para suas finalidades, dividindo com o Poder Público, dessa forma, o encargo administrativo e de prestação de contas.[3]

De acordo com a OSCIP Ambiente Brasil

> A execução de políticas públicas em parceria com OSCIPs é uma iniciativa para se melhorar os produtos oferecidos à sociedade, dotando de eficiência a gestão dos recursos públicos e a produção de serviços. (...) pois essas entidades possuem condições de atuação mais flexíveis e transparentes, haja vista que sua gestão pauta-se em um modelo de transparência e inclusão da participação social.[4]

Em um Termo de Parceria entre o Governo e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público devem ficar explícitos: o objeto, com especificação do programa de trabalho; as metas e resultados previstos com prazos de execução e cronograma de desembolso; os critérios de avaliação de desempenho com indicadores de resultado; a previsão de receitas e despesas detalhadas por categorias contábeis, inclusive as remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos com recursos do Termo de Parceria; a obrigação de prestação de contas ao Poder Público, ao término de cada exercício, incluindo relatório contendo comparativo das metas com os respectivos resultados e demonstrativo dos gastos e receitas efetivamente realizados (FERRAREZI, 2002).

---

[3] Adaptado do texto original da Fundação Israel Pinheiro. Disponível em: <http://israelpinheiro.org.br/terceiro-setor/oscip/>

[4] Texto de Apresentação usado no Questionário Índice de Satisfação das Comissões Setoriais em relação à OSCIP, disponível nos ANEXOS.

O programa de trabalho mencionado é o projeto detalhado que a OSCIP se compromete a desenvolver, devendo conter o objeto da proposta, as metas a serem alcançadas, os indicadores de avaliação de desempenho, o cronograma de execução e de desembolso, previsão de receitas e despesas, além de outras informações pertinentes, como justificativa, metodologia de trabalho etc. (FERRAREZI, 2002).

A isso Montaño (2002) critica fortemente, defendendo que esta "parceria" resulta no esvaziamento das obrigações do Estado, pois delega ao terceiro setor o "cumprimento" das suas funções, decorrendo na desresponsabilização do Estado e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função social, com a suposta contribuição do Estado, financeira e legal, para propiciar a participação da sociedade civil.

O autor explica que, em parte, essa parceria se fundamenta na real redução relativa de gastos sociais, pois é menos dispendioso que o Estado delegue essa prestação de serviços, que pode até ser que seja feita de forma precária, pontual e local, e repasse recursos ao setor privado que se mobiliza e atua na gerência ou gestão das respostas às necessidades sociais do que, sendo pressionado por demandas populares, o Estado desenvolva políticas sociais universais permanentes e de qualidade. Porém esclarece que:

> Ao operar, portanto, uma transferência do fenômeno real – atividades que expressam funções sociais a partir de determinados valores – para um debate sobre organizações em determinado âmbito (ou setor), o que ocorre é uma verdadeira transformação de uma questão político-econômico-ideológica numa questão meramente técnico-operativa. Em lugar de debater a função social de resposta às demandas sociais e os valores que a sustentam – seus fundamentos, modalidades e responsabilidades –, discute-se, isoladamente, se as organizações de determinado "setor" podem dar tal resposta. Opera-se não apenas a já mencionada setorialização do real, mas uma verdadeira despolitização do fenômeno e do debate. A discussão é levada para a comparação entre instituição estatal – tratada como burocrática, ineficiente, corrupta, rígida, e em crise (fiscal) – e organizações do "terceiro setor" – tidas como dinâmicas, democráticas, "populares", flexíveis, atendendo às particularidades regionais e categoriais. (MONTAÑO, 2002:185)

De forma mascarada a tentativa é de fazer parecer como um processo apenas de transferência de funções e atividades do Estado, uma esfera supostamente ineficiente, burocrática, não especializada, para o terceiro setor que seria uma esfera supostamente mais democrática e participativa e mais eficiente (MONTAÑO, 2002:199-200). E o autor também frisa que assim a mobilização da sociedade civil é resultado da ação do governo, que só então a comunidade se

mobiliza e participa em ações já estabelecidas pelo poder instituído. E conclui: “Nada, para além da prestação de serviços (geralmente precários) e certa experiência participacionista, pode se esperar deste tipo de mobilização por gestão controlada de recursos.” (MONTAÑO, 2002:277).

2.3.2 Consumismo, resíduos sólidos e reciclagem

Outro aprofundamento que se mostrou necessário, foi sobre a temática consumismo, resíduos sólidos e reciclagem, que aqui apresento em conjunto, pois estão intimamente ligados.

As características do ser moderno da atualidade são reflexo de um estilo de vida do desperdício: a condição para a sua sobrevivência é a produção de lixo em massa, o alto grau de individualidade, de flexibilidade, de mobilidade e de autonomia. Essas características se refletem no transporte, na moradia e no consumo individuais, estilo de vida a que a indústria de bens de consumo individualizado reforça e está pronta a atender (MONTIBELLER-FILHO, 2001:227).

Ruscheinsky (2010:64) se refere à crença que “cada vez mais” seja “igual a melhor” presente na nossa sociedade onde “predominam no campo da cultura: a proliferação de bens de consumo como exigência preliminar de qualidade de vida; a satisfação de um rol de necessidades historicamente construídas como a via da felicidade”.

Hoje se multiplicam as opções de produtos nas prateleiras e com preços mais baixos, o que resulta em um consumismo de uma sociedade que tenta preencher vazios com coisas. Vivemos para ter, trabalhamos para ter dinheiro para comprar mais, acreditando que assim teremos melhor qualidade de vida. E nos sacrificamos para ter o produto de última geração que acaba de ser lançado, já que o que adquirimos há poucos meses atrás, ou semanas, ou dias, um produto que foi produzido para ter uma curtíssima vida útil – na lógica da obsolescência programada –, já não nos serve, é ultrapassado, deve ser descartado.

Loureiro (2012:73) mostra que não repensamos ou questionamos o que se produz e para que fins, simplesmente aceitamos como natural a abundância de mercadorias, e cremos que é preciso incentivar a economia para “produzir mais para que mais pessoas entrem no circuito do consumo de futilidades”.

Na tentativa de resistir a essa roda viva do consumismo, há aqueles que busquem alternativas como o consumo verde, que para Alves (2010):

> não pressupõe que haja menos carros nas ruas e formas de transportes coletivos mais eficientes, mas sim a troca do combustível (petróleo por etanol) como alternativa para uma sociedade menos impactante ao meio. A mesma linha de raciocínio é aplicada a diversos outros produtos. Essa troca sugerida acaba levando o consumidor a pensar que um consumo verde pode ser suficiente para harmonizar nossa relação com o meio. Reduz o impacto parcialmente, mas não atua na causa principal do problema. (ALVES, 2010:5)

Nessa mesma linha de ação está o chamado consumo sustentável, que é amplamente definido como aquele no qual o consumidor considera em seu "poder de escolha", além da variável qualidade/preço, a variável ambiental, dando preferência a produtos e marcas que acredita que não agridam o meio ambiente. Por vezes o consumidor entende que observando esses quesitos pode continuar a consumir da mesma forma. Portilho (2004) indica como essa co-responsabilidade dos indivíduos comuns que se crê como um caminho para a sociedade sustentável se cristalizou:

> O surgimento da ideia de um consumo verde e, portanto, de um consumidor verde, só foi possível, basicamente, a partir da conjunção de três fatores, inter-relacionados: o advento, a partir da década de 70, do ambientalismo público; a ambientalização do setor empresarial, a partir da década de 80; e a emergência, a partir da década de 90, da preocupação com o impacto ambiental de estilos de vida e consumo das sociedades afluentes. A partir da combinação destes três fatores, especialistas, autoridades, políticos e organizações ambientalistas começaram a considerar o papel e a co-responsabilidade dos indivíduos comuns, em suas tarefas cotidianas, para a crise ambiental. Ações individuais conscientes, bem informadas e preocupadas com questões ambientais aparecem como uma nova estratégia para a resolução dos problemas ambientais e para as mudanças em direção à sociedade sustentável. Atividades simples e cotidianas como "ir às compras", seja de bens considerados de necessidades básicas, seja de itens considerados luxuosos, começaram a ser percebidas como comportamentos e escolhas que afetam a qualidade do meio ambiente. (PORTILHO, 2004:3)

Nessa lógica, os consumidores acreditam que sua escolha consciente por produtos que consideram ter um impacto menor sobre o meio ambiente no seu sistema de produção pode resultar na opção das empresas por uma produção socioambientalmente responsável. Porém Dupas (2005) aponta que

> [...] o consumidor poderia, um dia, se transformar naquilo que nós chamamos de um consumidor consciente, aquele que, com sua decisão de comprar, poderia transformar a sua ação de compra num veto ou num voto para a política de uma grande corporação. Então seria o consumidor politicamente correto e que poderia, por si só, eventualmente, fazer uma grande revolução, dado que as grandes revoluções necessitam de uma legitimação social... Por outro lado, este consumidor consciente, ainda está longe de exercer este poder de consumir um produto politicamente correto... O consumidor

> consciente poderia ser, no futuro, um fator evidente de importância na luta política e na luta pelos valores sociais, mas por enquanto isso ainda é uma utopia. (DUPAS, 2005, *apud* RUSCHEINSKY, 2010:83)

Já Portilho (2004) denuncia que essa responsabilização do consumidor, através de referências ao poder, ao bom cidadão ou à valorização da contribuição pessoal de cada um, transfere para o indivíduo, a responsabilidade que é dos governos e empresas. O resultado dessa falsa pressão dos consumidores às empresas é o *marketing* verde, cada vez mais comum na mídia. Uma empresa maquia seus produtos, muda o foco dos seus anúncios nas revistas, na TV e na *internet* fazendo o consumidor acreditar que ela internalizou novas práticas ao seu sistema de produção.

E agora, esse consumidor que pratica o consumo verde, o "sustentável", continua a apenas fazer a troca entre marcas, escolhendo por uma empresa que tem um *marketing* verde mais convincente que a outra, sem reduzir o seu nível de consumo. E nessa visão, já que não param de consumir, e o consumo gera resíduos de todos os tipos – industriais, domésticos, comerciais, hospitalares, entulhos da construção civil e resíduos especiais urbanos públicos –, então vamos lidar com as conseqüências e buscar soluções para elas.

Parece que essa tem sido a resposta encontrada pela nossa sociedade, que encontra na implantação da coleta seletiva e na reciclagem a solução para ter uma consciência limpa. Mas é claro que, sem o questionamento e a busca da diminuição da geração de resíduos, a coleta seletiva e a reciclagem são um paliativo simplório e ineficaz ao combate do consumismo no qual estamos embrenhados como sociedade. Layrargues (2002) denuncia:

> Dessa forma, ao invés de se reduzir o consumo, cria-se a oportunidade de manter o padrão convencional de consumo, pois a ameaça torna-se relativamente controlada, e a reciclagem passa a desempenhar a função de compensação do risco do consumismo. Contudo, trata-se de uma falsa segurança, que significa a alienação da realidade, a qual cumpre a função de gerar a sensação de que um comportamento ambientalmente correto – a reciclagem – contribuirá para a resolução de um problema, quando, na verdade, camufla a crítica ao consumismo [...] Recicla-se para não se reduzir o consumo. (LAYARGUES, 2002:6)

Montibeller-Filho (2001) mostra que há dois aspectos no problema do lixo, o primeiro é a crescente quantidade de resíduos não-recicláveis que dependem de um local para disposição final, um aterro, já que a incineração é uma solução tão controversa. O segundo aspecto é que o lixo reciclável encontra barreiras, são razões de natureza econômica, física, técnica e sociológica que impedem o

desenvolvimento de todo o aparente potencial da reciclagem, que tem sido a aclamada alternativa emergente com um otimismo absoluto. O autor mostra que “a contribuição dos processos de reciclagem, embora amenize o problema da degradação do meio ambiente, é relativamente pequena diante do total de lixo que requer uma destinação final” (MONTIBELLER-FILHO, 2001:223).

Em Belo Horizonte, contexto dessa pesquisa, a capacidade de recebimento do lixo domiciliar e comercial no aterro sanitário foi esgotada em dezembro de 2007. A partir de então, o local passou a receber apenas os resíduos hospitalares e de podas de árvores, e funcionar como estação de transbordo do conteúdo dos caminhões coletores para carretas de maior capacidade que transportam cerca de 4500 toneladas de resíduos por dia até o Aterro Sanitário de Sabará, administrado por uma empresa privada, localizado em um município que fica distante 19 quilômetros da capital. A administração pública enfrenta, como as de outras tantas cidades, o desafio de gerenciar a limpeza urbana e as implicações envolvidas nesse processo.

Na capital mineira, apenas uma pequena região da cidade conta com a coleta seletiva porta a porta, revelando a inércia do poder público. Os resíduos coletados seletivamente são recolhidos nos Locais de Entrega Voluntária – os LEVs, espalhados em alguns pontos estratégicos da cidade, porém a maior parte dos resíduos que chega à reciclagem é recolhida por catadores que fazem o “serviço de formiguinha” pelos bairros da cidade, para garantir a sua sobrevivência. Pode até ser que alguns tenham, de certo modo, a noção da importância que essa atividade a que se dedicam tem nos dias de hoje, e o seu reflexo no meio ambiente, mas a grande maioria deles trabalham com essa atividade tão árdua, e por vezes subumana e em uma condição de mendicância, se não o for o tempo todo, para garantir o seu mínimo sustento.

Montibeller-Filho (2001) mostra que a reciclagem de materiais usados é um tema recorrente na perspectiva do desenvolvimento sustentável e faz um estudo que aborda o tema da destinação de rejeitos da produção e consumo, crescentemente preocupante, e, a disponibilidade atual e futura de recursos naturais não-renováveis. O autor revela que as visões sobre o assunto são conflitantes. Para alguns, a reciclagem aparece como uma forma de solucionar o problema da poluição ambiental. Na perspectiva de outros pesquisadores, a reciclagem aparece inclusive como uma nova oportunidade econômica para “reciclar o próprio capitalismo”, ao

mesmo tempo em que resolveria o problema da degradação ambiental e o da disponibilidade de recursos naturais, é vista, então, como “o futuro” na resolução da crise ecológica da deposição de resíduos (MONTIBELLER-FILHO, 2001:212). E analisa:

> Reciclar materiais diz respeito ao aproveitamento de lixo, tornando-o novamente útil: é a recuperação e a conversão de materiais residuais em novos produtos. Seu objetivo principal consiste em “reduzir a quantidade de materiais que entram na economia e que dela saem, evitando assim os custos ambientais da extração e do processamento de materiais virgens e da remoção de detritos” (Young, 1991:78). A palavra-chave na reciclagem é, então, custo ambiental, tanto na extração de matérias-primas como na disposição final de rejeitos. O custo ambiental pode referir-se a um gasto efetivo da empresa privada que deve arcar com valores monetários para compensar ou para evitar o problema ambiental decorrente de sua atividade produtiva; ou dizer respeito ao custo social – mesmo o suportado pelos órgãos públicos – relacionado a dano ambiental (no conceito de externalidade negativa). (MONTIBELLER-FILHO, 2001:214)

Assim, uma empresa é levada à reciclagem por essa dinâmica de custos, mas principalmente pela pressão ou indução da sociedade civil através de leis e regulamentos públicos (MONTIBELLER-FILHO, 2001:214), e Caillé (2008) mostra que considerar tudo como um cálculo custo/benefício representa a cristalização e a apoteose da visão utilitarista do mundo.

A reciclagem deve ser pensada sistemicamente para que as suas implicações sejam consideradas. No caso do plástico, para citar um exemplo, há sete diferentes tipos: PET, PEAD, PVC, PEBD/PELBD, PP, PS e outros (ABS/SAN, EVA, PA, PC), e por essa razão é maior o custo do seu processamento: na separação dos diferentes tipos, são altos os custos que essa etapa do processo gera; freqüentemente é necessário um processo de descontaminação do material com o uso de produtos químicos; o novo produto após a reciclagem tem qualidade inferior; o alto custo do processo de reciclagem que tem maior demanda de energia, inclusive a humana do que a fabricação a partir da matéria-prima; há maior necessidade de insumos; há custos com o transporte do material e etc. Todos esses fatores e ainda outros, muitas vezes, fazem com que seja mais interessante para a indústria produzir a partir da matéria-prima do que do material secundário.

Também há um importante fator que influencia o mercado da reciclagem, às vezes a tecnologia para o processamento do resíduo e a sua transformação em matéria-prima já foi desenvolvida, mas ainda não está sendo feita em larga escala, ou ainda é propriedade de uma, ou poucas indústrias, localizadas apenas em algumas regiões industriais, normalmente no Sudeste do Brasil. Grande parte dos

resíduos coletados em Belo Horizonte precisam ser transportados até São Paulo para serem destinados às indústrias recicladoras. Isso dificulta, por exemplo, a reciclagem do isopor, tornando o material desinteressante no mercado, uma vez que ocupa um espaço muito grande e é muito leve. Daí pode-se imaginar o tamanho do galpão que é necessário para armazenar algumas toneladas do resíduo, quantos caminhões são precisos para o transporte do material etc., tornando até mesmo a política da logística reversa um enorme desafio para os produtores.

A despeito dessa realidade, as empresas insistem em divulgar em suas embalagens que o material é reciclável, e o consumidor que tem uma visão fragmentada que resulta no enfraquecimento dessa percepção global, o consumidor alienado dessa visão sistêmica, acredita que está fazendo um consumo consciente. O mesmo acontece com embalagens metalizadas de *chips* ou biscoitos, embalagens *marmitex*, embalagens do tipo *Tetra Pak* e diversos outros materiais tão comuns no nosso dia a dia.

De acordo com a coordenação do AmbientAÇÃO, os benefícios do Programa são econômicos, ambientais e sociais. E um exemplo que os gestores consideram é a geração de trabalho, renda e resgate da cidadania de catadores de materiais recicláveis, por meio da doação dos materiais para as famílias das associações e cooperativas de catadores de recicláveis que recebem os resíduos recolhidos pelo Programa. De acordo com dados divulgados no *site* oficial do Governo[5], na CAMG é gerada uma média de 2 toneladas/dia de resíduos. Só no ano de 2011 foram gerados cerca de 550 toneladas de resíduos, dos quais cerca de 260 toneladas (48%) de lixo foram considerados como recicláveis e destinadas por meio de doação às associações de catadores de papel, beneficiando a 1.140 pessoas.

Em se tratando das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, algumas das implicações para que possam funcionar são: a necessidade de galpões cobertos, de prensas para compactação e enfardamento, de tratores e uma série de outros instrumentos; estão sujeitos à alternância da oferta de materiais, à procura de materiais pela indústria recicladora e ao valor de venda do material; tem que observar as condições de estocagem e sofrem interferência do clima; lidam com a periculosidade e a insalubridade no manejo dos materiais descartáveis; recebem baixíssimos salários, e, outros fatores que, em conjunto, tornam essa atividade

[5] http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/12340-cidade-administrativa/5794/5040

muitas vezes desinteressante para os catadores que migram para outras áreas do mercado de trabalho, inclusive, mais dignas e justas. Montibeller-Filho (2001) conclui que a reciclagem somente se viabiliza economicamente quando o Estado se incube, direta ou indiretamente, da pré-seleção do lixo, transferindo à iniciativa privada essa parcela do valor.

Junto ao discurso da reciclagem está o discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, muito apregoado e divulgado como a resposta para as questões ambientais que são tão divulgadas, porém se revelam igualmente frágeis.

2.3.3 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Ainda trabalhando os conceitos-chave, fui a busca de autores que abordassem a temática sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, igualmente muito recorrentes no campo Ambiental.

Conceituando sustentabilidade, Foladori e Tommasino (2010:50) afirmam que em termos literais, sustentabilidade significa continuação através do tempo. Para o conceito de desenvolvimento sustentável os autores afirmam que, considerado literalmente, é o desenvolvimento que pode ser continuado, seja indefinidamente ou pelo período de tempo que se considere e mostram que “Cuando este término se agrega al de desarrollo se supone que lo que debe sustentarse es el desarrollo”. E Ruscheinsky (2010:64) acrescenta que “a noção de desenvolvimento sustentável enveredou por uma trajetória na qual a insistência recai sobre o substantivo em detrimento do adjetivo que passa a uma posição subordinada”.

O conceito de desenvolvimento sustentável mais comumente adotado é o da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: “atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (ONU, 1991). Loureiro (2012:72) aponta que nesse conceito se faz presente “o conteúdo conservador das práticas econômicas, associando desenvolvimento a crescimento e à expansão do mercado, desde que esse se paute pelos princípios solidários, garantindo hipoteticamente a compatibilidade entre preservação da natureza e justiça social”. O autor afirma que esse discurso é vazio de sentido teórico, pois tenta “associar crescimento produtivista e consumista a algum elemento distributivo como algo capaz de trazer padrões dignos de sobrevivência para todos” e que “a compatibilização desejada fica

pautada no plano moral e não no estrutural/cultural, como se o problema ambiental despendesse unicamente, para ser resolvido, da superação individual de uma abstrata falta de capacidade de reconhecer o outro" (LOUREIRO, 2012:72).

O autor mostra que

> Há diferentes formas de se definir desenvolvimento sustentável. Para alguns, nem conceito propriamente dito é e sim uma "ideia-força", um conjunto de princípios manifestos em busca de um desenvolvimento qualificado por uma preocupação, qual seja: crescer sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas e seus ciclos, garantindo a existência social e de outras espécies em longo prazo. Mesmo que não o entendamos como um conceito, mas como uma ideia mobilizadora, sem dúvida, deve ser admitido que é uma ideia bastante instigante e capaz de gerar grandes debates e mobilizações de grupos e pessoas em torno dela. (LOUREIRO, 2012:55)

E esses debates e mobilizações têm se multiplicado e se tornado recorrentes, e a apropriação dessa "ideia-força" tem sido cada vez mais freqüente nos discursos que se apresentam. Loureiro (2012:64) aponta que o problema é que nessa diversidade de sentidos atribuídos à sustentabilidade, os sentidos são constantemente antagônicos e incompatíveis, o que faz com que haja uma grande incoerência epistemológica e político-ideológica. O conceito passa a explicar tudo e nada ao mesmo tempo, e servir a todos como se estivessem interessados nas mesmas coisas. O autor reforça:

> a aceitação da qualificação sustentável não é o problema maior ou nem mesmo deve ser visto como problema, pelo menos entre os que compartilham preocupações de cunho ambiental, mas sim como realizar a sustentabilidade e qual é a finalidade dela. É por isso, inclusive, que há apropriações do conceito por parte de agentes sociais tão distintos, em que as intencionalidades são constantemente conflituosas e isso se manifesta nas estratégias de atuação. (LOUREIRO, 2012:57-58)

Como o termo sustentabilidade é vago e se presta às mais variadas definições (FOLADORI e TOMMASINO, 2010), tem recebido diversos sentidos para que atenda a diferentes valores e legitime práticas de acordo com os interesses em jogo (QUINTAS, 2009). Ruscheinsky (2010) aponta que

> Há uma urgência em questionar a interpretação do desenvolvimento sustentável como um crescimento sustentável ou uma gestão ecologicamente boa ou conveniente à cultura de consumo. Em outras palavras, há uma grande insuficiência da compreensão do desenvolvimento sustentável, na medida em que não questiona a realidade ou o processo de construção da riqueza das nações é fundamentalmente uma riqueza material. (RUSCHEINSKY, 2010: 84)

Quintas (2004) alerta que a sustentabilidade não é alcançada apenas com a mudança de comportamento dos indivíduos e a adoção de hábitos considerados

ambientalmente responsáveis, essa é uma leitura acrítica e ingênua da problemática ambiental, pois

> Sustentabilidade não é um problema técnico que pode ser resolvido por meio da escolha de práticas "sustentavelmente adequadas" (reciclagem de resíduos por exemplo), propostas por especialistas em várias áreas de conhecimento. Ainda que se reconheça a importância da ciência e da tecnologia no processo de busca da sustentabilidade, sua contribuição é condição necessária, jamais suficiente (QUINTAS, 2004:123).

Ruscheinsky (2010:78) afirma que sustentabilidade vai muito além, "remete aos campos da cultura, do ambiental, do social, do político, da equidade, sempre sob a perspectiva de estabelecer interfaces e complementariedade". Para Loureiro (2012:56-57) o processo sustentável não se preocupa apenas com uma das duas dimensões, com a econômica ou com a cultural, mas que precisa contemplar ambas, "o que é um enorme desafio diante de uma sociedade que prima pelos interesses econômicos acima dos demais". Logo, o debate da sustentabilidade não se adentra para valer na agenda política institucional porque "esbarra em comprometimentos com a cultura de consumo contumaz e interesses econômicos de alguns brasileiros ou estrangeiros e da reprodução ampliada do capital" (RUSCHEINSKY, 2010:67).

Quintas (2009) enfatiza que

> A partir de como a crise ambiental é analisada, em linhas gerais, pode-se identificar duas grandes tendências para o seu enfrentamento. Uma delas assume que é possível reverter a atual situação de crise adotando-se o desenvolvimento sustentável como princípio estruturante do processo de desenvolvimento. Assim, por meio de ajustes nos processos de funcionamento dessa sociedade se compatibilizaria o desenvolvimento com a proteção ambiental, sem alterações significativas na sua estrutura. Desta forma haverá mitigação dos impactos ambientais e redução da injustiça e da desigualdade social. Algo como reformar o mundo para torná-lo sustentável.
>
> A outra tendência, de visão transformadora, assume que [...] não há como se construir uma ordem social sustentável, que seja justa e ambientalmente segura, sem o rompimento com a matriz de racionalidade que produziu a crise (QUINTAS, 2009:40-41).

Logo, se a sustentabilidade em seu sentido completo, envolve as relações culturais, ambientais, sociais, políticas e de equidade, não se revela em nada interessante para ser, verdadeiramente, colocada em prática. É mais conveniente que esse discurso "aparentemente não ideológico e neutro, centrado em um espírito solidário, em uma noção de valores universalmente válidos que orientam a humanidade, e em soluções tecnológicas e gerenciais de um ambiente retificado" (LOUREIRO, 2012:70) permeie apenas os discursos dos governos e das empresas,

mas não influencie as suas práticas, e que o cidadão continue tomando para si a responsabilidade de viabilizá-la por meio de seu consumo, dito consciente.

Portanto, os educadores ambientais realmente comprometidos com uma prática transformadora devem considerar a complexidade do tema e fazer “uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo” (LAYARGUES, 2002:1), dos discursos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. E com essa percepção do discurso, nós, educadores ambientais comprometidos, devemos propor novas formas de ser e estar neste mundo, de nos relacionar com o próximo com mais solidariedade, de lidar com as coisas com menos ganância e apego, e, principalmente, buscar e propor outras formas de educar.

Feitas as sínteses sobre os estudos a respeito das temáticas, conceitos e conexões que se mostraram tão relevantes para o entendimento do fenômeno, parto para a problematização do Programa AmbientAÇÃO, com vistas a responder às subquestões propostas nessa pesquisa.

Passo, primeiramente, para a análise documental do material do Programa.

2.4 Problematizando o discurso de Educação Ambiental do AmbientAÇÃO

Para fazer uma análise de qual é o conceito de Educação Ambiental expresso, tomei como base a cartilha do AmbientAÇÃO, por ser um documento oficial que tem como função expressar a essência do Programa tanto para as instituições que visam a sua implementação, as comissões setoriais, os facilitadores, os servidores envolvidos, quanto para o público em geral, já que a cartilha é usada como forma de divulgação do AmbientAÇÃO.

2.4.1 A cartilha do AmbientAÇÃO

A Cartilha AmbientAÇÃO Educação Ambiental em prédios públicos de MG: conceitos e procedimentos, foi impressa em papel reciclado e tem um visual colorido e ilustrado. Nela o Programa é apresentado da seguinte forma: conceito; histórico; objetivos; aspectos, impactos e benefícios socioambientais; Rede AmbientAÇÃO; linhas de ação; como aderir; como implantar; e contém ainda as siglas, o anexo com

o Termo de Adesão e as referências bibliográficas. Tem um conteúdo didático do como fazer e serve de referência para as comissões setoriais e facilitadores que trabalham na implantação do Programa nas instituições. Também é distribuída a estudantes e interessados do público em geral, como forma de divulgação e referência para ações em diversos espaços. Na FIG. 6 a capa da publicação.

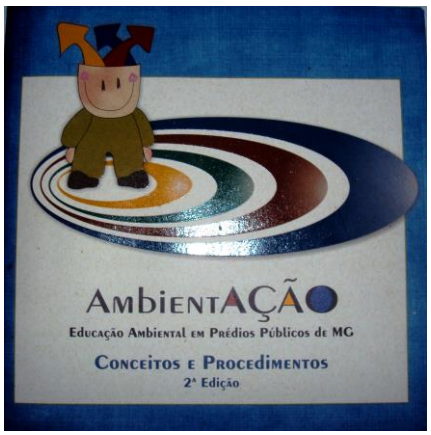

FIGURA 6 - Capa da Cartilha do AmbientAÇÃO
FONTE: Foto produzida pela autora.

Em leitura atenciosa para destacar os conceitos relacionados a Educação Ambiental presentes no texto, apresento a seguir a compilação das informações trazidas na Cartilha e algumas reflexões sobre estes trechos:

Logo no Prefácio (p. 3), as palavras do então Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável enfatizam que o AmbientAÇÃO:

> tem a audaciosa missão de modificar hábitos e padrões de comportamento, já que o consumo sem critério aliado ao desperdício é postura destrutiva que ameaça a própria sobrevivência das futuras gerações. Ano após ano, essa postura, infelizmente, tornou-se uma das principais causas dos problemas ambientais hoje enfrentados pela humanidade.
> (...)
> É desta forma, com ações práticas, e fazendo o dever de casa, que esperamos mostrar aos cidadãos que o desenvolvimento sustentável é responsabilidade de todos, e que ações cotidianas podem fazer a diferença.

De acordo com a visão do Secretário, o consumismo e o desperdício é uma ameaça para a continuidade de vida no Planeta, para a sobrevivência das futuras gerações, porém, se cada um cumprir a sua responsabilidade e fizer a sua parte, poderemos alcançar o desenvolvimento sustentável.

Em seguida, na Apresentação (p. 4), são palavras do então Presidente da FEAM das quais destaco os seguintes trechos:

> O Programa AmbientAÇÃO posiciona o funcionário público como protagonista em ações direcionadas à sustentabilidade. Para a internalização de atitudes ambientalmente corretas, o primeiro passo é "querer mudar". Mudar hábitos, transformar olhares e percepções, construir novos referenciais.
> (...) os caminhos nos conduzem à reflexão e à ação para definir contornos de uma nova cultura institucional, fundamentada nos princípios da educação ambiental para o uso racional dos recursos naturais.
> Mais do que repassar informações, nossa missão é buscar a sensibilização de mais funcionários públicos e convidá-los a integrar a equipe do AmbientAÇÃO como multiplicadores do conceito do consumo consciente, somando esforços na construção de um futuro sustentável. (AMBIENTAÇÃO, 2012:4)

A meu ver, esse seria um discurso mais trabalhado, faz uso dos termos "internalização de atitudes" e "mudança de hábitos", que estão aqui focadas no comportamento, mas há indícios de intenção da formação da atitude ecológica especialmente nos trechos "transformar olhares e percepções, construir novos referenciais" e "reflexão e ação para definir contornos de uma nova cultura institucional".

Quando o Presidente da Fundação reconhece que não é suficiente repassar informações, mas necessário sensibilizar os funcionários, faz uso desse termo que é impreciso e remete à emoção. Por fim, a construção de um futuro sustentável seria o desenvolvimento sustentável, que não é assim tão possível, como abordado pelos autores do referencial teórico.

No primeiro parágrafo dedicado ao Conceito, a página 7 é ilustrada com recortes de manchetes de jornais com as seguintes frases:

> "Degelo no Ártico já é o 2º maior, aponta satélite", "Aquecimento torna furacões mais fortes", "Em busca do Kyoto perdido", "Gelo marinho ártico é o 2º menor da história", "Novo mapa mostra aqüífero Guarani mais limitado" e "Tempo quente em BH".

Logo abaixo das ilustrações o texto começa com as indagações:

> Como deter o avanço do processo de degradação ambiental? Quais são as mudanças que o desenvolvimento sustentável exige? As respostas e soluções para essas questões passam, necessariamente, pela prática da educação ambiental.

Analisando o conteúdo das manchetes usadas no capítulo Conceito e as indagações feitas logo em seguida, o discurso revela a crença de que as atividades humanas têm acelerado o processo de degradação ambiental e de que é possível detê-lo com a mudança de comportamento.

Como educadora ambiental, acredito que as ações humanas têm impacto sobre a natureza e que o estilo de vida adotado atualmente pelos países desenvolvidos e pelos países em desenvolvimento acelerado tem tido um forte impacto ambiental. Não desconsidero a posição de cientistas que afirmam que a natureza cumpre um ciclo que inclui o aquecimento global ao longo dos anos, mas creio que como humanidade temos acelerado esse processo por meio da crescente produção industrial e sofrido as conseqüências negativas de nossas ações.

Porém o foco ainda no desenvolvimento sustentável me remete à ideia ingênua de que se os indivíduos se derem conta e mudarem seu comportamento, e aqui essa mudança será proposta pela Educação Ambiental, automaticamente prolongarão a sustentabilidade desse desenvolvimento.

Em seguida é citado o conceito de Educação Ambiental da Agenda 21:

> um processo que visa a “desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos (...)”.

Esse, como outros tantos conceitos oficiais, é vago, se utiliza de um discurso muito amplo e não clarifica o que quer dizer com os termos utilizados. Porém, reconheço sua intenção de unir o individual ao coletivo, o que é necessário para a efetiva transformação das políticas públicas. É apresentado o discurso do Programa:

> Para o alcance da sustentabilidade, a educação ambiental propõe novas formas de conduta, impulsionando os processos de mudanças culturais e sociais, tanto no que se refere ao papel do indivíduo - incluindo o de produtor e o de consumidor - quanto no que diz respeito ao cumprimento de obrigações e deveres coletivos, na qualidade de cidadão.
> Dentro dos princípios da sensibilização para a ação, a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM criou o AmbientAÇÃO - programa de comunicação e educação socioambiental, desenvolvido em prédios públicos de Minas Gerais tendo como alicerce de atuação a construção de novos referenciais de padrões de produção e de consumo, a partir da prática dos 5Rs: Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar.

Nesse trecho, o foco é a sustentabilidade que seria alcançada a partir das mudanças no comportamento, que, por sua vez, resultariam em mudanças culturais e sociais. Aqui, me intrigou a referência ao papel do indivíduo como produtor, sendo que não há esclarecimento algum sobre o que seria isso. Já o papel de consumidor remete à responsabilidade de fazer um consumo responsável, que para o Programa é o cumprimento de um dos deveres do cidadão.

Novamente é usado o termo sensibilização, levando a crer que o servidor é sensibilizado quando muda o seu comportamento. E aqui surge o alicerce do Programa: a construção de novos referenciais de padrões de produção, que não fica claro, e interpretei como geração de resíduos, e de consumo, que seriam conseguidos com a prática dos 5Rs.

Na parte dos Objetivos (p. 13), estes são apresentados da seguinte forma:

> O AmbientAÇÃO tem como objetivo promover a sensibilização para a mudança de comportamento e a internalização de atitudes ambientalmente corretas, proporcionando a melhoria contínua do bem estar dos funcionários públicos do Estado de Minas Gerais (p. 13).
> Desafios: estimular a reflexão, a participação e a mudança de atitude dos funcionários; motivar ações e procedimentos ambientalmente corretos; usar racionalmente os recursos disponíveis; orientar a segregação e a destinação final de resíduos, inclusive os perigosos; incentivar a melhoria da qualidade de vida.

Nesse trecho, o discurso é de uma Educação Ambiental comportamentalista, acrescida de uma possível formação da atitude ecológica com a referência à "internalização de atitude ambientalmente corretas", se ela for resultado da reflexão e da participação, desafios que o Programa reconhece. A melhoria da qualidade de vida seria resultado dessa mudança de comportamento.

No capítulo seguinte, Aspectos, impactos e benefícios ambientais (p. 15), há algumas conceituações:

> Aspectos e impactos ambientais possuem uma relação de causa e efeito. Aspecto ambiental é tudo aquilo que pode modificar o meio ambiente, ou seja, refere-se à causa. Impacto ambiental é efeito, qualquer modificação, benéfica ou adversa, ao meio ambiente. Somente a partir da percepção dos indivíduos para os aspectos ambientais das atividades realizadas, é possível reduzir e, até mesmo, evitar os impactos ambientais.
> Seguindo o conceito de prevenção, o programa AmbientAÇÃO é fundamentado nos principais aspectos ambientais encontrados nas instituições públicas que geram impactos negativos ao meio ambiente, como o consumo de água, de energia elétrica e de material de escritório, além da geração de resíduos e de ruídos, trazendo como benefícios: Redução do consumo de água, de energia elétrica, de copos descartáveis e de papel A4; do desperdício; da geração de resíduos; de custos; da poluição do solo, da água e do ar. Ampliação da reciclagem. Melhoria da qualidade de vida. Aumento da vida útil dos aterros sanitários. Geração de trabalho e renda. Melhoria da qualidade de vida.

Aqui, de forma bem prática, é mostrado que toda atividade humana tem impactos sobre o meio ambiente, e que é possível minimizá-los. Seria a busca por uma menor pegada ecológica[6] nas instituições públicas.

[6] A Pegada Ecológica de um país, de uma cidade ou de uma pessoa, corresponde ao tamanho das áreas produtivas de terra e de mar, necessárias para gerar produtos, bens e serviços que sustentam

No capítulo que apresenta as Linhas de ação (p. 19, 20), o texto é:

> O Programa AmbientAÇÃO desenvolve as linhas de ação Consumo Consciente e Gestão de Resíduos, de maneira a fomentar a prática dos 5Rs (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) e orientar na implantação da coleta seletiva, por meio de ações contínuas de sensibilização e mobilização dos funcionários da administração pública de Minas Gerais.
> Entenda os 5Rs: Repense: avaliar os valores e princípios que guiam suas ações é o primeiro passo para o consumo sustentável; Recuse: aprenda a usar os recursos naturais para satisfazer as suas reais necessidades, sem consumismo. No ato da compra, recuse, por exemplo, embalagens desnecessárias; Reduza: evite o desperdício e a geração de resíduos, com a revisão dos hábitos diários; Reutilize: reaproveite o material em outra função. É preciso reformar, restaurar, compartilhar, doar, trocar, estimular artesões e feiras de troca; Recicle: transforme materiais já usados por meio do processo artesanal ou industrial, em novos produtos.

Na primeira parte da apresentação das linhas de atuação, o foco é também a sensibilização e a mobilização para a mudança de comportamento na instituição de trabalho. Já na prática dos 5Rs para o consumo sustentável e sua descrição, essa mudança extrapola esse espaço e traz um novo indício da formação da atitude ecológica quando remete à avaliação dos valores e princípios que guiam suas ações para outras situações que podem ocorrer fora da Cidade Administrativa, como os exemplos práticos sugeridos em cada um dos R's.

É apresentada a definição de consumo consciente como:

> Evitar o desperdício é usar racionalmente os recursos naturais. Antes de realizar qualquer ação, é importante fazer a seguinte pergunta: "Eu realmente preciso usar isso? Ou comprar aquilo? Ou imprimir esse e-mail?"

O objetivo da linha de ação Consumo Consciente é expresso como

> conscientizar e a sensibilizar os funcionários para a redução do desperdício e para a importância do reaproveitamento dos materiais, levando-os a repensar sobre os hábitos de consumo.

Esse consumo consciente é o uso racional sem desperdício dos recursos. Aqui é usado o termo conscientizar, como algo que pode ser feito por meio da sensibilização. Entendo que a conscientização é resultante de um longo e contínuo processo de reflexão e problematização da realidade. Assim como define Loureiro (2012), a conscientização é um processo que depende da interação entre pessoas e da atuação na realidade, portanto não é possível "conscientizar alguém". Essa é uma afirmação e uma tentativa prepotente.

E em um quadro em destaque na página, está a informação:

---

seus estilos de vida. Em outras palavras, trata-se de traduzir, em hectares (há), a extensão de território que uma pessoa ou toda uma sociedade "utiliza", em média, para se sustentar. Definição de acordo com a ONG WWF-Brasil, extraída de <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/>, em 21 de maio de 2013.

> Você sabia? Segundo dados da ONG WWF, a demanda humana por recursos naturais chega a 50% a mais do que o planeta pode suportar. Seriam necessários quatro planetas Terra para permitir que todas as pessoas do mundo consumissem tanto quanto os norte-americanos.

Aqui, a informação sobre a pegada ecológica dos norte-americanos é a referência para mostrar a insustentabilidade da atual produção e padrão de consumo que tem pressionado a capacidade do planeta. Conhecida como a maior pegada ecológica, o consumo dos norte-americanos é, talvez inconscientemente, desejado por muitos brasileiros, e o crescente incentivo ao crescimento acelerado da economia para o desenvolvimento do país, defendido pelo governo e apoiado por muitos, é um reflexo desse desejo.

No tópico Consumo consciente na prática (p. 21, 22) são dadas diversas dicas que podem ser aplicadas ao contexto de um escritório, foco principal do Programa, e destacadas as ações prioritárias dessa linha: confecção e distribuição de blocos de rascunho com a reutilização do verso do papel A4 e substituição dos copos descartáveis por canecas. E em um quadro em destaque na página está a informação:

> Você sabia? Para fabricação de uma tonelada de papel reciclado, são necessários dois mil litros de água, ao passo que, no processo tradicional, esse volume pode chegar a 100 mil litros por tonelada de papel produzido. A reciclagem do papel também representa uma economia de energia elétrica de até 80%. Outro benefício é que, a cada 50kg de papel reciclado, uma árvore deixa de ser cortada.

Essa informação incentiva a reciclagem e a apresenta como uma solução possível e viável. Pelo exemplo citado mostra-se como talvez a melhor alternativa para o papel, que é o principal resíduo gerado pelas atividades na maioria das instituições públicas de Minas Gerais. No entanto, essa viabilidade é bastante questionável com relação a outros tipos de resíduos, como mostram os autores estudados no referencial teórico.

Na apresentação da linha de Gestão de Resíduos (p. 23), destaco:

> Todos nós geramos resíduos. Em média, cada pessoa gera 1kg de resíduo por dia. No Brasil, grande parte ainda é depositado em áreas irregulares a céu aberto, gerando poluição da água, do solo e do ar, além da proliferação de vetores de doenças, como ratos, moscas, baratas e escorpiões – impactos que poderiam ser reduzidos e evitados com a prática dos 5Rs.
> É nesse contexto que se destaca a coleta seletiva – processo de separação e recolhimento dos resíduos, conforme sua constituição em recicláveis e não-recicláveis. Além de preservar os recursos naturais e prolongar a vida útil dos aterros sanitários, dispor separadamente os resíduos é uma responsabilidade social, contribuindo para a geração de trabalho e renda e resgate da cidadania dos catadores de materiais recicláveis.

É apresentada a problemática dos resíduos sólidos, especialmente no que tange à sua disposição final. Em relação ao trecho sobre a coleta seletiva, cabe uma crítica direcionada a essa visão simplista do cumprimento da responsabilidade social do indivíduo, que seria dispor separadamente os resíduos, e outra à ideia de que fornecer um resíduo reciclável com uma separação chamada “de qualidade” significa o caminho para o resgate da dignidade dos catadores.

Infelizmente, o sistema no qual vivemos está interessado não apenas na exploração ilimitada dos bens materiais para alimentar a sua produtividade material, como também, e especialmente, na manutenção da desigualdade e da exclusão social e ambiental, pois se nutre dela. Assim, o discurso de resgate da cidadania é absolutamente esvaziado. Ao invés de um novo trabalho com condições verdadeiramente dignas, se propõe uma melhoria nas condições de um trabalho absolutamente indigno, pois alguém tem que fazer o serviço sujo.

O objetivo da linha Gestão de resíduos é apresentado como:

> fazer com que os servidores públicos assumam o papel de co-responsáveis pela gestão dos resíduos por meio da redução do consumo, do reaproveitamento dos materiais e da identificação e separação dos recicláveis no ambiente de trabalho.

Aqui, o servidor se torna co-responsável pela diminuição da geração de resíduos resultantes da sua atividade e pela gestão desses resíduos de acordo com a proposta do Programa de reutilização dos papéis para rascunho e a coleta seletiva.

A partir desse ponto, a cartilha apresenta os procedimentos para a realização da coleta seletiva, as ações complementares, que não foram foco de análise dessa pesquisa, e o processo de adesão e implantação do Programa. Nessas partes não identifiquei nenhum termo relacionado à Educação Ambiental para destacar e comentar.

2.4.2 Problematizando o discurso da Cartilha do AmbientAÇÃO

É notável a recorrência no discurso do Programa dos termos: “modificar hábitos e padrões de comportamento”, “o desenvolvimento sustentável é responsabilidade de todos”, “ações cotidianas podem fazer a diferença”, “funcionário público como protagonista em ações direcionadas à sustentabilidade”,

“internalização de atitudes ambientalmente corretas”, “nossa missão é buscar a sensibilização de mais funcionários públicos” e “multiplicadores do conceito do consumo consciente, somando esforços na construção de um futuro sustentável”.

Logo no início é revelada a crença de que o desenvolvimento sustentável é possível e alcançado por meio do consumo consciente. Como critica Loureiro (2012:72), essa é uma tentativa de conservar as práticas econômicas e associar desenvolvimento a crescimento e à expansão do mercado, o que se tornaria sustentável desde que esse desenvolvimento seja pautado pelos princípios solidários, o reconhecimento do outro que está por vir, como se isso garantisse a compatibilidade entre preservação da natureza e justiça social.

Sobre o termo cidadania estar relacionado ao cumprimento das obrigações e deveres coletivos dos servidores, isso seria no âmbito do local de trabalho. Também quando é relacionado ao resgate da cidadania dos catadores é usado de forma simplista e errônea. Não há na Cartilha citação ou relação do termo como deveria ser, remetendo à existência do indivíduo em sociedade, segundo normas estabelecidas no âmbito do Estado e em cada país, com direitos reconhecidos e garantidos pelo Estado, responsabilidades pessoais e perante o outro, e que atua politicamente na definição dos rumos que se quer para a vida social (LOUREIRO, 2012:110).

Somente na citação do conceito de Educação Ambiental da Agenda 21 poderíamos fazer uma leitura do termo cidadania relacionado à população consciente e que trabalha na esfera individual como na coletiva, mas essa interpretação fica a cargo do indivíduo, como a sua transposição.

Nos diversos trechos a respeito do processo educativo, onde os objetivos e missão são expressos em conjunto com os termos que estão voltados para a Educação Ambiental comportamentalista, acho necessário contrapor com a afirmação de Loureiro (2006), de que o processo educativo

> vai muito além da aquisição de informações, sensibilização, explicação causal de fenômenos e mudança de comportamento. É práxis, problematização e atuação transformadora da realidade, englobando todas as esferas relativas à atividade consciente, à linguagem e à formação da cultura (Loureiro, 2004b). Está além, portanto, da noção de que a informação e o uso de uma racionalidade pragmática conduz o outro a adotar o “comportamento ambientalmente correto”, normatizando a ação cotidiana, como se o “correto” fosse uma condição exclusivamente objetiva e de acesso à informação cientificamente produzida. (LOUREIRO, 2006:132)

E, de acordo com Guimarães (2008, s.p.), “conscientizar não é simplesmente transmitir valores ‘verdes’... é, na verdade, possibilitar ao educando questionar criticamente os valores estabelecidos pela sociedade... em busca de uma síntese pessoal que refletirá em novas atitudes”. Portanto, não há na cartilha nenhuma pista de que essa problematização é proposta e construída com os servidores, em um exercício de constante reflexão que favoreça à conscientização.

Sem esse processo que favorece a construção da conscientização, e se há apenas a formatação do comportamento, a possibilidade de formação da atitude ecológica fica debilitada. Não há a emergência de um sistema de crenças, valores e sensibilidades éticas e estéticas que possam ser adotados de forma a orientar os ideais de vida de um sujeito ecológico. Sem esse sistema internalizado como uma visão de mundo orientadora, o máximo que se pode esperar é o cumprimento de uma série de regras a respeito de procedimentos ambientalmente corretos e a conseqüente incongruência com relação ao comportamento adotado em outros espaços, externos ao local onde se dá a prática educativa.

Após a análise documental do material do AmbientAÇÃO, concluo que a ideia de Educação Ambiental expressa pelo Programa, com base na análise da Cartilha AmbientAÇÃO: Educação Ambiental em prédios públicos de MG, está relacionada ao provimento de informações para a sensibilização e a disciplinarização do comportamento, previstas na educação conteudista, mecânica e racionalista.

2.5 Trabalhando a subquestão de pesquisa relacionada à avaliação do Programa

Uma das subquestões de pesquisa que propus se relaciona a verificar como é feita a avaliação do Programa atualmente. Ressalto que não foi minha pretensão propor uma forma de avaliação do Programa AmbientAÇÃO, ou a adição de novos parâmetros ou indicadores a algum modelo ou proposta avaliativa. Meu foco foi a análise de como o Programa se avalia e que tipo de avaliação é feita.

2.5.1 Avaliação na literatura

Consta da literatura sobre Avaliação que essa é tratada como uma forma de diagnosticar o que está errado. Quando é adotada nas empresas, freqüentemente é

imposta como uma tarefa e não como uma ferramenta, e essa imposição acaba por gerar resistência por parte dos envolvidos. Perrenoud (1999:9) afirma que “Há sempre alguém para denunciar a severidade ou o laxismo, a arbitrariedade, a incoerência ou a falta de transparência dos procedimentos ou dos critérios de avaliação”. E acredito que essas opiniões não devem ser desconsideradas, mas levadas em conta para aprimorar o instrumento de avaliação. Os sujeitos envolvidos, sejam aqueles que assumem a postura colaborativa ou os que desacreditam a avaliação, podem contribuir e muito para a melhoria dos processos avaliativos, e devem ser ouvidos.

Também é comum as pessoas acreditarem que a avaliação demanda muito tempo e é também uma tarefa muito tediosa. Parte disso se dá porque muitas pessoas são envolvidas em processos detalhados, mas não recebem *feedback* de sua contribuição e não percebem os resultados da avaliação, que poucas vezes são incorporados no planejamento e na tomada de decisões da organização. Para Perrenoud (1999) a avaliação não é um fim em si mesmo, mas sim uma engrenagem no funcionamento didático, e essa deveria ser a concepção dos envolvidos na avaliação.

Porém, muitas pessoas temem que a avaliação seja usada como um instrumento de coerção, por isso se recusam a participar ou dissimulam a sua opinião para que sua postura seja considerada neutra ou favorável à determinada prática. Portanto, o processo deveria favorecer uma relação cooperativa entre todos os envolvidos para que a avaliação seja encarada como instrumento de bem comum, no sentido de procurar caminhos para solucionar problemas, aprendendo a resolvê-los com mais eficácia (MARINO, 2003).

Ao contrário dessa visão – da avaliação apenas como diagnóstico do problema –, a reconheço como espaço de melhoria e planejamento. Entendo que pode ser concebida como um momento reflexivo que permita aos envolvidos a análise da realidade e dos fatos, e a partir daí direcionarem suas ações. Concordo com Perrenoud (1999:15) que “O diagnóstico é inútil se não der lugar a uma ação apropriada”. Portanto é preciso, que a avaliação seja necessariamente acompanhada de uma intervenção diferenciada.

Em seu estudo Roldão (2010) trabalha com o conceito de avaliação formativa de Ruas (2005), que me é útil. A avaliação formativa:

> Tem por função propiciar informações úteis à equipe gestora da política, programa ou projeto para que possa aperfeiçoar o mesmo durante o ciclo da execução, ou aos planejadores, para que possam realizar a atualização contínua dos programas/projetos, de modo a maximizar seus objetivos... tem natureza de diagnóstico parcial e contextual e leva a decisões sobre o desenvolvimento do programa/projeto; inclusive modificações e revisões. (Ruas, 2005:7 *apud* ROLDÃO, 2010:106)

Freqüentemente, nas avaliações, são usados indicadores na tentativa de mensurar e quantificar determinado aspecto. De acordo com o estudo de Roldão (2010:107), um indicador também permite avaliar a qualidade de um determinado tema e varia conforme a dimensão a que se aplica em indicadores de processos, de resultado ou desempenho, de impacto entre outros e são formados no intuito de simplificar, quantificar, analisar e comunicar. Na perspectiva da avaliação formativa, os indicadores requerem uma análise detalhada do fenômeno enfocado (ROLDÃO, 2010:102).

Do processo avaliativo e reflexivo deve surgir um novo planejamento, o replanejamento das ações e a tomada de decisões, criando-se então um ambiente de aprendizagem contínua. A avaliação é um importante instrumento para auxiliar na melhoria do desempenho de um programa ou projeto, mas para tanto deve ser concebida como um processo contínuo e integrado às atividades do dia-a-dia.

Reigota (2009) reporta os objetivos da Educação Ambiental definidos na Carta de Belgrado, e o quinto objetivo citado é: Capacidade de avaliação – levar os indivíduos e os grupos a avaliar medidas e programas relacionados ao meio ambiente em função de fatores de ordem ecológica, política, econômica, social, estética e educativa.

Portanto, um programa ou projeto de Educação Ambiental que se preze deve ter incorporado em si, desde o seu planejamento, e por toda a sua prática, uma avaliação com vistas à melhoria dos seus processos, esse é um grande desafio, pois essa avaliação exige uma complexidade de saberes, numa perspectiva multidisciplinar para “superar as concepções reducionistas, fragmentárias e estáticas que comumente estruturam os instrumentos avaliativos e que ignoram a complexidade resultante da dinâmica socioambiental” (CARVALHO, 2011:6).

Perrenoud (1999) apresenta a metáfora de um artesão que, ao moldar um objeto, vai observando o resultado e ajustando seus gestos, ou corrigindo o alvo. Essa metáfora se mostra bastante ilustrativa para explicar que é preciso fazer mudanças em função dos resultados provisórios e dos obstáculos encontrados.

Como uma das subquestões de pesquisa que propus é relacionada à forma como o Programa AmbientAÇÃO propõe e executa a sua avaliação, a seguir apresento:

2.5.2 A avaliação realizada pelo Programa

Os gestores do AmbientAÇÃO, que têm como competência estabelecer metas, monitorar e avaliar as atividades relativas ao Programa, desde 2008 têm utilizado como ferramenta de monitoramento o Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA, que tem como objetivo reunir as informações referentes ao Programa nas instituições que desenvolvem o AmbientAÇÃO alimentado por meio do acesso pela *web*. De acordo com informações do *site* do Programa[7], o SIGA contribui para: a gestão eficiente, eficaz e efetiva na apuração e consolidação dos resultados; o controle dos indicadores de consumo e resíduos; a disseminação de informações ambientais; e, a emissão de relatórios e disponibilização para consulta pública.

De acordo com o relato do gestor da OSCIP responsável pelo desenvolvimento do AmbientAÇÃO no período de 2008 a 2012, na entrevista realizada, desde o final de 2010 foi incorporado ao SIGA uma metodologia de cálculo dos ganhos ambientais – por exemplo, a redução do consumo de água em uma instituição em relação ao mesmo período do ano anterior – e ganhos econômicos – que são resultados dos ganhos ambientais, pois quanto menor o consumo de água, por exemplo, maior a economia financeira para esse fim. O Sistema permite o cálculo geral e o cálculo por instituição com a seleção de um indicador específico em um período de análise para comparação do desempenho no consumo da instituição. E, de acordo com o gestor, esses valores podem ser expressos também de forma mais didática, por exemplo quantas residências poderiam ser abastecidas com a água poupada pela instituição, o que contribui para o trabalho das comissões setoriais e a divulgação interna dos resultados, e também possibilita a avaliação do Programa como um todo em relação a esse desempenho.

[7] http://www.ambientacao.mg.gov.br/home.siga.logic

Atualmente os indicadores usados para avaliação da gestão ambiental pelo AmbientAÇÃO são: a porcentagem de resíduos encaminhados para reciclagem em relação ao total potencialmente reciclável gerado; o consumo de papel A4 *per capita*; o consumo de copos descartáveis *per capita*; o consumo de água *per capita* e, o consumo de energia elétrica *per capita*. Entendo que esses indicadores estão ligados tanto à linha de Gestão de Resíduos quanto à linha de Consumo Consciente, pois os resultados estão absolutamente imbricados.

De acordo com a gestora da OSCIP, em entrevista realizada em outubro de 2011, com a mudança da sede do Governo para a Cidade Administrativa, e a nova infraestrutura local, o Programa passava por uma fase de estruturação, de adaptação e sistematização nessa nova realidade. Por isso ainda estavam sendo estudados novos valores de referências, especialmente para os indicadores de consumo de água e energia elétrica. Em relação ao consumo de água, ela afirmou que cada andar possuía um hidrômetro, mas era impossível fazer a leitura de todos eles, e o acompanhamento das medições. Afirmou que a leitura de hidrômetros estava sendo feita de uma forma única nos três prédios o Minas, o Gerais e o Centro de Convivência, e ainda não tinham conseguido sistematizar essas informações.

De acordo com a gestora entrevistada, na Cidade Administrativa a estrutura que atende aos funcionários é a de ilhas de impressão nos andares. Apenas os secretários de Estado possuem impressoras em suas salas. Assim, um servidor envia o comando de impressão do seu computador e quando vai até a impressora confirma se realmente quer aquela cópia, o que auxilia no controle do uso do papel, atendendo o indicador consumo de papel A4 *per capita*.

Naquela época, em outubro de 2011, a coordenação do Programa ainda não tinha essa informação em números. O serviço de gerenciamento das ilhas de impressão é prestado por uma empresa terceirizada que ainda não tinha os dados estruturados de forma que atendesse o AmbientAÇÃO. Naquele momento estava sendo discutido como isso seria feito. Atualmente não posso dizer se a informação está disponível e como está sendo usado o indicador, uma vez que o desenvolvimento do Programa está a cargo de uma nova OSCIP e essa transição está na fase de assinatura da parceria entre o Governo e a Organização.

O indicador relacionado aos resíduos está sendo, desde a época de mudança para a CA, acompanhado rigorosamente. Cada prédio conta com um abrigo de resíduos que, após a realização da faxina no período da noite, recebe tudo o que foi

recolhido nos andares, separado em contenedores de resíduos recicláveis e não-recicláveis. Depois de pesados e de feito o registro na planilha, os resíduos não-recicláveis são recolhidos diariamente pela Limpeza Urbana do Município, e os recicláveis recolhidos três vezes por semana por quatro associações de catadores.

No final do mês, com o registro feito na planilha, é dado o percentual de envio para a reciclagem. Naquela época, de acordo com o relato da gestora, a média de envio de resíduos para a reciclagem era de 49%, porcentagem que a coordenação do Programa considerava razoável, mas queria melhorar, pois a CA dispunha de uma estrutura muito bem montada, o que dava condição de avanços nesse sentido. Na época, o “gargalo” identificado como o mais desafiador eram os refeitórios, tanto nas copas localizadas em cada andar, quanto nos restaurantes dos prédios e do Centro de Convivência, onde era gerado a grande quantidade de resíduos que não eram destinados corretamente às lixeiras adequadas. De acordo com a gestora, as associações de catadores têm uma expectativa muito grande com relação ao material recolhido na CA, pelo grande volume e pela separação de qualidade.

Um outro indicador que a gestora citou é a capacitação do pessoal da conservação e limpeza da Cidade Administrativa para atender as demandas do Programa, um trabalho constante e contínuo. No primeiro semestre de 2011, após um trabalho de três meses, a coordenação tinha atingido quase o total de 637 funcionários da manutenção e limpeza capacitados. Devido à rotatividade no setor, esse trabalho é realizado ao final de cada trimestre com os novos funcionários, a fim de garantir que no final do ano todas as pessoas que lidam com a limpeza e a manutenção, estejam capacitadas.

Na época da substituição dos copos plásticos por canecas, uma capacitação foi feita com as copeiras de cada andar, pois trabalham nos espaços onde os copos são demandados. Resumidamente essa ação se deu da seguinte forma:

A coordenação do Programa reivindicou junto à empresa que gerencia as máquinas de café que ficam em cada um dos andares dos prédios da CA, a retirada dos copos plásticos e das pazinhas plásticas. Em uma breve estimativa, eram gastos cerca de 12 mil copos descartáveis por dia, apenas nas máquinas de café. Os gestores da OSCIP afirmam que, de acordo com estudos, na fabricação de um copo descartável é gasto em média 200ml de água por copo. Foi feita a substituição como projeto-piloto em dois andares da Cidade Administrativa que tinham a demanda de 4323 copos por semana.

Para a fabricação dessa quantidade de copos poupados em uma semana, seriam gastos 865 litros de água. Na medição durante uma semana, o incremento de água com a lavagem das canecas foi de 295 litros de água e, portanto, na conclusão do estudo comparativo constataram que o incremento do consumo de água para lavagem das canecas reutilizáveis era inferior à quantidade de água envolvida no processo de fabricação de copos descartáveis.

Esses dados e a preocupação do Programa em fazer estudos antes de implementar as mudanças, para verificar a sua validade e justificá-las, revelam a seriedade com que a coordenação lida com as questões ambientais no espaço da Cidade Administrativa.

Após a empresa responsável pelas máquinas de café atender à exigência feita, o AmbientAÇÃO realizou campanhas de conscientização com os servidores e em parceria com o Banco do Brasil, que forneceu cerca de 20 mil canecas para o Programa, cada servidor recebeu uma caneca para o uso pessoal. Uma ação demandou outra, e foi elaborada uma campanha de conscientização do uso da água nas copas. E com as copeiras, foi feita uma capacitação para orientá-las em como poderiam ajudar o Programa nesse trabalho de sensibilização, tanto para o uso da água quanto para o uso das canecas reutilizáveis.

Outra ação que a gestora menciona como sendo um indicador, que percebi mais como uma meta do Programa, é: desenvolver ações temáticas. A cada dois meses alguma ação é realizada na CA. Como exemplos ela citou a “mega campanha” da entrega das canecas e a campanha de recolhimento de livros infantis para o Dia das Crianças. Constantemente a coordenação busca desenvolver novas propostas para dinamizar o Programa e a comunicação com os servidores.

Outra forma que a comissão gestora usa para coordenar, avaliar e acompanhar o desenvolvimento do AmbientAÇÃO é reunindo-se periodicamente com as comissões setoriais, responsáveis pela propagação do AmbientAÇÃO na sua instituição de origem. Com o objetivo de aprimorar a atuação do Programa e estabelecer o planejamento conjunto de ações, são feitas reuniões bimestrais com cada uma das comissões setoriais presentes na CAMG, para orientá-los e discutir casos específicos da instituição, rever não conformidades, discutir o desenvolvimento de estratégias internas de mobilização dos servidores, realizar vistorias e oportunizar o aperfeiçoamento da metodologia.

Essa reunião é feita na instituição e a comissão setorial recebe a visita da comissão coordenadora, também em um momento de acompanhamento e avaliação *in loco* do Programa. A gestora da OSCIP afirmou que há comissões setoriais com o mínimo de integrantes, que são três pessoas, e outras comissões com dez integrantes. Se uma instituição não recebe a comissão coordenadora e não participa da reunião, é penalizada no seu acordo de resultados.

Para verificar a respeito da comunicação entre a coordenação e as comissões setoriais, entrevistando integrantes de duas comissões setoriais indaguei: "A comissão gestora do AmbientAÇÃO ouve a opinião dos servidores? Como? Se ouve, a opinião dos servidores faz diferença?"

> **Integrante 1**: "Nossa... com certeza! Imediatamente... através, o principal canal é o e-mail. Você manda um e-mail, e várias vezes a gestora da OSCIP envia um e-mail imediatamente, absorvem bem as críticas, tem trabalhado..."
> **Integrante 2**: "Nossa!!!! Totalmente, super receptivos... com certeza a gestora da OSCIP escuta tudo."
> **Integrante 3**: "Tudo, tudo!!! Tudo quanto é ideia que a gente tem (...) uma menina da nossa comissão teve uma ideia. E aí eu falei "ela teve uma ideia e tal... de repente, quando você tiver oportunidade..." passou 15 minutos tava já estava aqui, chamou todas nós. Foi show. (...) Quer dizer, sempre ali... então todas as opiniões, tudo, tudo, tudo... a maioria delas. Só quando tem algo mesmo, que chega num ponto que, "'Ah não, mas tem esse detalhe', aí até a gente percebe que não é viável, mas se é viável... né?"

Trimestralmente são realizados encontros com a intenção de integrar os representantes de todas as comissões setoriais, promovendo o intercâmbio técnico de experiências e o planejamento de ações comuns. De acordo com a gestora da OSCIP é um momento de integração e de construção de propostas. O gestor da OSCIP relatou que nessas reuniões são formadas subcomissões de acordo com o perfil dos integrantes e interesse pessoal, para pensar ações específicas e depois abrir a discussão com o grupo maior. Cita como exemplo a pauta que identificaram que é de como trabalhar na minimização do barulho nas copas, pois os servidores que sentam próximos a elas estão se sentindo incomodados.

Outra discussão que foi feita em um momento como esse, foi a campanha de comunicação para entrega das canecas que substituíram os copos plástico, de como seria feita. As subcomissões são formadas para pensar como atender a demandas pontuais que o grupo identificou e propor formas de atuação em resposta a essa necessidade, e também sugerir um calendário de atuação com atividades lúdicas e oficinas para os servidores.

A OSCIP também aplica, semestralmente, um questionário para mensurar o Índice de Satisfação das Comissões Setoriais em relação à OSCIP. Tanto a participação na reunião trimestral quanto a avaliação da OSCIP pelo questionário, caso não sejam feitas, são passíveis de penalidade no acordo de resultados da instituição.

No questionário Índice de Satisfação das Comissões Setoriais em relação à OSCIP (disponível no ANEXO), aplicado semestralmente pela OSCIP, as perguntas estão assim organizadas: a A e a B avaliam o preparo e a proatividade dos gestores da OSCIP em atender às demandas e dúvidas das comissões setoriais. A pergunta C está relacionada à coleta seletiva, avaliando tanto a localização das lixeiras, se é claro que tipo de resíduo deve ser depositado em cada uma delas e se a comissão setorial se sente apta a repassar essas informações na sua instituição. A pergunta D avalia as visitas dos gestores do AmbientAÇÃO às instituições, se servem à melhoria no desenvolvimento do Programa na Instituição. A pergunta E avalia as atividades lúdicas. A F questiona se o AmbientAÇÃO é um Programa que proporciona mudança de comportamento e o desenvolvimento sustentável nos prédios públicos. E a última questão, a G, avalia a adequação dos meios e materiais de comunicação utilizados em relação ao público-alvo.

Todas as perguntas deveriam ser respondidas de acordo com a escala de 1 a 5, sendo que 1 equivale a não concordo totalmente, e a 5 a concordo totalmente. No final do questionário há um campo para observações de escrita livre que abre para as comissões setoriais a possibilidade de tecer algum comentário que julgarem necessário.

Tive acesso, por meio da gestora da OSCIP, ao relatório dos questionários aplicados no primeiro semestre de 2011 (disponível nos ANEXOS), quando todas as instituições que tinham o Termo de Adesão assinado preencheram o questionário e atribuíram a nota de 86,24% de aceitação do trabalho da OSCIP.

Algumas observações que o relatório trazia com a coletânea de observações feitas pelas comissões setoriais chamaram a minha atenção: uma crítica relevante de uma comissão a esse processo de avaliação ser conduzido pela própria OSCIP e não pelo Estado; o comentário de que algumas atividades lúdicas “chegam a ser patéticas” para o tipo de público-alvo e geram muito ruído nos restaurantes, já outras comissões elogiam as atividades lúdicas e solicitam que sejam realizadas com mais freqüência; uma comissão setorial destacou que muitas vezes os servidores

confundiam as atividades de responsabilidade da própria comissão setorial com as da comissão gestora do Programa; várias comissões apontaram que, naquela época, faltavam lixeiras em lugares estratégicos, como o percurso dos prédios até os pontos de ônibus e estacionamento, que era preciso disponibilizar coletores de tocos de cigarro; uma comissão denuncia a resistência por parte de alguns servidores da sua instituição a engajar-se nas propostas do Programa; e algumas comissões apontam que é preciso tornar o material de divulgação e comunicação mais atraente para o público-alvo.

Pensando sobre a diversidade de opiniões expressa nos comentários do questionário de avaliação da OSCIP, percebo que ela reforça a pluralidade de perfis a que o AmbientAÇÃO precisa atender, e se esse relatório é um breve retrato do juízo das comissões setoriais a respeito do Programa, o que não seria revelado se fossem questionados todos os servidores do Governo!

Refletindo sobre todos os processos avaliativos que a coordenação do Programa propõe, com o uso dos indicadores, o SIGA, as visitas da coordenação às instituições, as reuniões bimestrais individuais com cada uma das comissões setoriais, as reuniões trimestrais com todas as comissões setoriais e o questionário de avaliação do trabalho da OSCIP, percebo que o Programa concebe a avaliação como um processo para a melhoria contínua de seus métodos, tanto que ela está prevista desde a criação do AmbientAÇÃO e tem sido melhorada com o desenvolvimento do Programa. Posso concluir que a coordenação trabalha a avaliação formativa, mesmo que desconheçam esse termo, mas entendendo o seu significado.

Para os integrantes das comissões setoriais com quem tive contato, a avaliação não é encarada como algo imposto, uma vez que o ambiente construído para que ela se dê é colaborativo e baseado no diálogo e no *feedback*. O entusiasmo com que responderam à minha pergunta, como destaquei, indica que a relação entre a coordenação do Programa e os demais envolvidos é de cooperação para que a aprendizagem seja contínua. Percebo que há no Programa um esforço no sentido de considerar a complexidade das dinâmicas socioambientais.

Nesse capítulo, apresentei o referencial teórico para a definição dos termos e conceitos, para que fossem estabelecidas as conexões entre eles. A partir dessa fundamentação, trabalhei as duas primeiras subquestões de pesquisa, “Qual é o

discurso oficial de Educação Ambiental do Programa?” e “Qual é a proposta de avaliação utilizada pelo Programa?”.

No próximo capítulo descrevo as interações com os sujeitos envolvidos e trabalho a terceira e última subquestão de pesquisa “A formação da atitude ecológica pode ser observada no relato dos servidores?”.

CAPÍTULO 3

INTERAÇÕES

Neste capítulo apresento o elemento Resolução da Mandala Reflexiva, com o relato das interações feitas com os sujeitos de pesquisa envolvidos.

3.1 As interações estabelecidas

Para fazer uma aproximação com os envolvidos no AmbientAÇÃO, propus a realização de entrevistas com base em roteiros semi-estruturados com alguns sujeitos (disponíveis nos APÊNDICES B, C e D).

Um dos contatos para entrevista se deu em outubro de 2011, quando fui à Cidade Administrativa e entrevistei uma das gestoras do Programa, que trabalha na OSCIP Ambiente Brasil Centro de Estudos, com base em um roteiro semiestruturado de perguntas. O intuito foi o de identificar a forma como a coordenação concebe a Educação Ambiental que dá base ao Programa e em qual fase de desenvolvimento ele se encontrava. Muitas perguntas propostas no roteiro podem soar como distantes desses objetivos, porém foram feitas com o propósito de conhecer mais o AmbientAÇÃO e sua história, desde o seu surgimento até a fase de ampliação no novo contexto da CA.

Essa gestora trabalha no Programa desde o ano de 2006, é formada em Administração de Empresas, especialista em Gestão de Pessoas, e pós-graduada em Gestão Ambiental.

Tive também, nesse mesmo dia, a oportunidade de entrevistar o gestor da OSCIP Ambiente Brasil, com quem estive em contato desde antes do início da pesquisa, mas naqueles dias ele estava muito atarefado e não pudemos fazer a entrevista completa, de acordo com o roteiro de perguntas que elaborei. Mesmo assim ele complementou as informações que julguei que eram mais relacionadas a ele e nesse contato pude obter um relato mais aprofundado do histórico do AmbientAÇÃO, no qual ele trabalha desde a concepção, em 2003.

Após essas duas entrevistas acatei a sugestão da própria coordenação do Programa de entrevistar dois integrantes de comissões setoriais de diferentes

instituições. Essa foi uma interessante estratégia porque, assim, tive contato com sujeitos envolvidos no AmbientAÇÃO que ocupam posições de diferentes níveis hierárquicos, o que considero que acrescenta riqueza aos dados. Para essas entrevistas elaborei outro roteiro de perguntas sobre a forma como eles percebem o Programa.

A primeira entrevista foi com um integrante que é coordenador do setor de Geografia no Instituto de Geociências Aplicadas. Formado em Geografia, trabalha na instituição há 22 anos. A segunda entrevista foi com uma integrante que é assessora da diretoria de planejamento e gestão de finanças do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais. Formada também em Geografia, trabalha na instituição há mais de 15 anos. Essa integrante, em dado momento, chama uma outra integrante da comissão setorial da sua instituição para se juntar a ela nessa entrevista, para reforçar que o trabalho é feito em conjunto e também a opinião que ela estava expressando. E em todas as respostas as duas concordavam uma com o que a outra dizia, demonstrando coerência nas afirmações e parceria.

E como etapa final das interações, realizada no início de 2013, entrevistei oito servidores do Governo que são alocados em instituições onde o AmbientAÇÃO foi implementado. Essa interação fiz para alcançar os objetivos propostos principalmente na terceira subquestão dessa pesquisa. Como critério de escolha, para possibilitar uma maior riqueza de opiniões, solicitei que a coordenação me colocasse em contato com pelo menos um servidor de uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi implementado ainda na fase piloto, um servidor de uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi implementado antes de a instituição ser transferida para a CAMG, um servidor de uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi implementado na CAMG há mais tempo, e um servidor de uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi recém implementado na CAMG. Os outros quatro servidores entrevistados são conhecidos meus e os convidei para colaborarem com a minha pesquisa. Coincidentemente, dois deles trabalham na mesma instituição.

A intenção foi investigar, a partir das questões levantadas e trabalhando o sentido de formação da atitude ecológica (CARVALHO, 2004), como esses sujeitos percebem o AmbientAÇÃO, o que afirmam ter aprendido com ele, e se afirmam adotar práticas em outros tempos e espaços que não os da Cidade Administrativa. Para tanto, elaborei um roteiro de perguntas semi-estruturadas (APÊNDICE D) a fim

de traçar uma linha de condução e foi feita a transcrição do áudio gravado e a análise dos dados obtidos.

Volto a enfatizar que essa amostra de oito indivíduos em um universo de quase 17 mil servidores não é, de maneira alguma, representativa. Ciente disso, fiz essa aproximação com o objetivo de completar essa investigação e entendo que possa também indicar possíveis caminhos para a continuação dos estudos.

3.2 A Educação Ambiental no discurso da gestora da OSCIP

Na entrevista realizada na Cidade Administrativa com a gestora da OSCIP, questionei qual seria o papel da Educação Ambiental no Programa, pois entendo que a visão do gestor determina a direção do processo.

A gestora afirmou que tudo tem que começar pela Educação Ambiental, pois se não for assim, “você não consegue instituir nada ou você não consegue trabalhar absolutamente nada”. E cita como exemplo a ação de substituição dos copos descartáveis pelas canecas retornáveis:

> **Gestora**: “Se você distribui pras pessoas e fala que a proposta é da não utilização do copo descartável isso é muito vago, cê não convence ninguém, cê não sensibiliza ninguém porque pras pessoas realmente praticarem ações, elas têm que incorporar alguma coisa. Então você sensibiliza as pessoas ou com informação, ou com algum tipo de proposta social, cê consegue levar isso pra vida, pro dia a dia deles (...) então eu acho que a Educação Ambiental ela é fundamental, antes de você iniciar qualquer campanha cê tem que, eu acho que você tem que informar, cê tem que sensibilizar, eu acho que, aliás, a sensibilização e informação andam muito juntas, né? Então eu acho que a Educação Ambiental ela é fundamental.”

Refletindo sobre esse trecho, percebo no discurso da gestora, assim como estava presente na cartilha do Programa, a ideia de que a Educação Ambiental está associada a prover informações que resultam na sensibilização dos indivíduos. Essa incorporação, de acordo com a gestora, ou convencimento, é essencial para que as pessoas pratiquem ações, no caso do Programa, para que os comportamentos relacionados ao consumo consciente e a gestão de resíduos que consideram corretos, sejam abraçados. Com a inserção de uma “proposta social”, o uso do termo sensibilização ganha o sentido de tornar sensível pela emoção (LOUREIRO, 2012).

Sobre qual seria o papel da gestão ambiental, a gestora respondeu:

> **Gestora**: Eu acho que ela é importantíssima, né? Por exemplo, aqui nesse espaço da Cidade Administrativa, por exemplo, se você não consegue

> estabelecer é... uma gestão efetiva você não consegue também fazer suas campanhas “colarem”, como se diz (...) porque qualquer campanha que a gente desenvolva a gente tem que buscar aí formas de divulgar isso pra todo mundo, de tornar isso viável pra todo mundo, e buscar propostas para poder atender todo mundo aqui na Cidade Administrativa. (...) E aí eu te dou outro exemplo, tá? Aqui na Cidade Administrativa nós fazemos reaproveitamento de papel, nós fazemos blocos de rascunho (...) aqui nós tivemos um dificultador muito grande pro recolhimento desse papel. Quando cê tá numa instituição menor é... você viabilizar o recolhimento do papel (...) a logística disso é muito mais simples, né? e aqui como nós temos na Cidade Administrativa hoje 46 instituições, você viabilizar isso em todos os espaços é muito difícil. Então nós tivemos que é... montar aí toda uma logística que perpassa por uma das funções da gestão pra gente conseguir viabilizar esse projeto. Então, eu acho que a gestão é fundamental em todos os sentidos.

Nessa resposta é mostrada a complexidade que envolve o campo da gestão ambiental e os desafios que devem ser encarados pela coordenação, a fim de serem superados para que esse processo seja efetivo em um ambiente que reúne um número tão grande de servidores, que fazem parte do público-alvo do AmbientAÇÃO.

E, sobre a importância da Educação Ambiental e da gestão ambiental andarem juntas no Programa, a gestora da OSCIP afirmou:

> **Gestora**: O tempo todo, né? o tempo todo! É, a gestão de resíduos, ela, tem muita gente que, quando a gente fala em gestão de resíduos, entende a gestão de resíduos só como a coleta seletiva e, na verdade, é muito mais do que isso. A gente trabalha com Educação Ambiental, na verdade a gente... a gestão de resíduos, na verdade, a gente trabalha com ela num segundo momento. O que vem na frente da gestão de resíduos é o consumo consciente, né? então quando a gente fala em resíduos, primeiro a gente fala em não gerar o resíduo. E a gente... nós atuamos muito ali nessa... nesse primeiro momento, nessa primeira linha de ação do Programa, né? (...) eu acho que antes da gestão de resíduos a gente tem que trabalhar a não geração de resíduos, depois que a gente busca possibilidades pra eles.

Não apenas por esse relato, mas com a observação do Programa na prática, e a partir do relato de outros envolvidos, percebo que o Programa realmente une a Educação Ambiental à gestão ambiental, o que considero essencial para a efetividade de um processo sistêmico. Refletindo sobre o que a gestora expressou, vejo que tem muito a ver com o que eu, como educadora ambiental, acredito: que a coleta seletiva e a destinação adequada dos resíduos é apenas um paliativo.

O processo de gestão ambiental é insuficiente se não for articulado, e bem articulado, com a Educação Ambiental. Entendo que o consumo deve ser problematizado com afinco, pois vivemos em uma cultura imediatista e consumista que resulta na excessiva geração de resíduos e aqui é que está a raiz do problema. Portanto, o ir para além da coleta seletiva e da reciclagem é, na verdade, começar

bem antes, reconhecendo que a produção e o consumo formam um ciclo indissociável (LIMA, 2004).

Feitas essas considerações sobre a entrevista com a gestora da OSCIP, sigo com a análise das outras entrevistas.

3.3 O Programa de acordo com a visão dos integrantes das comissões setoriais

Para investigar como os integrantes das comissões setoriais percebem o AmbientAÇÃO, o que pensam sobre o Programa, na entrevista fiz algumas perguntas relacionadas a esse objetivo, dentre outras, das quais destaco:

"Em que momento você teve os primeiros contatos com o AmbientAÇÃO?"

Integrante	Resposta
1	Foi em 2010, uma necessidade de criar um programa de educação ambiental nos prédios do Governo. Eu achei a política muito acertada, não obstante, ser difícil você mudar comportamentos, atitudes, valores de pessoas mais velhas. Mas algumas destas pessoas estão abertas a isso. Eu acho que isso tem resultados positivos, inclusive aquelas que vem aprendendo com muita dedicação, estão passando isso para as outras pessoas. Mas com muita dificuldade... é muito difícil! Mas os mais jovens têm acolhido com maior facilidade, sem problema.
2	Por ser a minha formação em Geografia o interesse sempre foi muito grande e por jornal a gente sabia que já estava acontecendo algumas ações do Programa AmbientAÇÃO, que seriam implantadas. Eu liguei para o gestor da OSCIP querendo saber de que forma eu poderia estar implantando o Programa AmbientAÇÃO dentro da minha instituição. Então eu fui até o AmbientAÇÃO pra estar implantando no DEOP. Foi em 2008.

Interessante que ambos são formados em Geografia, sendo que a integrante 2 cita esse dado como um desencadeador pelo interesse no Programa, e inclusive que foi a servidora-chave para a ida do Programa para a sua instituição. O outro integrante indica que seu contato com o Programa foi pela demanda da formação de uma comissão setorial na instituição onde trabalha, e já adianta que alguns servidores acolhem as propostas do Programa com mais interesse do que outros. Na fala dele, os mais jovens são mais receptivos do que os mais velhos.

Quando indaguei: "No seu ponto de vista, qual é o principal objetivo do AmbientAÇÃO?" os integrantes responderam:

Integrante	Resposta
1	É... isso que eu acabei de falar. É... o núcleo é Educação Ambiental. O foco é Educação Ambiental. E aí dentro dessa Educação Ambiental, na vertente de trazer aqueles três R's, né? Sobretudo a questão da gente evitar o desperdício, saber utilizar os materiais com parcimônia, enfim, a gente ser mais econômico. E não é só isso, para

	o Governo, olhando o Governo, isso no contexto global, isso que as pessoas muitas vezes não entendem, que a gente tem a mudança a partir do indivíduo, de cada um, mas a soma dessas parcelas, isso tem uma abrangência global, né? isso é importante. Eu acho que isso vai ao encontro das exigências. Por quê que o Governo também, pede só que a iniciativa privada faça parte dela, se o Governo não faz? Aí o Ministério Público lá, criou a... eu esqueci a as... Agência.... eu esqueci... A3P... eu esqueci... e o Ministério Público no âmbito federal pediu que o Governo também tivesse um projeto. E o Governo Estadual implantou isso também, o Programa AmbientAÇÃO. Eu acho que tem que continuar, né? Tem gente que não aceita, eu acho que o Programa ele tem que ter maior adesão, compreensão por parte da, do servidor público, porque eu acho que se tem uma coisa hoje que funciona bem no Estado, é o Programa AmbientAÇÃO.
2	Eu acho que o Programa AmbientAÇÃO, hoje em dia, não é só a preocupação dos R's, é a preocupação com o Planeta. A gente não queria, a equipe, a comissão que se formou, quando a gente queria implantar dentro do DEOP, a gente tinha a preocupação de implantar o Programa, a gente já sabia o que era o Programa, o gestor da OSCIP veio conversar com a gente e tudo já tava implantado, era tá realmente atravessando, o Programa AmbientAÇÃO, fora a parede do DEOP, tá? com a preocupação do planeta. Não é uma coisa individualista para o DEOP, é pra fora. De que forma a gente como cidadão poderia tá plantando a semente na cabeça de cada um aqui e tá levando pra fora. Porque a gente via o desperdício. A gente queria mudar a mentalidade. Com esse Governo [na época Aécio Neves] a gente via que tava tendo muitas mudanças. Veio com a mudança deste novo governo, a gente via que tava acontecendo muita coisa boa. Então a gente via que era uma oportunidade de mudar o desperdício que a gente via acontecer. Sabe, então a gente está colhendo esse fruto.

Nesses trechos da entrevista se destacam que o integrante 1 cita a questão de o Governo se colocar como exemplo a ser seguido, fator que também está na fala do gestor da OSCIP, sobre o que motivou a criação do Programa. Ele faz referência aos R's como se fossem 3, mas o AmbientAÇÃO trabalha com os 5, e enfatiza o não desperdício, o consumo consciente expressando a visão de que a soma desses comportamentos corretos tem uma larga abrangência, não só no Governo, mas no planeta, e que isso não é compreendido por todos. Aqui se apresenta a ideia da soma das partes como suficiente para a transformação do todo, que Guimarães (2006b) critica.

A preocupação com o planeta também está na fala da integrante 2, que afirma que essa era a intenção da comissão setorial na implantação do Programa, que ele extrapolasse as paredes da instituição, que cada um levasse pra fora. Se destaca a frase "De que forma a gente como cidadão poderia tá plantando a semente na cabeça de cada um aqui e tá levando pra fora", que expressa a ideia de que a conscientização é algo que um pode implantar no outro e mostra a percepção da necessidade da Educação Ambiental ir para além das paredes de onde se dá.

Com relação à pergunta "De todas as ações do Programa com as quais você teve contato, qual delas chamou mais a sua atenção?", as respostas foram:

Integrante	Resposta
1	Ah, minha experiência própria de ter trabalhado com a coleta seletiva do lixo lá no prédio anterior. Eu acho que a forma como a coordenadora do Programa nos recebeu, nos orientou. O trabalho que foi feito com o pessoal da limpeza. Eu acho que aquela experiência mesmo da gente pegar no lixo, não com essas mãos, mas com as luvas, usando a máscara, tudo adequadamente, a documentação, o processo, aí, trouxe uma consciência pra gente. Eu acho, que quem ficou envolvido lá atrás, né? Eu, os meus bolsistas, nós percebemos a importância da gente saber dar uma destinação correta para o lixo, pelo menos na coleta seletiva. Temos algumas dificuldades, que a cesta está aqui em baixo, né? Temos algumas dificuldades, aí vai aprendendo com o tempo para facilitar o trabalho do pessoal que trabalha com a coleta, né?
2	Ai... de todas as ações do Programa... ai... eu gosto de todas, todas as ações sabe, eu acho que, e é uma coisa que é interessante dentro das ações, dentro da proposta do Programa AmbientAÇÃO o que chama a atenção, o que me chama a atenção dentro da nossa comissão, o tempo todo a gente tá buscando acrescentar, mesmo nessa parte didática, a gente tá sempre participando de palestra, workshop, seminários pra acrescentar pra gente, pra trazer mais informações. Porque acho que a gente, todo dia, a gente tá colhendo coisas, sempre tem alguma coisa pra gente aprender todo dia. E não só pra cá mas lá pra fora também. A coisa vai virando é... a gente vai virando um agente multiplicador. Igual, eu tenho um filho e esse ano o tema na festa da família da escola do meu filho foi meio ambiente, aí quando eu cheguei eles falaram: cê foi uma das responsáveis porque toda ideia que eu tenho aqui eu passo pra frente (...) eu acredito, com Programa AmbientAÇÃO, eu acho que a gente, como cidadão, a gente ativa o olhar mas eu acho que o Programa AmbientAÇÃO foi responsável por plantar aqui dentro do DEOP essa mudança de comportamento, mas a mudança de comportamento para o planeta. Tá não é só para a economia de papel, para a mudança de comportamento para um mundo melhor.

Para o integrante 1 o estudo e a caracterização do lixo na implantação da coleta seletiva é o que veio à memória como mais marcante. Inclusive ele afirma como essa experiência “trouxe uma consciência” para ele e os demais. A participação no processo de problematização da questão dos resíduos sólidos proporcionou a emergência de uma nova visão que o acompanha. Já a integrante da outra comissão, que é mãe, relata que todas as ações e propostas são interessantes, cita a formação que o Programa incentiva e demonstra o interesse pessoal de aprofundar o que aprende com o Programa e inclusive de atuar como multiplicadora dele, dentro da instituição e fora da Cidade Administrativa, na escola do filho. Nesse relato, há indícios da formação da atitude ecológica.

Questionei: “O Programa interfere na sua rotina de trabalho? De que forma?”

Integrante	Resposta
1	Bom, eu acho que a gente não percebe, mas, nós temos tantos vícios, tantos detalhes, não que a gente tenhamos (sic) que ser robô, robôs, nós temos que trabalhar... por exemplo, eu tô conversando com você aqui e já desliguei o monitor, antes eu não fazia isso. Se eu pudesse desligar esse visor aqui do telefone, também, eu desligaria. Porque se você somar todas as parcelas aí de gasto de energia, se a gente tivesse um dispositivo para desligar ali seria interessante. Mas são coisas mínimas, papel, né? Eu acho que o que mais afetou mesmo foi isso aqui, deixava muito ligado, por isso acho que foi o principal.

2	Total! Totalmente. Em tudo! Chega o papel, você guarda o papel. Chega o envelope... tudo aqui é reaproveitado. (...) Totalmente, aqui o jornal que chega, se você olhar ali naquele canto, depois eu vou te mostrar o quê que a gente executa aqui. Revista que um vê, traz pra gente, é caixa que vê na rua, traz pra gente, o que encontra por ali vem pra nós. Elas recebem correspondência, você vai precisar? vem pra cá, tudo! Totalmente! De nenhuma forma negativa. De jeito nenhum, a única forma negativa que eu acho é que falta um espaço pra gente executar o nosso trabalho. Aqui eu tenho total apoio dos diretores. (...) eu acho que também o Programa só acontece porque a gente tem a permissão deles. No primeiro fórum que nós participamos, nas ações que nós apresentamos todo mundo ficou bobo de ver o tanto que a gente fazia. A gente só fazia porque essas oficinas que a gente faz, você vai ver os trabalhos, a gente faz na hora do almoço. Elas acontecem dentro do horário de almoço.
3 (que a partir desse momento passa a participar da entrevista)	É! nós estamos desde 2008, né? e o resíduo, né? a gente não vê lixo, vê resíduo, né? é uma coisa que entrou automaticamente, a pessoa já muda, já virou consciência mesmo, entendeu? Tem um momento que a pessoa perde, mas na maioria das vezes não produz resíduo, você viu no dia a dia. Totalmente. O envelope que chega, alguém que viaja... Aqui, eu me lembrei de você... então todo mundo aqui virou um multiplicador. Aqui nessa comissão nós abraçamos a causa com todo amor e carinho, né? E acho que é totalmente necessário.

A princípio o integrante 1 afirma que quase não se percebe essa interferência na rotina de trabalho, mas depois cita exemplos de ações pequenas que são demandadas constantemente pelo AmbientAÇÃO. A integrante 2 mostra como o seu papel na comissão setorial interfere no seu dia a dia, pois é constantemente procurada pelos outros servidores e está sempre pensando em atividades e oficinas que podem ser desenvolvidas. Mas não considera essas interrupções como negativas, pelo contrário, vê essas demandas como participação dos colegas de forma ativa. A integrante 3 indica a automatização desses comportamentos tidos como ambientalmente corretos, uma vez que já trabalham com o Programa há quase cinco anos. Porém acredita que sejam reflexo de uma nova consciência.

Perguntei: “Você saberia dizer o que os seus colegas de trabalho acham do Programa?”

Integrante	Resposta
1	Já escutei coisas muito tristes... “Perda de tempo”, “Isso é bobagem”, “Estamos na Cidade Administrativa, não precisa mais disso” coisa que a Cidade Administrativa é a redenção, pelo contrário, ela tá indicando novas possibilidades que, sobretudo porque estamos mais aglutinados, estamos mais próximos, então precisamos reeducar a nossa fala, precisamos obedecer as regras de circulação aqui, que nós não obedecemos, obedecer as preferências, pessoas portadoras de necessidades especiais, por exemplo, sermos mais corteses com essas pessoas, com todos os nossos colegas. Eu vejo algumas imbecilidades aqui dentro, algumas arrogâncias, algumas agressões comportamentais, vamos dizer assim.
2	Excelente. Excelente, eu acredito que sim. Aqui não, eu acho que eu tenho certeza. É o que eu estou tentando te mostrar, é o que eu te falei, Dayse. E que o papel aceita tudo e aqui eu vou te falar tudo e vou te mostrar fotos. O que, como acontece as oficinas, a receptividade pra comprovar isso eu vou te mostrar em fotos dentro das nossas oficinas... Acha um papel, guarda um copo descartável, a gente percebe que pode criar

	alguma coisa, é uma viagem que um faz, e “lembrei daqui, que vocês podem fazerem...” (sic) é a multiplicação de ideias. Eu tô te falando, tem oficina, é tudo. Vivem cobrando...
3	(...) eles brincam... “é aqui que joga o lixo???” Fica brincando que vai jogar errado. Porque quando a gente tá na copa, lá tem as lixeiras, que você já deve ter percebido, do não reciclado e do reciclado. Então às vezes eu falo assim: “oh, eu tô de olho!”. Não, só o fato de brincar que vai jogar errado já mostra que sabe. Já sabe qual que joga o lixo. Às vezes a gente passa ali, a minha lixeira ali, também tem que olhar, porque tava preta primeiro e a preta é pra não-reciclável e aqui, se a gente usa mais papel então esse que tem que estar aqui na frente. Então às vezes a gente ainda atenta... outro dia, um ia jogar no lixo errado e aí... olhou e me viu, hum... ficou constrangido, sempre assim numa boa, né?

Como era de se esperar, alguns servidores recebem as propostas do AmbientAÇÃO melhor do que outros. Alguns, inclusive, discordam delas. Percebo também que a forma como a comissão gestora apreende o Programa e o desenvolve pode ajudar na melhor aceitação por parte dos servidores que estão em sua instituição. A respeito do comentário da integrante 3 sobre o constrangimento de um colega que estava prestes a jogar o resíduo no coletor incorreto, há certa ideia de coerção presente na relação da comissão setorial com os servidores do seu respectivo setor.

Aprofundando a questão anterior, perguntei: “Qual repercussão o Programa tem tido com os servidores? Você identifica os tipos de servidores que reagem positivamente ao Programa? Como os definiria?”

Integrante	Resposta
1	Eles estão comprando a ideia, né? eles estão abraçando isso. Agora, não adianta ser um modismo. Isso vai ser bacana porque tem gente bonita, porque tem gente alegre, tem atividades diferentes, que sai da rotina de trabalho... mas se ele efetivamente não mudar a conduta dele nesses mínimos detalhes, né? Mas eu vejo a adesão, mas, sobretudo dos meus bolsistas, gozado... quem chega, os mais novos, que trabalham aqui e ficam pouco tempo, eles ficam mais empolgados, acho isso bacana, diferente. Os mais velhos, eles são, sei lá, acho que tem essa coisa de saber que você vai ficar aqui trabalhando, que sempre vai ver isso, pode ser que vire uma rotina. Mas aí que está o pro..., aí que está o segredo... o AmbientAÇÃO está sempre inovando em suas artes cênicas e não repetem. Então isso, eu acho que eles já detectaram isso e não fazem coisas sempre repetido.
2 e 3	A resposta já dada, né? quer dizer, atingiu a todos, né? o que às vezes, é como eu te falei, né? um ou outro, não é que eles não aceitam, às vezes não acata ali, mas faz do jeitinho dele. Também é um tipo de pessoa que... ele não tá fazendo errado mas ele às vezes não tá dentro das nossas oficinas mas ele tá... não faz aquele auê todo, é... é mas ele não deixa de fazer... mas ele sabe. Às vezes ele já era econômico antes, entendeu? Então ela é econômica até na verbalização. É a descoberta de talentos que tem, né? então a pessoa, cê descobre coisas, né? nó! Dentro do Programa tem essa proposta, ele já sabia do Programa AmbientAÇÃO mas não tinha tempo de tá participando. Mas como a gente divulgava e o Programa AmbientAÇÃO tinha a parte social... E lá no outro prédio a gente divulgava num banner grande as nossas ações do mês, então ele que estava na portaria de frente ele sabia das nossas ações. Então ele queria também contribuir. Existem milhões de pessoas criativas em coisas que... acaba que via alguma coisa que tinha relação, às vezes até uma coisa que não é propriamente feita com resíduo a pessoa dizia: aqui isso não é feito com resíduo mas

	cê podia fazer uma coisa igual a essa. Um pedacinho de pano, alguma coisa, ela mesma (integrante 2 se referindo à integrante 3) hoje tá fazendo para casa do filho. Igual ali a gente tem aquele armário, a gente fica procurando retalho, hoje ela não precisa ir na loja (sic) comprar, entendeu? Hoje ela sabe que ali no nosso cantinho tem.

Novamente o integrante 1 cita que a aceitação por parte dos mais novos e jovens é mais rápida, fácil e com maior entusiasmo. Comenta que quem fica sabendo do Programa mostra encantamento, enquanto quem já está familiarizado com ele nem tanto. Mas afirma também o esforço da comissão coordenadora em inovar na comunicação e nas atividades lúdicas. As integrantes da outra comissão falam de como servidores que têm diferentes perfis se envolvem com as propostas, e afirmam que o Programa atingiu a todos, mostrando de certa forma que não é uma opção se envolver ou não com o Programa, não pelo menos nas ações que são comuns, e que alguns colegas se destacam e acabam desenvolvendo uma percepção mais apurada.

"De tudo o que já conheceu do AmbientAÇÃO, o que você acredita que tenha sido mais relevante para você?" foi outra pergunta que fiz, para verificar o relato desses integrantes. As respostas foram:

Integrante	Resposta
1	É eu pensei um pouco agora, para responder porque tem várias coisas que pouco a pouco, eu próprio... eu acho, o fato do próprio Programa existir. Porque o fato de o Programa existir você sabe a quem recorrer para determinadas ações e todos os problemas que são comuns pra gente aqui, quando nós fazemos as grandes reuniões [reuniões trimestrais] do AmbientAÇÃO que são momentos muito bons assim, às vezes a mesma dúvida que eu tenha o colega também tem. E que se você padronizar esses, identificar essas ações ou dificuldades você pode padronizar. A partir desse padrão você pode criar ações comuns que vão repercutir positivamente para a coletividade. Então, eu acho que o fato de já existir o AmbientAÇÃO e a reunião ser esse grande momento. Eu acho que o grande momento do AmbientAÇÃO são essas reuniões, essas reuniões gerais, porque ali eu estou conhecendo aqueles atores, quem está contribuindo, quem está trabalhando, e é louvável e eu amo o Programa AmbientAÇÃO. Eu gosto muito, eu sou uma pessoa suspeita, você está vendo que outros podem falar mal, mas eu tô falando bem.
2 e 3	Mudança de comportamento. Nossa mudança. A gente já tinha a visão. Já tinha uma visão. É eu acho que é ter alcançado o objetivo. Eu falo de consciência que eu acho que no DEOP nós conseguimos implantar o Programa AmbientAÇÃO, isso eu te falo porque a gente participa, a gente tem que tá participando das reuniões, né, fulana (integrante 3)? e a gente sabe que algumas instituições ainda atravessam algumas barreiras, tem algumas dificuldades, mas eu acho que hoje no DEOP a gente, nós conseguimos é... a implantação do Programa AmbientAÇÃO, tá? e isso com o apoio da nossa diretoria, né? Em momento algum a gente deixou de ter o apoio deles, só acontece com o apoio deles.

Interessante que os três se referem às reuniões como marco para eles, o intercâmbio que elas proporcionam, e o integrante 1 enfatiza que são momentos

muito ricos e que considera o grande diferencial do Programa. Curioso que ele afirma que está falando bem do Programa, talvez com algum receio que se tivesse uma opinião diferente, isso fosse prejudicá-lo. Para as integrantes da outra comissão, a relevância do Programa também está na mudança de comportamento. Elas afirmam que já tinham essa visão, mostrando que era anterior ao Programa. E afirmam que alcançaram o objetivo de implantar o AmbientAÇÃO na sua instituição com sucesso, o que pode ser percebido pela mudança de comportamento dos colegas.

Quando perguntei: “Você usa alguma coisa que aprendeu aqui, em outro lugar? Você mudou alguma coisa no seu dia a dia fora do trabalho, em casa, faculdade, no lazer etc., a partir de alguma coisa que aprendeu no AmbientAÇÃO?” as reações foram:

Integrante	Resposta
1	É isso que eu falei antes, né? Eu não desligava a tela do computador, eu acho que isso é um consumo de energia, nem na minha casa eu fazia isso... ah vai pra tela de descanso mesmo, só que agora eu passei a acionar e vi que isso não estraga fácil, depende da força que você vai colocar (...). Sua atitude é a soma, a questão da parcela, né? Parcela de contribuição de cada um. Eu acho que desligar o monitor foi a primeira porque eu acho que eu já cheguei aqui muito... como eu sou da área da Geociência, da Geografia, com muita coisa voltada para a questão da educação ambiental que nós geógrafos trabalhamos na academia. Isso é questão de comportamento. Eu sei que as coisas estão mudando porque na minha época, por exemplo, hoje eu sou professor substituto da UFMG, eu não via na minha época pedaços, papéis, lixo, ponta de lápis no chão, nossa sala era muito limpa até brilhava porque encerava, hoje você entra você vê quantidade de papéis, bola de papel de lixo, de lanche garrafa de água, latas assim aleatoriamente, em cima de cadeiras ou em cima de móveis da sala coisa que na minha época não tinha. Ou seja, essa geração, não vou falar que é geração, mas pelo menos esse perfil de estudante que está chegando, ele precisa ser trabalhado. (...) o perfil do aluno em termos de educação ambiental ele já não chega ele, não chega na universidade hoje com um.. com essa educação básica, eu chamo isso de educação básica. Você não saber jogar um papel numa cesta, a cesta tá lá, diga-se, de passagem, porque que não se joga na cesta? Ah porque ela tá longe, você está jogando lixo na sala? no chão da sala, porque você não pega e leva lá pra cesta?, a cesta está ali, você sabe que ela está ali, então são coisas mínimas. O pior de ter uma cesta e não ter uma coleta seletiva numa universidade federal. Eu já falei isso pra eles. Olha, o Estado tem um Programa de AmbientAÇÃO, falei com a diretora lá, é da minha área de Geografia. “Ó, professora, o Estado tem um Programa de AmbientAÇÃO, podemos usar, aplicar o modelo deles aqui, qual que é o problema? Ou um outro programa semelhante, mas desde que a gente crie um espaço mais bonito, essa unidade está feia” (...) está com uma sordidez pós-moderna uma sujeira que você... fora que às vezes até alunos que escrevendo em parede, banheiro, sempre existiu agora em parede de corredor? Não... reprovável, totalmente.
2 e 3	Tudo!

As integrantes da segunda comissão consideraram que já tinham feito comentários nesse sentido em uma pergunta anterior, e só afirmaram: tudo,

enfatizando e dando a entender que aplicam tudo o que aprendem com o Programa nas suas atividades fora da Cidade Administrativa. Nessa resposta, o integrante 1 cita que agora, em casa, desliga o monitor do computador e é bem crítico ao afirmar que os alunos da universidade na qual trabalha, quando comparados aos de sua época, são mal educados e não mantém o ambiente da universidade limpo e conservado. Comentando outra resposta, ele afirma que a geração mais nova recebe com mais tranqüilidade as propostas relacionadas à Educação Ambiental, mas agora, falando dos seus alunos, afirma que essa geração não tem essa educação, que ele considera básica. No seu relato, diz que já comentou com a sua diretora sobre o AmbientAÇÃO e acredita que ele deveria ser replicado lá, ou alguma proposta semelhante implantada, inclusive porque na Universidade já há cestas para coleta seletiva instaladas, mas sem um programa de Educação Ambiental e de gestão ambiental.

Refletindo sobre esses trechos das entrevistas com os integrantes das comissões setoriais, foram marcantes as afirmações: de que o desenvolvimento do Programa tem alcance fora da Cidade Administrativa; que eles atuam como multiplicadores; que acreditam que a soma da mudança de comportamento tem um impacto muito maior, que é importante para o planeta; que alguns servidores são resistentes às propostas, enquanto outros cobram por novidades relacionadas ao Programa, como oficinas e ações temáticas. E é marcante o relato das integrantes da segunda comissão, de que são constantemente procuradas pelos servidores da instituição que querem novidades, que trazem novidades, e o intercâmbio de ideias e propostas entre elas mesmas e a escola onde os filhos estudam.

Nesse sentido, analisando os relatos, há indícios de uma possível formação da atitude ecológica nesses três sujeitos. Talvez o sistema de crenças, valores e sensibilidades éticas e estéticas já estivesse sendo formado antes, em outros espaços, tempos e relações, e com o Programa tenha sido aprofundado. Para que seja amadurecido, o que o próprio relato das integrantes das comissões revela ser urgente e necessário, esse sistema de valores precisa passar por um processo de ação e reflexão constante, com a problematização das questões ambientais e a proposta de soluções que não sejam simplistas e reducionistas, mas sim que considerem a complexidade exigida pelo pensar sistemicamente.

Feitas essas análises, agora passo para a etapa final, a análise das falas dos oito servidores entrevistados.

3.4 O Programa de acordo com a visão dos servidores entrevistados

Entrevistei oito servidores do Governo de Minas, sendo que alguns deles são funcionários públicos – trabalham em uma empresa prestadora de serviços ao Governo, mas todos estão alocados na Cidade Administrativa, e têm contato com o Programa, focos desse estudo.

Primeiramente, apresento os dados relativos ao perfil dos entrevistados:

Servidor	Perfil
1	Sexo feminino, trabalha em uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi implantado ainda na fase piloto. É formada no Ensino Médio e trabalha no Estado há 16 anos como secretária.
2	Sexo masculino, trabalha em uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi implantado na primeira fase de expansão, anterior à transferência para a Cidade Administrativa. Está cursando o primeiro semestre de Administração de Empresas, trabalhou como menor aprendiz por 2 anos e há 8 meses é servidor como Técnico Administrativo.
3	Sexo feminino, trabalha em uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi implantado após a transferência para Cidade Administrativa. É publicitária, trabalha como empregada pública há oito anos no cargo Técnico Administrativo.
4	Sexo feminino, trabalha em uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi implantado no final de 2010. É formada em Administração de Empresas e está concluindo o mestrado em Recursos Humanos, é assessora do Governo há um ano.
5	Sexo masculino, trabalha em uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi implantado no final de 2010. É doutorando em Administração, desempenha o cargo de Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental há sete anos.
6	Sexo feminino, trabalha em uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi implantado no segundo semestre de 2011. É pedagoga, trabalha como auxiliar de administrativo há dois anos.
7	Sexo masculino, trabalha em uma instituição onde o AmbientAÇÃO foi recém-implantado. Tem cursos superiores incompletos em Direito e Administração, trabalha como funcionário público há 19 anos, sendo que já trabalhou em outras instituições anteriormente.
8	Sexo masculino. Não me foi possível obter a informação de há quanto tempo o AmbientAÇÃO está implantado na instituição onde esse servidor está alocado. Tem curso superior completo em Administração de Empresas, trabalha como servidor do Governo no cargo de diretoria há seis anos.

Como citei anteriormente, minha intenção foi entrevistar servidores que tenham tido contato com o Programa em diferentes tempos, logo, alguns trabalham em instituições onde o AmbientAÇÃO está implantado há mais tempo, e outros em instituições onde o AmbientAÇÃO está há pouco tempo. O servidor 2 trabalha na mesma instituição onde as integrantes da comissão setorial 2 e 3 trabalham. Coincidentemente, os servidores 4 e 5 trabalham na mesma instituição. Um detalhe é que o servidor 7, que seria o que trabalha na instituição onde o Programa foi recém-implantado já trabalhou no SISEMA, e por isso já teve contato com o AmbientAÇÃO, antes de vir para a Cidade Administrativa.

A partir de agora apresento os dados coletados nas entrevistas.

Quando perguntados sobre o que os servidores sabiam sobre o AmbientAÇÃO, as respostas foram:

Servidor	Resposta
1	É um programa que visa o não desperdício, né? É... mostrar para as pessoas o que a gente deve fazer para... por um ambiente melhor, né? Para reciclar, reutilizar...
2	É um Programa que visa reciclar tudo o que dá pra reciclar, fazer as coisas, reutilizar, tipo os 5Rs, reutilize, recicle, repense, e tem os outros dois que eu não vou lembrar agora... e o pessoal aqui se empenha mesmo pra fazer esse Programa e eu acho ele bem bacana porque é... eu acho muito legal. (...) acho bem interessante porque eu também gosto dessas... de reciclar, artes, assim, eu acho bem interessante.
3	Aqui na Cidade Administrativa, que foi logo no início que viemos, foram feitos teatrinhos para mostrar a reciclagem, pra mostrar como, né? se comportar de acordo com o meio ambiente, e poucas coisas assim com... a respeito... só mais a respeito da reciclagem, dessa parte. E também do, do, por exemplo, foi o AmbientAÇÃO que tirou os copos de plástico daqui pra poder colocar as canecas de vidro, né? Por causa da poluição realmente... as coisas não... é... difícil, né? eles não são biodegradáveis, né?
4	As duas únicas coisas que eu sei sobre ele é a reciclagem de papel e aquelas descargas a vácuo do banheiro. Só. Ah, e os copinhos também, que não oferecem mais os de plástico. (...) não sei mais nada do AmbientAÇÃO.
5	É um projeto que tem como objetivo incentivar a coleta seletiva, entre outras ações de educação ambiental, que no momento eu não me lembro.
6	Bom, é, é um programa do govern... é, assim, da intendência aqui da Cidade Administrativa. Eles passam de vez em quando panfletos, pra tá orientando o pessoal na distribuição do lixo, é... também, é... às vezes tem alguma encenação lá embaixo na área do shopping (Centro de Convivência) pra tá demonstrando pra gente como é que vai tá dividindo o lixo, no ambiente de trabalho, como é que pode fazer pra ter um ambiente de trabalho melhor... ah... eu acho, assim, eu não tive muito contato com eles não. Mas assim, eles distribuíram panfletos, vieram e fizeram uma encenação no ambiente de trabalho mesmo, mostrando cada material, cada lixeira, cada cor, quê que representava, aí é isso que eu sei deles, é basicamente é isso. Não sei muita coisa sobre o projeto deles não.
7	É um Programa do Governo que visa atentar as pessoas para a importância em preservar o meio ambiente, a água, o cuidado em descartar os resíduos.
8	É um programa de redução de ruídos e de estímulo ao uso de canecas ao invés de copos plásticos.

A resposta da maioria dos servidores relaciona o Programa à coleta seletiva, à gestão de resíduos e à reciclagem. O primeiro cita o não desperdício como foco, o segundo os 5Rs, mas enfatiza o reciclar, os servidores 3, 4 e 8 citam a ação de substituição dos copos plásticos pelas canecas, a quarta a descarga dos banheiros que são econômicas. O quinto cita que o AmbientAÇÃO é um programa de Educação Ambiental, e que desenvolve ações nesse sentido. O servidor 7 fala da preservação do meio ambiente, da água e o 8 acrescenta o combate à poluição sonora como algo que faz parte do Programa.

Todos os servidores mostram que já ouviram falar do AmbientAÇÃO, tiveram contato com ele de alguma forma, em alguma ação proposta. Nas minhas idas à

Cidade Administrativa e entrevista com os gestores e integrantes das comissões setoriais, pude perceber o investimento em comunicação visual que o Programa faz, com identificação das lixeiras, adesivos informativos nas mesas, *banners* nos *halls* de entrada, adesivagem na porta dos elevadores, mensagens nos *displays* dos telefones e pela *intranet* etc.

Também percebi o esforço da coordenação em inovar e diversificar a forma de comunicação para o público-alvo. E aqui é interessante observar as respostas para ver o que é mais latente na memória dos servidores a respeito do AmbientAÇÃO. Apesar de perceber as respostas muito simplistas, diante de toda a amplitude do Programa, nenhum servidor se equivoca ou responde algo que não é pertinente.

Quando da pergunta: “Alguma ação do Programa chamou a sua atenção? Qual?” as respostas foram:

Servidor	Resposta
1	Esta pergunta não foi feita a esse servidor.
2	Deixa eu ver, uma atitude? Deixa eu ver, porque... alguma ação, você fala como? Algum movimento que eles fizeram que eu achei bem legal?... Nó, tem várias que eles sempre fazem que... deixa eu ver... a minha chefe mesmo faz que é, que teve uma época que eles fizeram um negócio, que tava na época da páscoa, achei bem interessante que eles fizeram uns bonequinhos assim com negócio de páscoa e eu vi que a instituição toda, a maioria dos servidores estava bem envolvido, eu achei bem interessante isso, aí eu num, eu não lembro se eu ganhei, pra ser sincero, não lembro se ganhei, mas eu achei bem legal. E até hoje eu tenho as fotos no meu computador ali e eu fico vendo o pessoal que trabalhou e tal, e hoje até não tá aqui. E eu achei bem legal, bem legal isso. dentre outras, e só que eu não me lembro, porque são tantas que eles fazem. Mas eu achei bem interessante esse do bonequinho.
3	Em particular assim... não, assim... é porque igual eu te falei, do Programa o que vi essa parte, eu acho essa parte interessante. Eu faço reciclagem do lixo muito antes de começar esse processo.
4	A do café, a do café. (fazendo referência à substituição dos copos plásticos por canecas)
5	As lixeiras da coleta seletiva. Se eu não me engano também teve um robô, fazendo propaganda do AmbientAÇÃO.
6	Acho que... é, que eu sei mesmo é mais essa área assim de, de, da distribuição e da divisão do lixo, da, da, da conversa assim no ambiente de trabalho, manter mais ou menos assim o nível de conversa não muito alto pra não atrapalhar, acho que foi mais isso mesmo.
7	Já fui funcionário do SISEMA, e lá implantam meios de trocar informações via sistema de informática, não sendo muitas vezes necessário o xerox de documentos. Na Cidade Administrativa, tem também o uso contínuo da caneca, onde foi entregue a cada pessoa uma caneca para que não ocorra o uso de copos descartáveis.
8	Não.

As opiniões são bem diversificadas, para o servidor 2 é uma ação da comissão setorial da sua instituição, com reaproveitamento de resíduos. Apesar de afirmar que são várias ações e que gosta muito de todas, e sempre gosta, sua

resposta foi redundante e só conseguiu citar essa ação. A servidora 3 não destaca nada, mas diz que acha o Programa interessante e afirma que antes do Programa já fazia a reciclagem em casa. Os servidores 4 e 7 citam a substituição dos copos plásticos pelas canecas, o 5 cita as lixeiras e uma atividade lúdica realizada, a 6 cita a coleta seletiva e a campanha para redução dos ruídos, ação necessária na CA, onde os servidores trabalham em baias, e o servidor 7 cita algo anterior à CA, que foi a diminuição das impressões e *xerox*. O servidor 8 nega que alguma ação do AmbientAÇÃO tenha chamado a sua atenção.

Quando indaguei se o Programa interferia na rotina de trabalho deles, e de que forma interferia, eles relataram:

Servidor	Resposta
1	Sim, é... por a gente ter o Programa né? e inclusive, ser dirigido pela ** (gestora do Governo), que é uma pessoa assim que... é muito ativa, né? E ela sempre, às vezes passa e a gente tá com o monitor, a gente não tá usando o computador e o monitor tá ligado, ela lembra: "Vamos desligar!" né? E assim, reutilizar mesmo, os papéis, a gente usa como rascunho, quando a gente usou e não deu certo a impressão, a gente usa como rascunho, faz os caderninhos, né? Pra gente usar aqui no dia a dia pras anotações. Então assim, em geral, né? É você lembrar de apagar uma luz quando você sair de um ambiente, não só no trabalho, mas em casa a gente acaba levando isso pra casa também.
2	Não, de jeito nenhum. Na minha não. Acho que só ajuda, né? Porque do jeito que a minha chefe pega no meu pé: "não taca, não joga lixo no lugar que não for, reciclável no reciclável, não-reciclável no não-reciclável, papel no papel, não amassar papel, não, só rasgar se for jogar fora". Isso até ajuda, é até melhor.
3	Não, necessariamente não. Porque isso, a partir do momento que você internaliza aí você, você faz as coisas já praticamente automática, né?
4	Não. Nenhuma.
5	Sim, basicamente em relação à coleta seletiva.
6	Pra mim não. Assim, o que pra mim, é, tá até me educando é em casa também, pra tá dividindo o papel, o lixo que não é aproveitável do reciclável, ajudou um pouco nessa área.
7	Sim, porque aqui aderimos e acabamos levando conosco para nossas casas o que o AmbientaÇÃO aplica aqui na CA.
8	Sim, temos que usar canecas ao invés de copos plásticos, e quando recebemos visitantes não podemos nem oferecer água para eles, pois nenhum visitante vem com sua caneca.

A servidora 1 fala dos constantes lembretes sobre desligar o monitor quando não está sendo usado, a reutilização dos papéis como rascunho, e o apagar as luzes. E afirma que por causa desses constantes lembretes ela acaba fazendo o mesmo em casa. O 2 afirma que não, mas comenta que a chefe está sempre lembrando-o do que fazer com os resíduos, "pega no meu pé", mas afirma que isso o ajuda. A 3 diz que por ter internalizado a proposta já automatizou as ações, a servidora 4 não sente nenhuma interferência e o 5 fala da coleta seletiva no local de trabalho. O servidor 8 cita a substituição dos copos plásticos por canecas dando um tom à sua afirmação como se isso fosse uma coisa muito negativa, já que os

visitantes não têm canecas. O servidor 6 acha que não interfere e o 7 acha que sim, e afirmam que aplicam o aprendizado com o Programa em casa, e um deles cita como exemplo a coleta seletiva.

Interessante que dois servidores comentam os constantes apelos às atitudes corretas propostas pelo Programa. Uma afirma que há interferência, e exemplifica com esses constantes lembretes, exemplo que o outro servidor dá, mas dizendo que o Programa não interfere na sua rotina.

Com relação à interferência citada pelo servidor 8, sobre as canecas e os visitantes, de acordo com a coordenação do Programa, as copeiras de todos os andares são instruídas a fornecer um copo plástico para os visitantes, o que pude observar nos dias em que estive lá.

"Você pode dizer que aprendeu alguma coisa no AmbientAÇÃO?"

Servidor	Resposta
1	Várias! É como isso tudo que eu já falei, né? Reutilizar, reciclar, às vezes você é... assim em casa, você vai fazer,... eles já entregaram várias receitas assim de... de... que você pode tá fazendo m suco, um bolo, com casca de um alimento, casca de banana, casca de um abacaxi. Então eles não trabalham com a gente não só aqui, dentro da instituição, eles tentam levar isso pra casa da gente.
2	Ah, sim, claro! Justamente isso que eu estou falando. Que cada lixo no seu lugar. Reciclável no reciclável, não-reciclável no não-reciclável, papel no papel. E eu não sabia também, que não podia amassar o papel porque quebra a fibra do papel. Hoje eu sei que tem que só rasgar e joga no lixo.
3	O que aprendi com o AmbientAÇÃO? Ah, em termo de coisas que eu achava que seriam recicláveis e não são, essa diferença entre o material. Eu, pra mim a marmitinha do marmitex seria uma coisa reciclável e não é. Fiquei até surpresa isso (...) você fica imaginando, não aquilo que você não vai, que que, não é alimento, que é reciclável. Principalmente porque eu trabalho com materiais assim, faço uns artesanatos, então pra mim, e eu guardo tudo. Tudo que eu vejo eu vou guardando vai servir no futuro, de repente, esse ano eu fiz uma árvore de natal só de revistas (...) ficou muito bacana ela.
4	Não aprendi nada, eu acho que eu não sou uma boa amostra.
5	Acho que não, ou pelo menos não me lembro.
6	Aprendi essa parte de, de tá separando o lixo, tá aproveitando o material reciclável, né? Prestando mais atenção na hora de dividir o lixo...
7	Sim, o quanto é importante cuidar do meio ambiente, principalmente da água.
8	Não.

A servidora 1 afirma que aprendeu várias coisas, e que leva esse aprendizado para casa, afirmando, inclusive "eles tentam levar isso pra casa da gente" como intenção do Programa na sua instituição. Os servidores 2 e 6 falam afirmam que aprenderam sobre a coleta seletiva, do cuidado que ela requer na separação dos materiais. A servidora 3 revela que aprendeu que há materiais que não são recicláveis, os servidores 4, 5 e 8 acham que não aprenderam nada, e o 7 do cuidado com o meio ambiente e a água.

A servidora 3 mostra o aprendizado com relação aos desafios da reciclagem, do potencial reciclável versus a prática no mercado e na indústria, o que os fabricantes não revelam nos seus rótulos e os consumidores não se dão conta. Talvez esse aprendizado só tenha sido possível porque ela já fazia a reciclagem antes do Programa.

Curiosamente, os três servidores que têm formação completa em Administração são os que afirmam não ter aprendido nada com o Programa.

Tentando verificar se os servidores aplicam o aprendizado em outros ambientes, perguntei: “Você usa alguma coisa que aprendeu com o AmbientAÇÃO em algum lugar fora da Cidade Administrativa? Você mudou alguma coisa do seu dia a dia fora do trabalho, por exemplo, em casa, faculdade, no lazer?”

Servidor	Resposta
1	Sim, eu fazia a... questão do óleo, por exemplo, de cozinha, eu jogava dentro da pia quando às vezes não ia usar mais, agora eu já coleto, tem uma pessoa que busca na minha casa, o lixo eu tento, pelo menos, separar o... o resto de comida do restante. Eu não vou te falar que eu separo tudo, mas pelo menos a comida, né? O resto de comida eu tento separar do restante do lixo. Então assim, não tem como você, cê, cê pegar uma coisa pra fazer, e falar: “Nossa eu sei fazer o certo!”, sabe? e pegar e fazer o errado? Isso puxa muito pra você poder tá fazendo a coisa certa.
2	É a questão de economizar. Tudo que eu vou fazer eu sempre penso em economizar. Tudo, quando minha mãe vai... minha mãe é meio assim, né? E quando ela vai jogar fora eu já penso se pode fazer alguma coisa, igual uma vez que a minha chefe fez umas florzinhas ali, aí minha mãe ia jogar um vidro de azeite fora eu não deixei. Falei: Não mãe, a minha chefe faz uns negócios lá e eu acho que ia ficar legal isso aí. Aí eu trouxe, aí eu peguei as flores aqui e falei com ela, e levei pra ela e aí ela até gostou da ideia e tá lá em casa, no rack até hoje.
3	Hum... eu uso diariamente. Em toda... em qualquer lugar que eu estiver.
4	Não.
5	Não.
6	É... o que eu costumo usar agora é, por exemplo, a garrafa descartável eu já jogo separado na minha casa, latinha, é, e o lixo orgânico eu deixo separado é, e tô tentando fazer isso em casa.
7	Sim, em minha casa, e por onde vamos levamos um pouco para as pessoas o que aprendemos aqui. Muda, e sem perceber; acaba por ser natural.
8	Não, na verdade as ações propostas são de conhecimentos de todos, e falta a prática por falta de iniciativa de cada um.

A servidora 1 fala que em casa agora faz a destinação correta do óleo, a separação do lixo orgânico, e que é difícil não fazer a coisa certa quando se sabe o que fazer. O 2 fala da economia e da reutilização, a 3 afirma que usa diariamente, e onde estiver, o que aprendeu com o Programa. Os servidores 4 e 5, por terem respondido que não aprenderam nada, também respondem não a essa pergunta. A 6 fala da separação dos resíduos em sua casa e o 7 fala que essa mudança é natural, em qualquer lugar onde esteja. O servidor 8 afirma que não aplica nada do

que é ensinado no Programa, mas admite que é por falta de iniciativa da sua parte, uma vez que conhece as ações propostas.

Chama a atenção a fala da servidora 1: “cê pegar uma coisa pra fazer, e falar: “Nossa eu sei fazer o certo!”, sabe? e pegar e fazer o errado? Isso puxa muito pra você poder tá fazendo a coisa certa”, como se a consciência ficasse pesada ao fazer algo diferente do que é considerado ambientalmente correto. Essa fala remete à eticização da ação, à necessidade de cultivar uma consciência tranqüila.

Na fala do servidor 7, “Muda, e sem perceber; acaba por ser natural”, o que pode indicar a internalização de novas atitudes e valores, alguns dos indícios da formação da atitude ecológica.

Sobre a relevância do Programa, de acordo com eles, perguntei: “De tudo o que você conhece do AmbientAÇÃO, o quê você considera que tenha sido mais relevante para você?”

Servidor	Resposta
1	Olha, dentro da instituição eu acho que conscientizou não só a mim mas todo mundo do não desperdício, né? É... o papel, é uma coisa que gera muito lixo, volume, então a gente reutilizando ele como rascunho, como, fazendo bloquinho para anotação, eu acho que isso foi um das coisas mais relevantes pra gente. Que antes a gente embolava a folhinha e jogava no lixo, hoje não, hoje a gente, né? Corta ela em quatro e faz vários recadinhos aqui, tá vendo, aqui mesmo tem um ó... de um médico que eu tenho, eu marquei, escrevi pra poder tá lembrando.
2	De maior assim, deixa eu ver... acho que é a responsabilidade que o pessoal tem com o meio ambiente. Acho que é essencial assim, né? Que hoje a gente vê o pessoal, eu sou, eu sou muito chato com esses trem (sic) de não jogar lixo pra fora do carro, nó! eu sou muito chato com esses trem (sic). E eu acho que isso é um ponto muito positivo. Do AmbientAÇÃO o próprio nome já fala que é cuidar do meio ambiente, tudo eles reciclam, e tal.
3	É como eu te disse eu conheço pouco, eu assim não conheço o Projeto inteiro, cê entendeu? mas, então eu não tenho assim é... pra escolher, é muito pouca coisa pra poder escolher uma coisa mais relevante.
4	Ah, eu acho que nada é relevante pra mim, tá? Eu conheço muito pouco, né? Então, pode até ser que haja alguma interferência e eu não tenha conseguido detectar porque eu conheço muito pouco do AmbientAÇÃO. Acho que não tem nada relevante não.
5	Pelas respostas anteriores, acho que só questão da coleta seletiva ficou marcada na minha memória.
6	O mais relevante pra mim? Ai, seria a parte do... da econo.. do papel, num tá, assim, tentar gastar o menos possível, tá reciclando o papel, é, reaproveitando o papel, essa parte foi importante.
7	O cuidado com a água, a importância em cuidar da água.
8	Talvez na lembrança constante de levar-nos às boas práticas sustentáveis.

As servidoras 1 e 6 citam a conscientização para o não desperdício e o reaproveitamento de papel. O 2 fala da responsabilidade que cada um tem com o cuidado com o meio ambiente. As servidoras 3 e 4 acham que conhecem pouco o Programa e não destacam nada, sendo que a 3 não o faz por dizer conhecer pouco

do AmbientAÇÃO e já a 4 por achar que nada é relevante para ela. O 5 fala que somente a coleta seletiva no ambiente de trabalho ficou marcada na sua memória. O servidor 7 fala do cuidado com a água e o 8 cita o lembrete constante para as práticas sustentáveis.

Agora tentando destrinchar as linhas de ação do Programa, mas sem explicá-las, para não influenciar as respostas, pergunto: “Você pratica o consumo consciente fora da Cidade Administrativa?”

Servidor	Resposta
1	Sim, em casa, né? Sempre. Com meu filho, com meu marido, a gente sempre procura apagar uma luz ao sair, desligar uma televisão, meu marido sempre fala, às vezes eu largo uma luz do quarto acessa aí ele fala assim: “A luz!” e eu falo assim: “eu vou voltar!” Ele fala assim: “Desliga e na hora que você voltar você liga”... então a gente sempre usa isso sim.
2	Sim, cabei de falar, né? Que tudo quando eu vou, agora, né? tudo o que eu vou fazer eu repenso antes de fazer, ou jogar alguma coisa fora ou usar muita água, nas mínimas coisas mesmo que eu repenso.
3	Resposta referente à gestão de resíduos.
4	Resposta referente à gestão de resíduos.
5	Sim, procuro não descartar produtos que ainda servem só porque surgiu um novo, por exemplo, eu ainda tenho uma tv de tubo de imagem.
6	Eu tento consumir conscientemente, pelo menos eu tô tentando é... não ficar imprimindo muita coisa, desnecessária, é, tento gravar mais no pen drive...
7	Eu carrego minha caneca de água onde vou, procuro não utilizar sacola plástica, pois tenho em meu carro uma sacola tipo daquelas antigas, igual que nossos avós usavam.
8	Sim, eu tomo banho rápido, consumo menos energia buscando evitar o consumo desnecessário com lâmpadas acesas à toa.

A servidora 1 cita o consumo consciente da energia elétrica, mas afirma que o marido tem o papel de sempre a cobrar com relação a isso. O servidor cita também o consumo consciente de energia no banho e na luz. O 2 fala que o repensar está agora nas suas ações, em tudo, do descartar algum objeto ao uso da água. As servidoras 3 e 4 respondem algo relativo a gestão de resíduos que será a próxima pergunta, por isso não apresentei aqui. O servidor 5 fala do não ao consumismo, a 6 fala que está tentando consumir conscientemente e cita o exemplo de não imprimir coisas desnecessárias. O 7 cita a caneca e a sacola retornável como alternativa ao uso do copo descartável e das sacolas plásticas.

Muito bom observar que dos oito entrevistados, apenas dois servidores não tem claro em sua mente o significado de consumo consciente e todos os que têm sabem exemplificar de forma pertinente a sua resposta. Enquanto os demais cinco servidores falam de temas que são abordados pelo Programa constantemente, o

servidor 5 usa um exemplo que não está diretamente relacionado ao seu trabalho na Cidade Administrativa.

Com relação à segunda linha de ação do Programa, perguntei: “Você pratica a gestão de resíduos, fora da Cidade Administrativa?”

Servidor	Resposta
1	Eu pelo menos tento separar e, às vezes, a sacolinha com resto de comida eu coloco de uma forma que sempre passa cachorrinho que eles possam pelo menos tá comendo aquilo ali. Tem muito cachorro de rua lá então assim, eu sempre coloco de uma forma que eles possam estar pelo menos comendo aquele resto de comida.
2	Olha, separar o lixo não porque, eu sou meio por fora disso mas, quando eu vejo que dá pra eu... que eu vejo que não tá certo isso... eu sempre faço. Igual a questão do papel. Papel eu num amasso de jeito nenhum. Agora não! Eu só rasgo ou deixo em um canto, mas amassar e jogar no meio de outras coisas que estraga também, de jeito nenhum.
3	Sim... eu, em geral, isso é... eu nunca jogo um lixo no chão, eu procuro, normalmente, se tem aonde colocar. Na minha casa, tem, passa o caminhão de lixo reciclável às terças-feiras, então a gente já põem ele separado. Não é tão separado como eu gostaria, porque ali dentro de um saco só vai tudo. Vai plástico, vai vidro, vai tudo... tudo que é reciclável é dentro de um saco só, não tem uma separação, vai papel vai tudo ali dentro daquilo e o outro é de lixo normal (...) o eu faço eu faço diferente é a latinha. A latinha ela fica em outro lugar. Ela tem outro lixinho dela lá.
4	Ah pratico! Reciclo, junto... quando junta vidro venho trazer no LEV pra depositar, papel, quando vou jogar muito papel fora, a gente faz aquele dia da faxina, eu venho, descarto no LEV, plástico, aquele Confort, e tal, eu venho depositar...
5	Não.
6	Tô tentando fazer agora, dividir um pouco, pelo menos essa parte assim da latinha, do, da, das garrafas descartáveis, isso aí eu tô tentando separar.
7	Sim, sempre separo lixo reciclável do não-reciclável em minha casa, como por exemplo, garrafa pet do lixo orgânico.
8	Não.

As servidores 1 e 6 afirmam que estão tentando fazer a separação dos resíduos em casa, sendo que a 1, assim como o 7, afirma fazer pelo menos a separação do lixo orgânico em casa. A servidora 3 é a única que cita que mora em um bairro onde tem coleta seletiva, e que faz a separação dos resíduos, mas se sente insatisfeita por não separar cada tipo de material em um recipiente específico. A servidora 4 fala que faz a separação em casa e que leva os resíduos até o Local de Entrega Voluntária. Os servidores 2, 5 e 8 negam, mas o 2 afirma que agora não amassa mais o papel para não quebrar as fibras.

Com base nessas respostas, e comparando-as com a da pergunta anterior, percebo que é bem forte na mente dos servidores a linha do Programa que tem como objetivo a Gestão de Resíduos. Vários deles, em outros momentos, fizeram menção à coleta seletiva, à separação dos materiais, logo, responder essa pergunta foi mais simples para todos.

A última pergunta foge um pouco da linha que as outras seguem, pois eu tentei identificar se o Programa incentiva a politização dos servidores, como uma forma de extrapolar a proposta de ação na Cidade Administrativa. A questão foi assim formulada: “Na sua opinião, o AmbientAÇÃO incentiva o engajamento e a participação dos servidores em algum movimento como associação do bairro, na Agenda 21 da cidade ou em algum movimento socioambiental externo aqui, da Cidade Administrativa?”

Servidor	Resposta
1	Olha eu acredito que sim, é... já aconteceu até por exemplo, escola do meu filho, ela mandar trabalho sobre coleta seletiva aí eu pego planilha, material e mando pra escola dele. Então eu acredito que sim.
2	Ah, eu acho que sim, porque o que você aprende aqui né? você pode passar né? às vezes tem alguma coisa que tiver no bairro, aí o que você aprende aqui você pode levar pra lá também. Eu acho que isso ajuda muito. A ideia que você aprende aqui... é como se fosse uma escola, né? o que você aprende, leva pra outras.
3	Hum, eu não senti isso assim, sabe? Mas pode até ser... mas eu, particularmente, não senti. Eu também não tenho muito tempo. Então eu não pensei nessa parte de associação de bairro, essas coisas.
4	Que eu tenha conhecimento não. Pode até ser que tenha, mas eu não tenho conhecimento. Não tenho conhecimento de nada, de nenhuma junção desse AmbientAÇÃO com um movimento externo.
5	Acho que não.
6	Ah, eu acho que conscientiza um pouco, é... a pessoa de não gastar, não ficar gastando papel desnecessário, né? em casa também, aprender a dividir um pouco o material reciclável, eu acho que incen... acaba que incentiva um pouquinho sim.
7	É o que disse, você sem perceber ao mudar sua consciência ambiental que o AmbientAÇÃO ensina, acaba por aplicar onde quer que você vá, e também ensina, pois são pequenas coisas que fazem no final uma enorme diferença.
8	Um pouco.

A servidora 1 cita o intercâmbio de informações que faz com a escola do filho. O servidor 2 responde “eu acho que sim”, diz que o que é aprendido com o Programa pode ser levado para outros espaços, como o bairro. A 3 fala que não sentiu o incentivo do Programa nesse sentido, de engajamento e participação extra Cidade Administrativa, mas que também não tem muito tempo e que não pensou em ter esse tipo de envolvimento no seu bairro. Os servidores 4 e 5 acham que não, mas a 4 diz que pode ser que o Programa tenha essa intenção. Os servidores 6 e 8 acham que incentiva um pouco, mas o exemplo citado pela servidora 6 é do não desperdício de papel em casa. O servidor 7 fala que o Programa ensina a mudança de consciência ambiental e que isso pode ser aplicado por onde quer que a pessoa vá, e inclusive que a pessoa pode ensinar o que aprendeu.

Com relação à essa pergunta, percebo que não há por parte dos servidores a identificação de incentivo no Ambientação para um engajamento externo, como em

associações de bairro, na Agenda 21 da cidade ou em algum outro movimento socioambiental, o que também não identifiquei no material analisado. Nenhum desses servidores entrevistados afirma ter essa participação politizada. Já a servidora 1, que é mãe, assim como as integrantes das comissões setoriais entrevistadas, fazem referência à integração entre as atividades propostas pelas escolas dos filhos com algum intercâmbio de ideia ou atividade que elas tenham levado do Programa como contribuição.

Analisando esses relatos, e aqui comentando resumidamente, percebo que é muito forte na mente dos servidores a associação do Programa à coleta seletiva, comentam que são constantemente lembrados nesse sentido. Sobre o consumo consciente as referências são com relação ao uso do papel e da água, só a servidora 1 fala do aproveitamento integral dos alimentos. Os servidores 1 e 7 foram os que mais tiveram contato com o Programa, por trabalharem em instituições onde o Programa já foi implantado há mais tempo, e citam a aplicação do aprendizado que tem com o Programa em casa em várias respostas. As servidoras 3 e 4 falam que a consciência para coleta seletiva e a prática que fazem dela é anterior ao Programa. Interessante observar que os servidores 4 e 5, que trabalham na mesma instituição, são os que tem maior grau de instrução e afirmam, como o servidor 8, que não aprenderam nada com o AmbientAÇÃO.

Para vários servidores um marco do Programa é a substituição dos copos plásticos pelas canecas. Os termos cuidado com o meio ambiente aparecem nas falas dos servidores 2 e 7. A maioria dos entrevistados afirma que aplica o que aprendeu com o Programa em outros lugares, seja com relação ao consumo consciente ou à gestão dos resíduos, que alguns afirmam que estão se esforçando para fazer, e o servidor 2 fala do repensar que está sempre presente na sua vida

Por esses trechos, e outros aqui já comentados, é possível identificar no relato dos servidores indícios da formação da atitude ecológica. Quero enfatizar, novamente, que o relato desse pequeno número de servidores não é representativo diante do número total de servidores que são público-alvo do AmbientAÇÃO. Para que pudessem ser feitas generalizações a amostra precisaria ser calculada em relação ao universo total e ser aplicado um outro método mais abrangente.

Na análise e reflexão sobre as respostas das entrevistas realizadas, noto que o envolvimento da comissão setorial da instituição onde os servidores trabalham é

essencial, é a chave para que as propostas de atuação resultantes do Programa não se limitem apenas à Cidade Administrativa.

Também concluo que a proposta básica do AmbientAÇÃO está muito relacionada ao consumo consciente e à gestão de resíduos na Cidade Administrativa, o que é expresso na Cartilha, porém a coordenação do Programa incentiva fortemente que as comissões setoriais acrescentem novas ideias e propostas de oficinas que enriqueçam os servidores, com dicas de aplicação e novas práticas do consumo consciente em outros lugares, espaços e tempos, para além da Cidade Administrativa.

Carvalho (2004:184) alerta que "o caráter normativo e disciplinar tende a produzir um efeito cerceador e restritivo", logo, se os servidores são constantemente vigiados e lembrados pelas comissões setoriais da sua instituição a respeito do comportamento que se espera deles, pode até ser que isso garanta que adotem o comportamento tido como ecologicamente correto com relação ao consumo consciente e à gestão de resíduos na Cidade Administrativa, contudo, esse efeito pode ser "pouco estimulante para espaços de aprendizagem orientados pelos ideais de emancipação, liberdade e criatividade", onde se favorece a formação da atitude ecológica.

No *site* do Programa[8], há o *slogan* "Contribuir para uma sociedade sustentável criando novas formas de ser e de estar nesse mundo", mas talvez esse mundo esteja ainda bastante restrito à Cidade Administrativa. Considero que, por estar passando, ainda, por uma fase de avaliação por causa da transição para a Cidade Administrativa, e conseqüente ampliação, é compreensível que o AmbientAÇÃO esteja tão focado nas ações da Cidade Administrativa, para reforçar as suas linhas de atuação e o desenvolvimento de acordo com as metas estabelecidas no acordo de parceria da OSCIP com o Governo. A consolidação de um Programa de Educação Ambiental e gestão ambiental é uma importante fase que garante a sua posterior expansão.

No caso do AmbientAÇÃO, nos anos de 2011 e 2012 ainda era foco a implementação em 100% das instituições alocadas na Cidade Administrativa. Agora que essa meta foi alcançada, e está ampliada para o Estado, a coordenação pode se voltar para o gerenciamento desses resultados e a adição de novas propostas.

[8] http://www.ambientacao.mg.gov.br/home.index.logic

Para isso, acredito que seria interessante se a coordenação fizesse uma investigação sobre o alcance e a repercussão do Programa na vida privada dos servidores, se assim quisesse direcionar suas ações, para ampliar o alcance das suas ações. Também novas propostas poderiam ser incorporadas à linha Consumo consciente, para que o espaço reflexivo, que se faz necessário para a problematização das questões ambientais e o surgimento de novas práticas, se consolide mais e mais.

Com a análise do material do AmbientAÇÃO, o contato com os gestores coordenadores, com os integrantes das comissões setoriais, com os servidores e após o meu contato e a minha observação da prática do Programa, e a análise de tudo isso, reconheço que o Programa é uma importante iniciativa. Os seus resultados são mensuráveis e louváveis. É um programa de Educação Ambiental e de gestão ambiental que pode ser usado como base para a elaboração de outras práticas similares, e o Governo de Minas tem sido pioneiro nesse sentido, de criar, implementar, executar e fazer constantes melhorias em um programa de Educação Ambiental e de gestão ambiental.

Quem nos dera ter outros governos trabalhando seriamente propostas semelhantes, que se espalhassem também por outros diversos setores da sociedade, que ganhassem forças e apoio da sociedade civil, e que a formação da atitude ecológica fosse o objetivo maior dos nossos projetos e programas de Educação, formal e não-formal.

CONSIDERAÇÕES

A análise das intervenções feitas por programas de Educação Ambiental são essenciais para o avanço e para a melhoria das ações por eles executadas, acompanhada de uma avaliação formativa que leva em conta os desafios que vão surgindo e a contribuição dos sujeitos envolvidos, as chances de um trabalho sério e eficaz ser realizado se tornam maiores.

Quando a reflexão é voltada para o que está proposto nos programas e o que está sendo feito neles, a busca pela coerência entre o discurso e a prática se torna mais tangível. Como foi exemplificado nessa pesquisa, com base no estudo de caso realizado, a análise das intervenções e dos programas de Educação Ambiental se mostra bastante importante, apesar de ser ainda pouco explorada quando comparamos a quantidade de projetos e programas na área, e o vasto crescimento que têm tido, com os estudos e as análises já feitas e divulgadas.

Assim como a metáfora usada por Perrenoud (1999), do artesão que, ao moldar um objeto, vai observando o resultado e ajustando seus gestos, ou corrigindo o alvo, uma avaliação realizada periodicamente, somada à atenção à opinião dos sujeitos envolvidos e a reflexão sobre todo o processo, possibilitam mudanças e melhorias para garantir um melhor desenvolvimento e resultado nos e dos processos educativos.

A necessidade de desenvolver projetos e programas de Educação Ambiental com propostas que tenham uma visão sistêmica da dinâmica ambiental é urgente, pois muitas das propostas que se dizem de Educação Ambiental se mostram, na prática, incipientes e reducionistas, enfocando demasiadamente a reciclagem ao invés de ir ao cerne da questão, o consumo. E como trabalhado no referencial teórico desse trabalho, a reciclagem se mostra apenas como um paliativo diante de toda a problemática ambiental. Portanto, nós, educadores ambientais, precisamos trabalhar para elaborar programas e projetos que façam a integração eficaz entre a Educação Ambiental e a gestão ambiental, essencial para um trabalho efetivo e sólido em ambas as áreas. Para tanto é preciso compreender os conceitos e termos que serão utilizados por nós, problematizar constantemente as práticas e buscar sempre melhorias.

Quando o conceito de Educação Ambiental de um programa é analisado, tanto no seu discurso, como na sua prática, revela-se o tipo de visão que os envolvidos têm, a sua concepção pedagógica, se de uma Educação Ambiental que almeja a aprendizagem significativa, que extrapola o ambiente onde se dá – cujos impactos não são facilmente medidos, pois se relacionam a questões culturais, à mudança de valores e a novas atitudes –, ou outra que está apenas voltada para a provisão de conteúdos e informações, e foca a mudança de comportamentos – que podem ser facilmente observados –, tipo de proposta que pode até trazer alguma contribuição à diminuição dos impactos negativos causados ao meio ambiente, mas é insuficiente.

Muito bem alerta Carvalho (2004:180-181), que conseguir "gerar comportamentos individuais ordeiros, preocupados com a limpeza de uma área ou com a economia de recursos ambientais como a água ou a energia elétrica, pode ser socialmente desejável e útil", e justificável até mesmo pela economia nos cofres públicos ou privados, o que pode ser visto como um benefício para a sociedade de forma geral, "mas não significa necessariamente que tais comportamentos sejam integrados na formação de uma atitude ecológica e cidadã". Educar ambientalmente é ir além.

Para trabalhar nesse sentido, de formar uma atitude ecológica e cidadã, os educadores ambientais comprometidos devem estar atentos à orientação pedagógica das propostas que concebem e com as quais lidam, para que essas não tenham como objetivo final, seja no discurso ou na prática, apenas a mudança de comportamento, o que, de acordo com o referencial teórico abordado, é importante no processo, pelo seu efeito participativo e como modelo a ser seguido, mas não deve ser o objetivo final. Os educadores ambientais comprometidos precisam romper com a visão paradigmática fragmentária, simplista e reduzida da realidade e apreender que o processo educativo da Educação Ambiental precisa focar a formação da atitude ecológica, se quiserem, verdadeiramente, fomentar esperanças de um viver melhor, de felicidade, de justiça e bem-estar.

Carvalho (2004:178,180) afirma que a dissonância entre os comportamentos observados e as atitudes que se pretendem formar é um dos maiores desafios da Educação Ambiental, pois uma pessoa pode cultivar uma atitude ecológica mas, por vários motivos, seguir mantendo hábitos e comportamentos nem sempre em conformidade com esses ideais. Diminuir essa dissonância deve ser o desafio dos

educadores ambientais. Porém, se o grande esforço para corrigir essa incongruência está somente nas dependências de onde as práticas educativas se dão, onde estão os materiais e a equipe que possibilitam essas práticas, então o programa ou projeto tem um viés reducionista e comportamentalista e revela uma Educação Ambiental frágil.

É preciso um esforço no sentido de ampliar o espaço de reflexão e problematização das práticas que se dão fora desse espaço, quando os sujeitos envolvidos voltam para suas casas, escolas e estão nos diversos ambientes por onde transitam, assim, o incentivo a novas posturas e atitudes poderá ser revelado. Essa dissonância entre os comportamentos observados e as atitudes que se pretendem formar só poderá ser minimizada se há, verdadeiramente, a formação de uma atitude ecológica, e não apenas uma alteração de um comportamento para outro.

Se somos educadores comprometidos com a mudança positiva na sociedade, então visamos a uma Educação Ambiental crítica e transformadora. Por isso as propostas que fazemos precisam ser constantemente analisadas para que se certifique de que estão realmente alinhadas a esse ideal e que não há contradições entre o nosso discurso e a nossa prática. Se estiverem alinhadas, então poderão promover o ambiente reflexivo e problematizador, tão essencial às aprendizagens significativas.

Esse ambiente reflexivo e problematizador é onde a conscientização ambiental se origina e onde o voluntarismo individual pode evoluir para a esfera coletiva, dando lugar a um sentimento de pertencimento e de solidariedade. Junto a esses sentimentos, na esfera coletiva, a politização poderá tomar o lugar da eticização para que os sujeitos, exercendo profundamente o conceito de cidadania, com uma atuação ativa, sejam capazes de identificar problemas e participar verdadeiramente dos destinos e decisões que afetam seu campo de existência individual e coletivo. Como resultado dessa problematização e da participação cidadã, poderão ser suscitados os movimentos coletivos que, por serem coletivos, ganham força e que lutam por transformações significativas na qualidade de vida e por uma sociedade mais justa, que visam à resolução dos problemas socioambientais e buscam a construção de um novo padrão social, de um novo pacto civilizatório, almejado pelo ideário ecológico emancipador.

Esse educar, nesse ambiente problematizador e reflexivo, é que resulta na formação de um sistema de valores internalizado como uma visão de mundo e orientadora dos posicionamentos do sujeito em todas as suas relações socioambientais, tanto no espaço educativo quanto nos outros.

Com esperança, da qual o educador ambiental deve estar sempre repleto, esse sistema de valores internalizado passará por um processo de amadurecimento, de movimento entre teoria e prática, entre ação e reflexão, e resultará em valores e visões de mundo mais permanentes, revelando que uma atitude ecológica foi formada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vagner dos Santos. Educação Ambiental, consumismo e consumo verde: visão sistêmica contra a alienação do consumo. IN: *Revista Episteme Transversalis*, v. 1, n. 1, 2010. Centro Universitário Geraldo Di Biase. Disponível em: < http://www.ferp.br/revista-episteme-transversalis/edicao_1/EDUCA%C3%87%C3%83O%20AMBIENTAL,%20CONSUMISMO%20E%20CONSUMO%20VERDE.pdf>. Acesso em: 22 jan, 2013.

AMBIENTAÇÃO, *Educação ambiental em prédios públicos de MG*: conceitos e procedimentos. 2 ed. reform. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2012.

CAILLÉ, Alain. 2008. O pensamento anti-utilitarista, as Ciências Sociais e a crítica do utilitarismo: um balanço por Allain Caillé. *Jornal do MAUSS Iberolatinoamericano*. Disponível em: <http://fido.rockymedia.net/anthro/caille_entrevista.pdf>. Acesso em: 10 jun 2011.

CARVALHO, I. C. M. *Educação Ambiental*: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Néri Andréia Olabarriaga. Indicadores socioambientais para avaliação de projetos de Educação Ambiental: reflexões para a delimitação de um referencial teórico-metodológico. IN: *Anais da 34ª Reunião Anual da ANPed*: Educação e justiça social – GT 22 Educação Ambiental. n. 990. 2011. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT22/GT22-990%20int.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2011.

FERRAREZI, Elisabete. *OSCIP Organização da sociedade civil de interesse público*: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor. 2 ed. Brasília: Comunidade Solidária, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio*: o dicionário da língua portuguesa. 6 ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2006.

FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, Humberto. Controversias sobre sustentabilidad. IN: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. (orgs.). *Sustentabilidades em diálogos*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2010. p. 49-61.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L.; PEREIRA, Y. C. C. Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável? da ambiguidade dos conceitos à prática pedagógica em educação ambiental. IN: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. (orgs.). *Sustentabilidades em diálogos*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2010. p. 191-209.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental crítica. IN: *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-34.

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na educação ambiental. IN: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P. CASTRO, R.S. (Orgs). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006a. p. 15-29.

GUIMARÃES, M. Abordagem relacional como forma de ação. IN: GUIMARÃES, M. (org.). *Caminhos da Educação Ambiental*: da forma à ação. Campinas, SP: Papirus, 2006b.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Para Quê? In: SENAC. *Epistemologias da Educação Ambiental* – Ciência Moderna: a objetivação da natureza. Rio de Janeiro: SENAC/DN, 2008, s.p.

LAYARGUES, Philippe Pomier. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. IN: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) *Educação ambiental*: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-220.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Prefácio – As desafiantes novidades da educação ambiental: há uma generalizada incompreensão do significado das correntes pedagógicas? IN: GUIMARÃES, Mauro. *A formação de educadores ambientais*. Campinas, SP: Papirus, 2004. p. 11-16.

Lei Estadual 16.689/2007. *Coleta seletiva na administração pública*. Disponível em: <http://200.198.57.20/ambientacao/biblioteca.index.logic?IdItem=1552>. Acesso em: 17 jun. 2011.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a Educação Ambiental. IN: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 85-111.

LOUREIRO, C. F. B. Sustentabilidade: de que, para quem, para o quê? IN: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Sustentabilidade e educação*: um olhar da ecologia política. Coleção questões da nossa época, v. 39. São Paulo: Editora Cortez, 2012. p. 55-73.

LOUREIRO, C.F.B. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. IN: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P. CASTRO, R.S. (Orgs). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 104-161.

MACHADO, Virginia Maria. A configuração de um diagrama heurístico sócio-ambiental: a Mandala Reflexiva. *REMEA* – Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. v. 19, julho a dezembro de 2007. p. 192-204.

MACHADO, Virginia Maria. *Mandala Reflexiva para a configuração do pensamento sistêmico e da resolução de problemas socioambientais*. 2009. 266f. Tese

(Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2009.

MARINO, Eduardo. *Manual de avaliação de projetos sociais*. 2 ed. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2003.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social*: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Limites ambientais e a reciclagem de materiais. IN: MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável*: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. p. 209-246.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação*: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. *LEI 9.795/1999*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em: 16 jun. 2011.

PORTILHO, Fátima. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. IN: *Anais...* I Congresso Acadêmico sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro - I CADMA, Área de concentração 4 - Sociedade e Meio Ambiente, 2004, Rio de Janeiro.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. IN: LAYRARGUES, P. P. (coord). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. IN: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (orgs.). *Repensar a educação ambiental*: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.

REIGOTA, M. *O que é Educação Ambiental*. 2 ed. rev. e amp. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROLDÃO, Luciana Barros. *Proposta de indicadores de avaliação em Educação Ambiental:* uma reflexão sobre o Programa de Educação Ambiental Portuária a partir da linha de ação Educação Ambiental Portuária no contexto do ensino formal. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Sustentabilidades: concepções, práticas e utopias. IN: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. *Sustentabilidades em diálogos*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2010. p. 63-86.

VARGAS, Jorge Osorio. Pedagogia crítica e aprendizagem ambiental. IN: LEFF, Enrique. (Coord) *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 121-130.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso:* planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZERBINI, Fabíola Marono. Contribuições teóricas do estudo da liberdade para o tema da emancipação. *Anais do Encontro da ANPPAS*, 2, 2004, Indaiatuba. GT10: Meio ambiente, sociedade e educação. São Paulo: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/fabiola_zerbibi.pdf>. Acesso em 25 fev 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Memorial – Da construção do problema

Apresento aqui um pouco do meu memorial, um pouco da minha história pessoal que me levou até o mestrado em Educação Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Também apresento o que tentei resumir sobre o percurso da construção e trabalho que eu e minha orientadora, na época a professora Virginia Maria Machado, tivemos no processo de reconfiguração da Mandala Reflexiva, com as minhas ideias prévias e algumas das Emergências que surgiram.

Ao iniciar a elaboração do pré-projeto de dissertação, no início de 2011, eu acreditava que o problema socioambiental a ser resolvido era a quantidade de lixo enviada aos aterros sanitários. Meu discurso se baseava quase que totalmente na necessidade de diminuir a geração de resíduos por causa da saturação dos aterros sanitários. Esse incômodo me acompanha desde 1996, quando ainda estava na 6ª série do Ensino Fundamental, e participei do projeto interdisciplinar Vivendo as Diferenças, proposto pelo Colégio Batista Mineiro, onde eu estudei. Fizemos uma visita orientada à Usina de Beneficiamento do Lixo da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da BR-040, em Belo Horizonte.

Lá conheci a estrutura funcional que utilizava uma esteira para a separação dos recicláveis dos resíduos orgânicos. Essa separação era feita por funcionários da Superintendência de Limpeza Urbana – SLU – e tinha sido há pouco tempo desativada por causa da contaminação do material. Saber de tal desativação e da problemática que levou a esta medida gerou em mim uma angústia por dimensionar que uma enorme quantidade de recursos que poderia ser melhor aproveitada estava sendo aterrada. E foi naquele espaço, na recém-inaugurada Unidade de Educação Ambiental, e observando o aterro sanitário que tinha os dias de vida útil contados, que a fala de um gari da SLU ecoou na minha mente: “Se você tirar uma latinha de refrigerante do lixo comum e colocar pra reciclar isso já vai fazer uma grande diferença, porque se todos nós pensarmos assim um pequeno gesto vai se tornar uma grande atitude”.

Hoje problematizo se o fato de “cada um fazer sua parte” garante a prevenção e solução dos problemas ambientais, e rejeito essa visão simplista da problemática ambiental. Continuo acreditando que cada cidadão deve ser responsabilizado por sua contribuição na solução dos problemas ambientais, mas aliado a isso é preciso mais.

Que me lembre, aquele foi meu primeiro contato com os 3Rs – reduzir, reutilizar, reciclar – que hoje se multiplicam e diversificam em Repensar hábitos e atitudes, o Reduzir a geração e o descarte, o Reutilizar, aumentando a vida útil do produto, o Reciclar, transformando em um novo produto e o Recusar produtos que agridam a saúde e o meio ambiente. Também alguns defendem o Preciclar, como a diminuição de resíduos ainda na compra de um produto, ou na escolha de um produto que tenha menos embalagem ou que seja embalado em um material reciclável.

Como sou mineira da capital, busquei em Belo Horizonte práticas formativas que me familiarizassem com a temática ambiental, pois na graduação em Pedagogia na Universidade do Estado de Minas Gerais, cursada de 2002 a 2005, opção que refletiu o meu anseio por contribuir para a mudança de valores e de atitudes com relação ao mundo em que vivemos, constatei a falta da temática Educação Ambiental abordada de maneira interdisciplinar, transdisciplinar ou transversal.

Anos depois, em 2009, quando procurei alguma possibilidade de formação em Educação Ambiental, participei de oficinas, palestras e vídeo-debates oferecidos pela Gerência de Educação Ambiental da Prefeitura de Belo Horizonte. A participação em tais atividades esclareceu conceitos e me pôs em contato com diversos agentes ambientais. Também eram uma exigência para inscrição no Curso de Extensão em Educação Ambiental BH Itinerante, curso não-formal, teórico e prático, com travessias urbanas, visitas orientadas, palestras, relatos de experiência e grupos de debates, abordando temas socioambientais com base na Agenda 21, que tem a cidade como espaço de ensino/aprendizagem. O curso com 110 horas foi muito enriquecedor porque aliava teoria à prática.

Com o objetivo de complementar aquela formação participei de outras atividades. Uma delas foi a visita orientada ao Aterro Sanitário de Sabará/MG, unidade administrada por uma empresa privada para onde é encaminhado, atualmente, todo o resíduo sólido domiciliar coletado na capital. E participei também da visita ao Aterro Sanitário de Belo Horizonte; 14 anos depois voltei àquele local, que desde dezembro de 2007 não recebe mais o lixo domiciliar e comercial, apenas os resíduos hospitalares e de podas de árvores e hoje funciona como estação de transbordo do conteúdo dos caminhões coletores para carretas de maior capacidade que transportam cerca de 4500 toneladas de resíduos por dia até o Aterro Sanitário de Sabará.

Foi em palestras de Educação Ambiental promovidas pela Prefeitura de Belo Horizonte que tive contato com o Programa AmbientAÇÃO – Programa de Educação Ambiental em Prédios Públicos de Minas Gerais – objeto de estudo desta pesquisa.

Quando estava me preparando para a seleção do mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – PPGEA FURG – achei que seria importante acionar esse contato, uma vez que como pedagoga tenho interesse na Avaliação e no Planejamento Educacional, e que esta era uma proposta de Educação Ambiental Não-Formal, linha à qual pretendia me candidatar, no qual fui aprovada. Após a qualificação, com a aposentadoria da minha então orientadora professora doutora Virginia Maria Machado, fui acolhida pelo professor doutor Humberto Calloni, e, portanto, meus estudos seguiram na linha Fundamentos da Educação Ambiental.

Depois de várias tentativas consegui me reunir com um dos gestores e obter mais informações sobre os resultados que o Programa tinha até então. Em conversa com o gestor da OSCIP ele me contou que já tinham sido realizadas pesquisas na área de comunicação do Programa, e salientou que o atual desafio do AmbientAÇÃO é a adequação e melhoria das ações, visando à efetividade dos métodos e procedimentos. Juntos identificamos, naquela época, em setembro de 2010, que era preciso questionar o que incentivava o servidor do Governo de Minas Gerais a cooperar ou não com o Programa, e julguei que seria interessante realizar um estudo a esse respeito. Então formulei algumas hipóteses: seriam os servidores incentivados pela competição entre os setores? pela emoção? pela racionalidade? pelos aspectos sociais do Programa? pela resultante geração de empregos? pelas oficinas lúdicas? pelas palestras promovidas? pelo alcance dos indicadores estipulados?

Propus esta temática e investigação juntamente com o memorial que escrevi e submeti para o processo de seleção do PPGEA. Recordo bem de um dos questionamentos que a banca de seleção me fez na entrevista, se o AmbientAÇÃO poderia mesmo ser considerado um programa de Educação Ambiental, ou se não seria apenas uma forma de adestramento do comportamento. Com as leituras para a prova de seleção eu também comecei a me questionar a respeito, e a considerar que isso deveria ser investigado na pesquisa. Afinal, com o *boom* da temática cuidado com o meio ambiente que estamos vivendo muita coisa leva o nome, mas nem tudo é mesmo Educação Ambiental.

Com a aprovação no mestrado retomei o contato com a coordenação do AmbientAÇÃO, que demonstrou aceitação e se colocou à disposição para as etapas de interações e intervenções. Essa abertura dos gestores garantiu a viabilidade e o apoio nas diversas fases, desde os estudos preliminares à execução da pesquisa e comunicação da mesma. Porém, após o amadurecimento do problema de pesquisa que

se deu por meio das leituras para as disciplinas do curso de mestrado e principalmente nos momentos de orientação, com o uso da Mandala Reflexiva, aquela proposta inicial de investigação – saber o que motiva o servidor do Governo de Minas a cooperar ou não com o Programa – se revelou secundária, e poderia ser incorporada em forma de subquestão na pesquisa.

Com os encontros de orientação no Seminário de Dissertação fomos aprofundando, minha orientadora e eu, a discussão a respeito da identificação do problema socioambiental que seria enfocado. Estava presente aquela minha ideia inicial de que o problema socioambiental era a quantidade de lixo enviada aos aterros sanitários. Com as discussões ficou claro que coleta seletiva e a destinação adequada dos resíduos é insuficiente se não for articulada com a Educação Ambiental. Ficou evidente que o consumo precisa ser problematizado com afinco, pois ali é que está a raiz do problema. Entendemos que o ir para além da coleta seletiva é, na verdade, começar bem antes.

Vimos, minha orientadora e eu, que era preciso avaliar o AmbientAÇÃO e questionar se ele pode mesmo ser considerado um programa de educação socioambiental. Era preciso investigar quais impactos ele tem na vida dos servidores do Governo de Minas.

E então a discussão do problema socioambiental passou a girar em torno da cultura imediatista e consumista que resulta na excessiva geração de resíduos e que, na verdade, a coleta seletiva se apresenta muitas vezes apenas como um paliativo. Concluímos que esse é o problema epistemológico fundamental que muitas vezes a gestão ambiental não foca.

Portanto, passamos a questionar como o gestor ambiental do Programa vê a questão do consumo e insere isso no AmbientAÇÃO e na produção dos processos educativos. Entendemos que a visão do gestor determina a direção do processo. Percebemos que era preciso focar no consumo e não na gestão dos resíduos, e investigar de que forma o que os servidores aprendem com o Programa repercute na vida diária deles.

Volto a enfatizar que como educadores ambientais, buscamos a Educação Ambiental com aprendizagem significativa e não nos satisfazemos com aquela que apenas foca o comportamento, que é mecânica. Apresentamos então, no momento da qualificação, como questão principal de pesquisa: *como avaliar o processo emancipatório do Programa AmbientAÇÃO do Governo de Minas?* Propondo a investigação com base na problematização de vários aspectos do AmbientAÇÃO, como

seu discurso e material, e enfoque tanto na visão dos gestores quanto a dos servidores envolvidos.

Como subquestões de pesquisa propusemos, na qualificação do projeto de dissertação: *Qual o discurso de Educação Ambiental do Programa?*; *Como o Programa é avaliado atualmente?*; *Quais relações podem ser identificadas pelos servidores do Governo de Minas e observadas por mim entre o seu comportamento público e privado?; Os servidores afirmam aplicar o aprendizado sobre* consumo consciente *no seu dia a dia em outros tempos e espaços que não os da sede do Governo?; Os servidores afirmam aplicar o aprendizado sobre* gestão de resíduos *no seu dia a dia em outros tempos e espaços que não os da sede do Governo?;* e, *O quanto o impacto do AmbientAÇÃO sobre* consumo consciente *e* gestão de resíduos *promove mudança de comportamento na vida privada dos servidores?*

Depois de passadas as “crises” comuns a um mestrando e quando, finalmente, eu e minha orientadora delineamos as questões norteadoras e ficou claro o tema geral da dissertação, naquela época – Avaliação –, percebi como essa temática alia a minha formação em Pedagogia, minha personalidade crítica e meu gosto pelo processo avaliativo. Por vezes preenchi questionários de avaliação de eventos ou questionários de auto-avaliação para disciplinas de forma detalhada e bem justificada, mas não encarando isso como algo maçante, porque tinha a concepção de que a avaliação é um valioso instrumento para melhoria.

Trazia comigo a crença de que os critérios de avaliação deveriam ser claros desde o início do processo e que a partir daí seria só segui-los, garantindo que o resultado seja justo. Hoje, porém, com as leituras sobre o tema percebo que é necessário considerar a avaliação formativa. A metáfora que Perrenoud (1999) apresenta de um artesão que, ao moldar um objeto, vai observando o resultado e ajustando seus gestos, ou corrigindo o alvo, se mostra bastante ilustrativa para clarificar que é preciso fazer mudanças em função dos resultados provisórios e dos obstáculos encontrados. Portanto, a proposta dessa dissertação, a meu ver, se apresentou valiosa, ao mesmo tempo em que de grande responsabilidade social e acadêmica.

Na proposição dessa pesquisa anunciei a intenção de trabalhar com o conceito de esclarecimento, de acordo com Immanuel Kant. Seu desdobramento seria o conceito atual de emancipação. Nas diversas leituras sobre o tema e nas recursões da Mandala Reflexiva, percebi que essa ideia prévia e esse conceito me afastava do sentido que eu buscava desde o princípio. Assim, depois de muita relutância em dar novos rumos aos estudos, o que me tomou bastante tempo, resolvi, finalmente, abandonar esse conceito

e buscar outro que se aproximasse mais das minhas convicções e intenção de pesquisa. O conceito de atitude ecológica, proposto por Carvalho (2004) expressa o que eu tendia a pesquisar. É um conceito simples, mas nem por isso menos profundo, que abarca o sentido de apropriação de saberes e a prática deles por parte do indivíduo em todos os espaços onde transitar.

Apresento esse breve relato para exemplificar o uso da Mandala Reflexiva na configuração dessa pesquisa. O problema de pesquisa foi mais trabalhado e redigido e foi feito um recorte nas subquestões, de forma a adequá-las ao tempo para a realização da pesquisa.

Como a Mandala prevê, foram feitas diversas interações: com os gestores da OSCIP, integrantes de comissões setoriais e servidores de forma a possibilitar que as questões dessa pesquisa fossem analisadas.

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista com a gestora da OSCIP

1- Qual papel você desempenha no AmbientAÇÃO?

2- Quando você começou no Programa em qual fase ele estava?

Há quanto tempo foi?

3- Qual a sua formação?

4- O que motivou a criação do Programa?

Em que momento o Governo abraça essa ideia? É cumprimento da legislação?

5- No seu entendimento, qual o papel da Educação Ambiental?

6- E qual o papel da gestão ambiental?

7- Na sua opinião, qual a importância da Educação Ambiental e da gestão ambiental no Programa?

8- Qual são os principais objetivos do AmbientAÇÃO?

9- Na sua opinião, porque o Programa enfoca o consumo consciente?

10- O AmbientAÇÃO conseguiu desenvolver o que estava proposto para 2011?

Os objetivos do Programa foram alcançados?

Caso não tenham sido, comente os principais fatores que interferiram.

11- Houve redefinição dos objetivos ao longo deste ano? Por quê?

12- O Programa foi ampliado em 2011? Por quê?

13- Como é composta a equipe do AmbientAÇÃO? Qual o perfil dos integrantes da equipe?

14- Como o Programa é avaliado atualmente? (Reuniões? Quem participa? Qual a frequência? Como são organizadas?)

15- Qual o papel do Sistema de Gestão Ambiental – SIGA – no AmbientAÇÃO?

16- Quais são os instrumentos metodológicos do Programa?

17- Qual ação do Programa você considera que tem sido mais eficaz na sensibilização dos servidores?

18- Qual repercussão o Programa tem tido com os servidores?

Você identifica os tipos de servidores e prestadores de serviços que reagem positivamente ao Programa? Como os definiria?

19- Há um sistema de feedback com os envolvidos no AmbientAÇÃO?

Se há, como funciona?

Pra que serve?

APÊNDICE C

Roteiro de entrevista com os servidores integrantes de comissões setoriais do Governo de Minas

1- Qual cargo você desempenha?
2- Há quanto tempo é servidor do Governo?
3- Qual a sua formação?
4- Em que momento você teve os primeiros contatos com o AmbientAÇÃO?
5- No seu ponto de vista, qual é o principal objetivo do Programa?
6- Com qual ação ou material do AmbientAÇÃO você tem mais contato?
7- De todas as ações do Programa com as quais você teve contato, qual delas chamou mais a sua atenção?
8- O Programa interfere na sua rotina de trabalho? De que forma?
9- No seu ponto de vista, para que o Sistema de Gestão Ambiental – SIGA – serve?
10- A comissão gestora do AmbientAÇÃO ouve a opinião dos servidores? Como?
Se ouve, a opinião dos servidores faz diferença?
11- Você saberia dizer o que os seus colegas de trabalho acham do Programa?
12- Qual ação do Programa você considera que mais sensibiliza os servidores da sua instituição/do seu setor?
13- Qual repercussão o Programa tem tido com os servidores?
Você identifica os tipos de servidores que reagem positivamente ao Programa? Como os definiria?
14- De tudo o que já conheceu do AmbientAÇÃO, o que você acredita que tenha sido mais relevante para você?
15- Você usa alguma coisa que aprendeu aqui, em outro lugar?
Você mudou alguma coisa no seu dia a dia fora do trabalho, em casa, faculdade, no lazer etc., a partir de alguma coisa que aprendeu no AmbientAÇÃO?
16- Você já comentou sobre o AmbientAÇÃO com seus amigos ou com a sua família?
Sobre o que falou?
17- Na sua opinião, porque o Programa enfoca o consumo consciente?

APÊNDICE D

Roteiro de entrevista com os servidores do Governo de Minas

1- Há quanto tempo você é servidor do Governo?

2- Qual cargo você desempenha?

3- Qual a sua formação?

4- Você já ouviu falar do Programa AmbientAÇÃO?

O quê sabe sobre ele?

5- Alguma ação do Programa chamou a sua atenção?

Qual?

6- O Programa interfere na sua rotina de trabalho?

De que forma?

7- Você pode dizer que aprendeu alguma coisa com o AmbientAÇÃO?

O quê?

8- Você usa alguma coisa que aprendeu com o AmbientAÇÃO em algum lugar fora da Cidade Administrativa?

Você mudou alguma coisa no seu dia a dia fora do trabalho, por exemplo, em casa, faculdade, no lazer etc., a partir de alguma coisa que aprendeu no AmbientAÇÃO?

9- De tudo o que você conhece do AmbientAÇÃO, o quê você considera que tenha sido mais relevante para você?

10- Você pratica o consumo consciente fora da Cidade Administrativa?

11- Você pratica a gestão de resíduos fora da Cidade Administrativa?

12- Na sua opinião o AmbientAÇÃO incentiva o engajamento e a participação dos servidores em algum movimento como associação do bairro, da Agenda 21 da cidade ou de algum movimento sócio-ambiental fora da Cidade Administrativa?

ANEXOS

AMBIENTAÇÃO
Educação Ambiental em Prédios Públicos de MG

Questionário
Índice de Satisfação das Comissões Setoriais em relação à OSCIP

INSTITUIÇÃO: _____ DATA: / /

NOME(s): _____
_____

Apresentação

A execução de políticas públicas em parceria com OSCIP's é uma iniciativa para se melhorar os produtos oferecidos à sociedade, dotando de eficiência a gestão dos recursos públicos e a produção de serviços.

OSCIP, sigla para "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público", é um título concedido a organizações de direito privado, sem fins lucrativos, que atuem no desenvolvimento de projetos e programas sociais que representem o interesse público.

Tem-se o objetivo de institucionalizar a ação governamental articulada com entidades do Terceiro Setor devidamente qualificadas, pois essas entidades possuem condições de atuação mais flexíveis e transparentes, haja vista que sua gestão pauta-se em um modelo de transparência e inclusão da participação social.

As entidades qualificadas como OSCIP Estadual estão aptas a celebrar Termo de Parceria com órgãos e entidades do poder público estadual.

Desde 2008, o Programa Ambientação, coordenado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, é desenvolvido por esse modelo de gestão.

Nessa perspectiva, o objetivo deste questionário é avaliar o grau de satisfação das Comissões Setoriais em relação ao desenvolvimento dos trabalhos do Programa Ambientação, coordenados pela OSCIP Ambiente Brasil Centro de Estudos, no intuito de aprimorar a parceria firmada.

Texto adaptado do material "Cartilha Oscip", elaborado pela Seplag.

Instruções

Responda as perguntas com notas de 01 a 05, de acordo com a escala abaixo:

- Não Concordo Totalmente – nota **01**
- Não Concordo Parcialmente – nota **02**
- Indiferente – nota **03**
- Concordo Parcialmente – nota **04**
- Concordo Totalmente – nota **05**

PERGUNTAS:

A. Os gestores do Programa Ambientação são profissionais bem preparados e atendem de maneira satisfatória as demandas / dúvidas oriundas de minha instituição.
Nota ____

B. Quando os gestores do Programa Ambientação não conseguem responder prontamente um questionamento relacionado às suas atividades, ou assuntos não relacionados, mas que versam sobre o tema meio ambiente e desenvolvimento sustentável, eles demonstram proatividade, ou seja, buscam a solução ou o encaminhamento para a solução daquele problema.
Nota ____

C. Em relação à coleta seletiva na Cidade Administrativa, as lixeiras estão bem localizadas, eu sou bem informado pelo Programa sobre onde deve ser jogado cada tipo de material e sou capacitado para repassar as informações sobre este processo aos meus colegas de instituição.
Nota ____

D. As visitas realizadas pelos gestores do Programa proporcionam avanços e melhorias no desenvolvimento do Programa Ambientação na minha instituição.
Nota ____

E. As atividades lúdicas oferecidas pelo Programa Ambientação contribuem para a sensibilização dos funcionários de minha instituição.
Nota ____

F. O Ambientação é um Programa que proporciona a mudança de comportamento dos servidores públicos e o desenvolvimento sustentável nos prédios públicos de Minas Gerais.
Nota ____

G. Os meios de comunicação utilizados pelo Programa Ambientação (adesivos, display telefônico, displays nas mesas - restaurante e refeitórios - cartazes, *banners*, totens, Boletim Notícias Ambientação, etc.) são bem elaborados e atingem o público alvo.
Nota ____

OBSERVAÇÕES:
_____
_____
_____
_____
_____
_____

RELATORIO DE ATIVIDADES NA CIDADE ADMINISTRATIVA

Questionário de Avaliação da OSCIP

Responsável	**********	**Data**	Junho de 2011

100% das Instituições com Termo de Adesão assinado preencheram aos relatórios.

Foi calculada a nota de avaliação considerando a nota máxima possível e o total aferido.

1105 ---------- 100
953 _____ 86,24

Portanto foi obtido 86,24% de aceitação por parte das Comissões Setoriais.

A instituição L que chegou a CA recentemente e o não tinha o Programa implantado antes da mudança para a CA, deixou de responder duas perguntas (D e E) por considerar não ter condição de respondê-las pelo pouco tempo de conhecimento do Programa.

A instituição P justificou, no campo de observação do questionário, não tê-lo respondido por ter acabado de definir a sua Comissão Setorial e ainda não conhecer suficiente o Programa, para poder avaliá-lo. (Publicação do Termo 26.05.)

OBSERVAÇÕES:

Instituição A
Informou no campo de observação, não ter concordado com o fato do questionário ser aplicado pela própria Oscip, por considerar que uma avaliação neste teor deveria ser conduzida pelo Estado.

Instituição B
Algumas apresentações atividades que versam sobre "sensibilização" chegam a ser patéticas para o tipo de público. Caso tivéssemos crianças em nosso meio, eu diria que os pais iriam gostar e sentirem mais estimulados. Por isso, proponho uma mudança radical no plano tático do Programa. Sugiro que retirem dos ambientes internos dos restaurantes toda atividade lúdica que gere ruídos, sons desnecessários na hora do almoço – isso é terrível! Ou, no mínimo, façam uma pesquisa para ver se as pessoas aprovam isso. Acredito que outros sensores humanos podem ser estimulados, não exclusivamente a audição. Espero ter contribuído. Por último, o Programa está perdendo a batalha com os "tocos de cigarro".

Instituição C
Na mudança para a CAMG à comissão ficou diluída, pela nova estrutura, horário de trabalho e tarefas institucionais, ficando mais difícil o desenvolvimento de atividades. Toda a estrutura aqui encontrada, relacionada ao programa Ambientação, ajudou para demonstrar a qualidade do programa, mas é preciso que a comissão gestora trabalhe mais com atividades lúdicas, e campanhas que envolvam todos lotados na CAMG. É preciso, também, divulgar mais as atividades que são atribuídas ao programa dentro da CAMG, pois as pessoas confundem nossas atividades e acham que somos responsáveis por tudo.

Instituição D
Faltam lixeiras nos ambientes externos (letra C);
Realizar visitas e atividades lúdicas com mais frequência (letra D e E);
Criação de um calendário anual para padronizar ações mensais do Programa Ambientação no âmbito da Cidade Administrativa (letra F);
Melhorar a elaboração e divulgação dos meios de comunicação (letra G).

Instituição E
O Programa AmbientAÇÃO é uma busca permanente que estimula ações para um planejamento socioambiental. Dessa maneira é possível repensarmos nossas atitudes para um mundo melhor e buscar soluções ambientalmente adequadas.

Instituição F
Nas questões E, F e G, há uma ótima atuação da coordenação do Programa Ambientação. Entretanto, ainda há grande resistência por parte de alguns servidores quanto ao engajamento na aplicação de propostas e sugestões do programa.

Instituição G
A minha proposta é de que todos os órgãos realizem ações juntos para obter mais força e atingir os objetivos.

Instituição H
Ausência de lixeiras em locais estratégicos como nos pontos de ônibus, passarelas que dão acesso aos prédios, estacionamentos e restaurantes.
Relacionado ao item G, as peças criadas direcionadas ao público-alvo não chamam a atenção, uma vez que não provocam estímulo visual seja pela cor, tamanho da fonte etc.
Também, cabe citar que o Bileco, o símbolo da Ambientação, ícone ainda não é conhecido por todos. Sendo assim necessário, falarmos a mesma linguagem para que ocorra uma difusão maior do programa.

Instituição I
Melhorar a forma de abordagem visual, de modo a facilitar um entendimento mais rápido. Aprimorar o meio de divulgação da coleta seletiva, principalmente no reuso dos papéis recolhidos. A maioria das caixas ficam vazias ou com os papéis mal colocados.

Instituição J
Ainda faltam adesivos para sinalização dos coletores em nosso órgão. Além disso, na Cidade Administrativa, principalmente nas áreas de circulação, como trajeto até estacionamento ou ônibus, não há disposição de coletores. No mais o programa quase sempre auxilia bastante, esclarecendo dúvidas e auxiliando principalmente nas ações de mobilização dos funcionários.

Instituição K
Precisamos de mais assistência por parte do Comitê Geral do Programa Ambientação, como atividades lúdicas, mobilizações de conscientização, bem como a realização de algumas atividades e intervenções uniformes para todos os órgãos.

Instituição L
Vale ressaltar que esta comissão veio para a CAMG há pouco tempo, mesmo período em que foi formada. Logo por não termos propriedade, nem todos os itens foram avaliados.

Instituição M
As atividades lúdicas oferecidas pelo Programa Ambientação contribuem para a sensibilização dos funcionários de

minha instituição.
Nota 03
Obs: Desconheço tal atividade realizada em minha instituição

Instituição N

A. Quando os gestores do Programa Ambientação não conseguem responder prontamente um questionamento relacionado às suas atividades, ou assuntos não relacionados, mas que versam sobre o tema meio ambiente e desenvolvimento sustentável, eles demonstram proatividade, ou seja, buscam a solução ou o encaminhamento para a solução daquele problema.
Nota 03
Obs: Ainda não ocorreu esta demanda conosco.

B. Em relação à coleta seletiva na Cidade Administrativa, as lixeiras estão bem localizadas, eu sou bem informado pelo Programa sobre onde deve ser jogado cada tipo de material e sou capacitado para repassar as informações sobre este processo aos meus colegas de instituição.
Nota 04
Obs. As lixeiras localizadas na porta da Copa ficam muito tempo fora da posição quando são retiradas para retirada do lixo. Sugiro que algum auxílio (um carrinho, por exemplo) seja utilizado para a retirada do lixo para que não seja necessária a retirada das lixeiras do local. Outro problema é a lixeira que é utilizada para recolhimento de orgânicos. Todo tipo de lixo é jogado nesta lixeira e por vezes presenciei a superlotação da mesma.

C. Os meios de comunicação utilizados pelo Programa Ambientação (adesivos, display telefônico, displays nas mesas - restaurante e refeitórios - cartazes, *banners*, totens, Boletim Notícias Ambientação, etc.) são bem elaborados e atingem o público alvo.
Nota 04
Sugiro maior atualização nos displays, pois são objetos que com o tempo passam a fazer parte do ambiente, o público não identifica a importância e a mensagem inserida não produz efeito. A simples mudança na cor, de 15 em 15 dias, destes displays pode contribuir.

Instituição O

Quanto ao disposto na letra G, acredito que precisamos trocar os informativos dos displays e torná-los mais atraentes e chamativos, pois o costume faz com que deixemos de prestar atenção no recado passado por eles.